



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

MARTA RAQUEL PORTAS SALGADO DE CASTRO
FERREIRA

Saber viver juntos numa comunidade cívica
cujo fio condutor é a educação

Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:
Professora Doutora Maria Isabel Pereira Varanda

Braga
2018

“Não quero que pensem em mim como ‘a rapariga que foi baleada pelos Talibãs’, mas sim como ‘a rapariga que lutou pelo direito à educação’, a rapariga que lutou pela paz tendo por arma o conhecimento”.

Malala

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	1
RESUMO	2
ABSTRAT	3
INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO I- A EDUCAÇÃO É UM DIREITO FUNDAMENTAL	7
1- O que é a educação	7
1.1 - <i>Um direito ou um dever?</i>	10
1.2 - <i>Um privilégio</i>	12
2- A educação: pilares fundamentais na capacidade de viver juntos	15
3- A escola como entidade educativa	17
CAPÍTULO II- ANÁLISE COMPARATIVA DAS DISCIPLINAS: EDUCAÇÃO	
PARA A CIDADANIA E EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA	23
1-Enquadramento legislativo da disciplina Educação para a Cidadania	23
1.1- <i>Abordagem concetual de cidadania</i>	25
1.2- <i>Objetivos e finalidade</i>	27
1.3- <i>Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania</i>	28
1.4- <i>Perfil do Professor da disciplina</i>	30
1.5- <i>Proposta Curricular</i>	31
2-Enquadramento da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica	33
2.1- <i>Objetivos, Finalidades, Metas e Domínios</i>	35
2.2- <i>Competências a desenvolver pelos alunos</i>	38
2.3- <i>Perfil do professor da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica</i> ...	38
2.4- <i>A importância da Educação Moral e Religiosa Católica na escola pública...</i>	39
3-Pontos convergentes/divergentes das disciplinas de Educação para a Cidadania e Educação Moral e Religiosa Católica	41
CAPÍTULO III- A IMPORTÂNCIA DA PERTENÇA COMO CONTEÚDO	
A TRABALHAR NA UNIDADE CURRICULAR - VIVER JUNTOS – DO 5º ANO DE ESCOLARIDADE	45
1- Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio	46
2- Caracterização dos alunos do 5º ano de Escolaridade	48
3- Caracterização dos alunos da turma 5ºF	49

4- Proposta de planificação da Unidade Letiva e respetiva fundamentação das opções metodológica	50
4.1- <i>Aula 1- O Grupo a que pertenço- valorização da diversidade e do respeito</i> ..	51
4.2- <i>Aula 2- A aliança, condição facilitadora da relação entre os pares</i>	55
4.3- <i>Aula 3- Os direitos Humanos</i>	59
4.4- <i>Aula 4- Somos Todos diferentes, mas Todos iguais</i>	63
4.5- <i>Aula 5- Atitudes/comportamentos essenciais à convivência</i>	67
4.6- <i>Aula 6- Realização de um Kahoot</i>	71
5. Atividade “Mesa da partilha”	75
6-Avaliação da Prática de Ensino	78
CONCLUSÃO	82
BIBLIOGRAFIA	85
ANEXOS	92

Índice de figuras

Figura 1- Texto sobre uma pequena história lido aos alunos.....	53
Figura 2 – PowerPoint sobre os Direitos das Crianças.....	60
Figura 3- PowerPoint “Somos todos diferentes, mas todos iguais”	63
Figura 4- Composição realizada por uma aluna, produto do desafio lançado na aula.....	64
Figura 5- O abecedário da amizade realizado por uma aluna.....	68
Figura 6- Perguntas do <i>kahoot</i>	72
Figura 7-Construção das letras em papel Eva.....	76
Figura 8- Painel do Hall.....	76
Figura9-Guarda-chuvas com as palavras.....	76

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Grelha com a planificação da aula 1.	53
Tabela 2- Grelha com a planificação da aula 2.	57
Tabela 3- Grelha com a planificação da aula 3.	61
Tabela 4- Grelha com a planificação da aula 4.	65
Tabela 5- Grelha com a planificação da aula 5.	69
Tabela 6- Grelha com a planificação da aula 6.	73
Tabela 7- Grelha com a planificação da aula 7.	77

SIGLÁRIO

Cf.	Confer (Conferir)
Coord.	Coordenado por
Dir.	Dirigido por
Et al	E outros
Ibid	No mesmo lugar, na mesma obra

AGRADECIMENTOS

A caminha que foi feita ao longo desta formação foi longa, complexa, exigente, mas muito gratificante. Construíram-se amizades, fortaleceram-se laços e adquiriram-se saberes diferenciados, contribuindo para uma visão diferente das realidades, uma vez que o espírito crítico foi refinado.

Muitas vezes me recordo das palavras do saudoso padre Cachadinha: “Com calma, com calma e tudo se há de fazer!” Realmente, foi preciso muita calma e discernimento para não desistir, por isso, a ele, também, o meu obrigada.

Agradeço às minhas “companheiras de viagem” por toda a cumplicidade, a partilha, dos momentos hilariantes que passamos e pela força nos momentos menos felizes.

Uma palavra de apreço às minhas orientadoras: à Orientadora Científica, Professora Doutora Isabel Varanda por toda a compreensão, por toda a partilha de conhecimento, por chamadas de atenção, pelas palavras de apreço e de coragem; e à Orientadora Cooperante Mestre Eugénia Monteiro por estar sempre disponível, pelas palavras, pelas conversas, por tudo que fez por mim e pelo meu Núcleo de Estágio. Muito, muito obrigada.

A todos os professores, em especial ao Professor Doutor Padre Luís Miguel, sempre prestável a todas as minhas solicitações.

À minha família que sem o apoio incondicional dos meus pais, do meu marido e da minha filha, não teria chegado ao fim. A eles, agradeço do fundo do coração, por todo o apoio, pela compreensão das respostas menos boas, da falta de humor, dos dias “cinzentos”, da minha ausência em provas de competição, enfim de todos os sacrifícios que foram feitos.

Obrigada!

RESUMO

O presente relatório visa refletir sobre a pertinência da Educação no seu cômputo geral e a coexistência de duas disciplinas, Educação para a Cidadania e Educação Moral e Religiosa Católica, que primam pela preocupação da formação do cidadão, como um ser integrante de uma sociedade democrática, com papel ativo e interventivo.

Com a globalização e a presença de diferentes culturas, novos desafios se impõe, tanto à escola, como à própria educação, uma vez que esta deve ser multicultural e multirreligiosa procurando estabelecer uma certa harmonia social. Assim, a educação tem o papel de ajudar a compreender o mundo e as pessoas bem como o de cultivar o sentido de pertença a uma comunidade.

Sendo a educação um direito de todos, não se poderia deixar de incluir, nesta reflexão, o testemunho de uma persistência invulgar de uma menina chamada Malala, com origem no Paquistão, demonstrando o quão a escola, a educação e a instrução são veículos impulsionadores para ser-se voz ativa na sociedade e instrumentos base na construção de uma identidade, sendo a atual caracterizada por ser tecnocrata e individualista.

Desta forma, o Estado é responsável por proporcionar a todos os cidadãos o acesso à educação e garantir que todos são capazes de participar ativamente na sociedade em que estão inseridos. Por essa razão se entende o enfoco que se dá à educação para a cidadania, sendo uma preocupação que provém da antiguidade e na sociedade atual é de extrema importância alertar para a necessidade de os cidadãos serem proativos e terem a capacidade de refletirem criticamente acerca de problemas sociais que os envolvem, tentando colmatar o individualismo, fruto da tecnocracia vigente na sociedade de hoje.

Porém, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica tem um papel importantíssimo na formação do carácter dos cidadãos. Se, por um lado, a Educação para a Cidadania se preocupa com a participação ativa na sociedade do cidadão, por outro, a disciplina anterior preocupa-se com a Formação Integral, procurando ajudar a pessoa a ser, a integrar-se com os outros, a desenvolver o sentido altruísta.

Palavras-Chave: Educação, Cidadania, EMRC; Educação Integral, Sociedade Atual, Malala, Escola

ABSTRAT

The purpose of this report is to reflect upon the relevance of education in general and the coexistence of two subjects, Education for Citizenship and Catholic Moral and Religious Education, which focus on the concern for the formation of the citizen as an integral part of a democratic society with an active role.

With globalization and the presence of different cultures, new challenges are imposed both on school and on education itself, considering that it must be multicultural and multireligious, aiming at establishing a certain social harmony. The role of education is therefore to help to understand the world and the other, as well as to cultivate the sense of belonging to a community.

Bearing in mind that everyone has the right to education, one has to include in this reflection the pungent testimonial and the unusual persistence of a girl named Malala from Pakistan, who shows us how school and education play an active role in society and how both constitute basic instruments in the construction of an identity, which is currently defined as being technocratic and individualistic.

In this regard, the State is responsible for providing all citizens with access to education and ensuring that all are able to participate actively in the society they live in. For this reason, the focus on education for citizenship is made clear, since it is a concern that comes from ancient times. In today's society, it is extremely important to call for the need for citizens to be proactive and to have the ability to reflect critically about social problems, trying to avoid individualism, which results from the technocracy in our society today.

However, the subject of Catholic Moral and Religious Education plays a very important role in shaping the character of citizens. If, on the one hand, Citizenship Education is concerned with active participation in the society of the citizen, the other subject, on the other hand, is concerned with the Integral Training, trying to help the individual on how to integrate with the others and develop the sense of selflessness.

Keywords: Education, Citizenship, Catholic Moral and Religious Education; Integral Education, Current Society, Malala, School

INTRODUÇÃO

Desde épocas remotas que o ser humano se organizava em grupos. Graças ao esforço coletivo, conseguia ultrapassar as condições adversas pelas quais se defrontava, como é exemplo o *Homo sapiens* que já se organizava em pequenos grupos e cooperava, partilhando tarefas e transmitindo ensinamentos. Esta capacidade organizativa desenvolveu a habilidade de convivência em sociedade, fortalecendo laços sociais, criando hábitos e tradições.

Com o evoluir dos tempos, a capacidade comunicativa foi melhorando, de sons e imagens, o ser humano foi criando o alfabeto e desenvolvendo a escrita. Assim, a evolução da capacidade de raciocínio e de fala, permitiu que este se debruçasse em pesquisas, em descobertas, quer a nível das ciências exatas, quer a nível das ciências sociais e humanas.

Porém, para que a sociedade evoluísse não era suficiente dominar o conhecimento. Era necessário criar regras comportamentais e saber estar numa comunidade, onde o respeito mútuo imperasse, ou seja, era necessário educar as pessoas, visto a educação ser a maneira de preparar o cidadão para a vida em sociedade.

Posto isto, achou-se pertinente orientar este relatório para uma reflexão, num primeiro capítulo, acerca do tema da educação, quer como direito, quer como privilégio.

Numa sociedade cada vez mais individualizada, onde tudo gira à volta de si mesmo e onde as relações interpessoais têm sido substituídas pelas relações virtuais, urge retomar e reforçar tanto nas escolas, como nas famílias os pilares do conhecimento defendidos por Jaques Delors no seu relatório *A educação: um tesouro a descobrir*, dando mais ênfase ao pilar **aprender a ser**.

A sociedade apresenta fragilidades de fundo, assistindo-se ao desmoronamento das famílias, ficando os jovens entregues a si mesmos e, por isso, se exige tanto das escolas.

Pensar em educação como veículo fundamental do conhecimento e como “arma do saber” é de facto fundamental, pois sem ela não há progresso, não há evolução. Como dizia Malala “A educação é a única solução para travar a iliteracia, a pobreza e o terrorismo”.

Este relatório estrutura-se em três capítulos que têm como fundamentação teórica a consulta de obras sobre o tema “saber viver juntos numa comunidade cujo fio condutor é a educação” e a experiência letiva da Unidade Um do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica do 5º ano de escolaridade: **Viver Juntos**. No que concerne à apresentação formal, esta teve como base a norma Chicago 16 A.

Desta forma, no primeiro capítulo, *Educação é um direito fundamental*, explora-se acerca de a educação ser fundamental e as razões pelas quais ela é considerada imprescindível ao ser humano. Por isso, não se aborda tanto o conceito de educação, mas a transformação que

ela opera, quer na sociedade, quer no próprio indivíduo e o facto de ser considerada por uns um direito e, por outros, um privilégio.

Seguidamente, explica-se a presença de a educação ter como base do conhecimento quatro pilares fundamentais defendidos por Jaques Delors.

Por último, é feita uma abordagem à escola, vista como local privilegiado à educação e considerada uma entidade interveniente no processo educativo.

No segundo capítulo, *análise comparativa das disciplinas: Educação para a Cidadania e Educação Moral e Religiosa Católica*, explana-se a pertinência da disciplina de Cidadania nas escolas dos dias de hoje, bem como o que se pretende que o aluno adquira, o perfil do professor e a legislação que a sustenta. Por seu turno, faz-se uma resenha histórica sobre a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica e a sua relevância na educação dos jovens, sendo que a educação se pretende integral, como tal não deve descorar a dimensão religiosa. É feita uma referência às finalidades desta disciplina, como também os domínios que a estruturam.

Tenta-se acompanhar o perfil de cada disciplina e perceber se elas podem coexistir num mesmo espaço escolar ou se, na diferença, elas interagem, tendo cada uma a sua especificidade, mas ambas necessárias.

Pensando na necessidade de que todos precisam uns dos outros e de que a solidão leva à inércia social e pessoal, o terceiro capítulo é dedicado à Prática Letiva, enquadrando a abordagem pedagógica e didática da Unidade Letiva “Viver Juntos” que se destina aos alunos do 5º ano de escolaridade.

O início deste capítulo faz referência ao Projeto Educativo do Agrupamento Alberto Sampaio, por se considerar que é um documento que consagra os princípios orientadores educativos do Agrupamento. Procedendo-se à descrição da comunidade educativa e da turma que esteve envolvida na Prática de Ensino Supervisionada.

Segue-se uma proposta de planificação onde constam as metas, os objetivos, os conteúdos e as estratégias desenvolvidas ao longo da lecionação, bem como algumas ilustrações de atividades desenvolvidas.

Faz parte deste capítulo a apresentação da atividade desenvolvida pelo Núcleo de Estágio, como encerramento do segundo período e inserida no plano de atividades do grupo de disciplinar de Educação Moral e Religiosa Católica do Agrupamento Alberto Sampaio, mais concretamente, a escola EB23 de Nogueira.

Em forma de conclusão, existe o item referente à avaliação da Prática de Ensino Supervisionada, pois sem a avaliação, não se conseguem tirar ilações quer positivas ou

negativas, sendo que o processo avaliativo faz parte de qualquer tipo de atividade, uma vez que é este que permite a evolução.

Em suma, ao longo desta reflexão procura-se perceber o quão é importante a educação e de que é dever da escola proporcionar um diálogo aberto sem barreiras, preocupando-se com a promoção de todos, com vista ao sucesso quer escolar, quer social. Portanto, é fundamental agir de forma proativa e tornar a escola numa mais-valia à comunidade.

CAPÍTULO I- A EDUCAÇÃO É UM DIREITO FUNDAMENTAL

O presente capítulo organiza-se em quatro tópicos, sendo que o primeiro tópico, se refere a uma reflexão sobre a educação, como é fundamental, procurando esclarecer a sua importância como vetor de integração social, permitindo a coexistência.

Este capítulo está subdividido em dois: o primeiro, versa sobre o facto de a educação poder ser entendida ou como um direito ou como um dever; o segundo, reporta-se à educação considerada um privilégio, uma vez que, e apesar de se estar no século XXI, existem comunidades que fecham as portas à educação, como é o caso do Paquistão.

O segundo ponto visa a explanação dos pilares que alicerçam e cimentam a convivência.

Em conclusão deste capítulo, é desenvolvido um terceiro tópico, no qual se aborda a pertinência da escola como entidade educativa.

Desta forma, pretende-se refletir sobre a grande temática que envolve a educação, um termo complexo de definir, uma vez que é muito vasto. Depende de sociedade para sociedade e não se cinge só ao meio escolar, visto que está subjacente toda uma formação informal, formal, advinda de vários meios e contextos, nos quais, o ser humano está inserido. Por essa razão, a Educação deve ser um direito incondicional e não uma conquista, porquanto que nem todos os países, nem todas as culturas permitem que todos os cidadãos (como as mulheres) tenham acesso à educação integral.

Num mundo que se quer de igualdade de oportunidades, onde se zela por todos terem os mesmos direitos, o acesso à escola, não pode ser só reservado a uma categoria de crianças.

1- O que é a educação

Ouve-se dizer, em muitos contextos sociais, que a educação é necessária, que “existe muita falta de educação naquela classe ou naquela outra, os meninos são muito mal-educados”. Afinal, qual será a razão para haver tanta preocupação com a educação e por que razão será ela tão fundamental.

Sendo a educação¹ um termo complexo de definir, pela sua abrangência, e não sendo um dos focos desta reflexão, mas sim perceber o objetivo da educação, certeza se tem que ela

¹ Roberto Geraldo de Paiva Dornas Advogado e Professor, considera que o termo “educação” vem do Latim, *duco* e *ducere* (pronuncia-se *dúcere*) são formas indicadoras do verbo que significa tirar, guiar, estender, dar rumo, encaminhar, orientar e em educação, o prefixo é *ex*, que muitas vezes se reduz a *e*, ou se transforma em *es*, tendo o sentido de retirar, para fora, parir, dar à luz (com crase).

Frei Bernardo Domingues diz que o vocábulo “educação” vem do latim “*ex-ducere*”, “sendo comum atribuir-lhe o sentido de alimentar, criar e finalmente educar. Devem desenvolver-se integralmente as faculdades físicas,

é fundamental para a humanização e socialização do ser humano, sendo um processo que dura para a vida toda, onde se entrecruzam saberes pelos quais a “cultura se renova e o homem faz história”².

A educação é, também, um pilar fundamental para se manter a ordem social. Já Aristóteles referia a necessidade de “harmonizar a educação dos cidadãos com a constituição”³, pois se os cidadãos não forem educados em função do regime em vigor não haverá entendimento:

“Se se trata de uma constituição popular que eles sejam educados de uma forma popular. Ora educar os cidadãos em consonância com o estado não é lisonjear os grandes ou o povo, nem querer agradecer-lhes, mas habituar os cidadãos a manter a democracia”⁴.

Assim sendo, a educação será um processo administrado de forma formal ou informal, pelo qual o indivíduo passa, permitindo-lhe desenvolver-se integralmente (física, intelectual e moralmente), bem como moldar o caráter e a personalidade.⁵

Porém, se a educação tem como objeto o ser humano, para que seja frutífera e eficaz, capaz de instruir, desenvolver em todas as suas dimensões, não pode ser imposta. Tem que ser transmitida através do diálogo, quer do educador, quer do educando, tendo em atenção todas as influências culturais, sociais e emocionais subjacentes à realidade na qual o ser está inserido.

Portanto, sem diálogo não é possível orientar, motivar⁶, levar a que cada um seja capaz de ter consciência de si, sabendo que é único⁷ e que tem capacidades de construir, perante os outros, elos, sabedoria, fazendo-o numa caminhada constante, visto que o processo educativo não acaba numa etapa, numa fase da vida; ele é a vida em constante evolução.⁸

Pode dizer-se, então, que a educação é o princípio dinâmico para o progresso e grande motor para o desenvolvimento, já que “o crescimento económico depende, em primeiro lugar, do progresso social. Por isso, a educação de base é o primeiro objetivo de um plano de desenvolvimento”⁹. Sendo que, também, a educação pode contribuir para se combater alguns

intelectuais e éticas, auxiliando cada pessoa a ser ela mesma, a realizar-se socialmente para a comunidade familiar e social, tornando-a apta para assumir, de forma livre e competente, o respetivo papel, função e estatuto social e profissional, capaz de se adaptar às diversas situações e circunstâncias”, in *Aspetos da família e da educação para o futuro* (Porto: Metanoia, 2002), 314.

² Maria Lúcia de Aranda, *Filosofia da Educação* (S. Paulo: Editora Moderna, 1992), 11.

³ Aristóteles, *Tratado da Política* (Men Martins: Publicações Europa América, 1977), 184.

⁴ *Ibid.*

⁵ Cf. Aranda, *Filosofia da Educação* (S. Paulo: Editora Moderna, 1992), 49.

⁶ Cf. Américo Veiga, *Educação Hoje* (Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1986), 23.

⁷ Cf. *Ibid.*, 31.

⁸ Cf. *Ibid.*, 49.

⁹ Paulus VI, *Litterae Encyclicae “Populorum progressio”* (26 de Março de 1967). in *Acta Apostolicae Sedis* 59 (1967) §35.

problemas sociais, que causam desconforto social, tais como a violência, a desintegração social, a criminalidade, a dependência de álcool e drogas, a cultura da insolência, bem como o egoísmo.¹⁰

No entanto, a preparação que é feita do ser humano, não se cinge só na preocupação com o mundo de trabalho, mas com o cumprimento das obrigações e dos direitos cívicos e virtudes sociais, como a justiça e a caridade sociais.¹¹

Ora, se a harmonia social é a base de uma sociedade, o papel da educação é suscitar essa harmonia e desenvolver uma aliança entre a família e todos os educadores, visto que também é a partilha de experiências¹², que procura a coerência do saber, transformando-se numa comunidade que aprende, que busca a verdade e que cresce com base na confiança, não abarcando só o ensino, mas que sai de si e coopera com o outro.¹³

Assim, cada pessoa deve aproveitar as oportunidades educacionais, no sentido de desenvolver competências básicas de aprendizagem, quer a nível da leitura e escrita, bem como ao nível de valores e atitudes capazes de desenvolver as potencialidades do ser humano, permitindo-lhe tomar decisões e respeitar a herança cultural, linguística e espiritual, assegurando o respeito e promovendo a educação de terceiros.¹⁴

Quer a educação seja formal¹⁵ (adquirida pelas instituições, pelo sistema educacional), quer seja informal¹⁶ (adquirida pelos pais, por uma herança cultural), nunca se pode considerar como conclusa, visto ser um processo permanente.¹⁷

Para além disso, é necessário ter presente que a educação tem como finalidade essencial preparar devidamente o jovem para viver em plena liberdade e com retidão moral¹⁸,

¹⁰ Cf. Albino Mamede Cleto, “Integração do ensino religioso escolar no sistema educativo português” in *Fórum do Ensino Religioso escolar ao serviço da pessoa* (Lisboa: Fundação Colauste Gulbenkian, 1997),149.

¹¹ Cf. Concílio Ecuménico do Vaticano II, “*Declaração sobre a Educação Cristã* Gravissimum Educationis” *Educationis* (28 de outubro de 1965) in *Acta Apostolicae Sedis* 58 (1966)§1.

¹² Cf. Congregação para a Educação Católica, *Educar hoje e amanhã, uma paixão que se renova* (7 de abril de 1988),III.

¹³ Cf. *Ibid.*, Conclusão.

¹⁴ Cf. José Matias Alves (Dir.), *O direito à educação – uma educação para todos. Relatório Mundial sobre a educação* (Porto: Edições Asa, 2000),20.

¹⁵ Cf. Philip Coombs, “Should one develop non- formal education” in *O direito à educação – uma educação para todos. Relatório Mundial sobre a educação* (Porto: Edições Asa, 2000), 62. “Por educação formal referimos o sistema educativo tradicional hierarquicamente estruturado e cronologicamente classificado, desde a escola primária até à universidade, incluindo os estudos académicos de carácter geral e toda a variedade de programas e instituições especializadas para a formação técnica e profissional a tempo inteiro”.

¹⁶ Cf. Philip Coombs, “Should one develop non- formal education” in *O direito à educação – uma educação para todos. Relatório Mundial sobre a educação* (Porto: Edições Asa, 2000), 62. “Por educação informal entendemos o verdadeiro processo de aprendizagem permanente, através do qual cada indivíduo adquire atitudes, valores, competências, capacidades e conhecimentos a partir da sua experiência diária e das influências e recursos educacionais constantes do seu ambiente desde a família e vizinhos até ao emprego e lazer, passando pelo mercado de trabalho, a biblioteca e os mass media”.

¹⁷ Cf. Rui Grácio, “Educação, educação escolar, educação permanente” in *O Tempo e o Modo* (Lisboa: Publicações D. Quixote, 1966),506.

¹⁸ Cf. Sebastião Soares de Resende, “0 que é a educação?” in *O direito de Educar* (Mirandela: Cadernos Nova Terra, 1976),75.

sendo necessário “humanizar a educação”. Todos os educadores são chamados a colaborar neste processo de crescimento humano com o seu profissionalismo e com a riqueza de humanidade da qual são portadores, a fim de ajudarem os jovens a se tornarem construtores de um mundo mais solidário e pacífico”¹⁹.

Portanto, uma educação para “o humanismo solidário desenvolve redes de cooperação nos diferentes âmbitos do exercício da atividade educativa”²⁰, orientando os interlocutores da educação para a adoção de um comportamento propenso à colaboração.²¹

Pode concluir-se que a educação é uma “responsabilidade societária, abrangendo governo, família, comunidades e organizações não-governamentais; exige o empenho e participação de todos, numa imensa aliança suscetível de transcender a diversidade de opiniões e posições políticas”²².

A educação é de facto fundamental. Falta saber se será realmente um direito ou um dever. Como dever deve ser gratuita e aberta a toda a comunidade, como direito, deverá estar legislada.

1.1 - Um direito ou um dever?

Vários são os documentos públicos que referem a Educação como sendo um direito. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* proclama no seu artigo 26.º que “toda a pessoa tem direito à educação”, a qual deve “visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos humanos e das liberdades fundamentais”; no *Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos Sociais e Culturais*, no artigo 13.º, pode ler-se “Os Estados partes no presente pacto reconhecem o direito de toda a pessoa à educação. Concordam que a educação deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o sentido da sua dignidade e reforçar o respeito pelos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, deve habilitar toda a pessoa a desempenhar um papel útil numa sociedade livre”; na *Constituição da República Portuguesa*, nos artigos 9.º e 43.º “Assegurar o ensino e a valorização permanente e defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa; É garantida a liberdade de aprender e ensinar”.

¹⁹ Francisco, *Discurso aos participantes na Plenária da Congregação para a Educação Católica*, 9 de fevereiro de 2017, disponível em https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/february/documents/papafrancesco_20170209_plenaria-educazione-cattolica.html. [consultado em 3 de março de 2018].

²⁰ Congregação para a Educação Católica, *Educar ao Humanismo Solidário* (Vaticano:2017),13.

²¹ Cf. *Ibid.*

²² Cf. José Matias Alves (Dir.), *O direito à educação – uma educação para todos. Relatório Mundial sobre a educação* (Porto: Edições Asa, 2000),53.

Na Declaração do Concílio do Vaticano II *Gravissimum Educationis* explica-se que “todos os homens, de qualquer raça, condição e idade, como participantes na dignidade da pessoa têm direito inalienável a uma educação. Assim, o dever da educação, que tem a família como primeiro elemento responsável por essa missão, implica a colaboração de toda a sociedade”.²³

Portanto, o Estado deve proteger, como está consagrado na *Constituição da República* e na *Lei de bases do Sistema Educativo*, o direito das crianças a uma educação escolar adequada.²⁴

Posto isto, se a família é a primeira comunidade educativa e é no ambiente familiar que se promove o sentido da pessoa aceite pelo que é e não pelo que faz, cabe ao Estado criar condições, defender e promover a estabilidade familiar para que esta não deixe de exercer a sua função e se demita das suas responsabilidades, reportando-as para outra instância educativa.²⁵

Se a “educação nos ajuda a criar pontes e a gerar uma cultura de encontro”²⁶, é necessário proporcionar a todas as crianças, jovens e adultos a oportunidade de alcançar e melhorar o acesso à educação, erradicando preconceitos e as discriminações, daí se dever universalizar o acesso à educação e promover a equidade.²⁷

Portanto, todas as nações devem assumir uma responsabilidade comum e universal agindo conjuntamente para resolver disputas e conflitos, garantir condições para todos beneficiarem de uma educação básica, num ambiente estável, acolhedor e solidário.²⁸

É certo que a tarefa dos governos e das organizações não-governamentais não tem sido fácil.

Para superarem barreiras económicas e socioculturais recorrem, a campanhas políticas e publicitárias, no sentido de demonstrar que a educação é um processo essencial ao progresso.²⁹

Por isso, ter-se acesso à educação permite o aumento da qualidade de vida, possibilita o acesso ao mundo de trabalho e constitui as oportunidades de uma pessoa em relação a outras

²³ Cf. Declaração do Concílio do Vaticano II sobre a Educação Cristã *Gravissimum Educationis* (28 de outubro de 1965) in *Acta Apostolicae Sedis* 58 (1966)§3-6.

²⁴ Cf. Pires, Eurico Lemos, *Lei de bases do Sistema Educativo* (Porto: Edições Asa, 1987),110.

²⁵ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa. *Carta Pastoral Sobre a Educação, direito e dever, missão Nobre ao serviço de todos* (Lisboa: Secretariado-Geral do Episcopado, 2002),19.

²⁶ Francisco, Educiris, disponível em www.educris.com/v3/noticias/7609-peru-educacao-ajuda-nos [Consultado em 20 de março de 20189].

²⁷ *Declaração Mundial sobre a Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem* (Jomtien: Unesco, 1998), artigo3.

²⁸ Cf. *Ibid.*,artigo10.

²⁹ Cf. Unesco, *Educação para todos, 2000-2015, Progressos e desafios* (França: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2015),36.

na sociedade³⁰, pois a “educação age como condutor dos demais direitos, reforçando as capacidades das pessoas de atuarem e terem influência sobre o mundo ao seu redor”³¹.

Dialogar sobre a educação é falar de direitos humanos, pois permite a modelação de atitudes face ao mundo, contribuindo para a preservação da identidade cultural de um povo.³² Portanto, o direito à educação é o que possibilita o acesso à cultura patrimonial, o acesso à existência condigna de um membro ativo de uma comunidade histórica e culturalmente referenciada.³³

Por seu turno, é de referir que a educação como direito de todos promove a coesão social e a harmonização, desenvolvendo a capacidade de diálogo intercultural, de tolerância e de respeito pela diversidade, oferecendo uma educação em igualdade de circunstâncias.

Contudo, estando o direito à educação legislado, muitos milhares de crianças, jovens e adultos veem-lhe o acesso vedado, ou por serem do sexo feminino, ou por serem pobres, ou desfavorecidos, sendo, por estes, a educação considerada um privilégio.

1.2 - Um privilégio

No ponto anterior, explanou-se o facto de a educação ser um direito nato de todos os cidadãos. Porém, essa realidade está longe de ser concretizada, uma vez que existem países nos quais essa situação não se verifica, uma vez que muitas crianças do sexo feminino são excluídas da educação formal e, em alguns casos, de qualquer tipo de educação, pois são marginalizadas, são meros objetos de trabalho.

O *Relatório de Monitorização Global de Educação para Todos de 2015*, dirigido por Aaron Benavot³⁴ e apoiado pela UNESCO³⁵, refere que quase 58 milhões de crianças de diversos países da África Subsaariana, da Ásia, da América Latina, dos Estados Árabes, entre outros, não iam à escola, por serem marginalizadas, por estarem infetadas com o vírus da

³⁰ Cf. Tristan, McCowan, “O Direito Universal à Educação: Silêncios, riscos e possibilidades”, *Práxis Educativa* 1 (2011):17.

³¹ *Ibid.*

³² Cf. Eugénio Adolfo Alves Silva, *Direito à Educação para Todos numa sociedade em desenvolvimento* (Coimbra: Centro de estudos sociais, 2004),1.

³³ Cf. *Ibid.*,3.

³⁴ Aaron Benavot é um analista de políticas de educação global que atualmente trabalha como diretor do *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos*. Depois de concluir seu doutoramento na Universidade de Stanford em 1986, ingressou na University of Georgia como professor assistente de sociologia. Em 1990, ele mudou-se para a Universidade Hebraica de Jerusalém, onde permaneceu até 2007. Em seguida, ingressou na Escola de Educação da Universidade de Albany, SUNY, Nova Iorque. Em 2007, foi eleito para o Conselho de Diretores da Sociedade de Educação Comparada e Internacional. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Aaron_Benavot [Consultado em 20 de março de 2018].

³⁵ UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SIDA, por serem meninas que eram necessárias para os trabalhos domésticos ou porque viviam em situações de conflito.³⁶

Por essas razões, se tenta colmatar estas desigualdades com a implementação de estratégias que passam pela sensibilização das entidades governamentais para que todos tenham acesso à alfabetização, à aquisição de conhecimentos, à equidade.

Percebe-se que em alguns países, mesmo em Portugal, se veja a educação como uma dádiva, como um privilégio, visto que só alguns têm acesso; e os que queriam evoluir ou mostravam vontade de aprender, ou o faziam às escondidas ou se sujeitavam a retaliações e castigos.

Em muitos casos, o principal travão à escolaridade residia nas próprias populações que não atribuíam especial importância à ideia de educabilidade como instrumento de construção da identidade nacional e viam na escola um desperdício ou considerado uma afronta cultural.³⁷

Assim, não se pode deixar de incluir nesta reflexão o testemunho de Malala Yousafzai, uma rapariga “que foi baleada pelos Talibãs e que lutou pelo direito à educação, pela paz, tendo por arma o conhecimento”³⁸, e que com a sua coragem e determinação enfrentou uma ideologia política, que condenava a educação das meninas a partir dos dez anos de idade, com o intuito de demonstrar que todos têm direito à educação, ao conhecimento e que esse facto é muito mais forte que uma arma.

A Malala é uma jovem que vivia com os seus pais e irmãos na cidade de Mingora, no Paquistão. O pai tinha fundado uma escola e sentia muito orgulho por estar repleta de meninos e meninas com vontade de aprender. Malala sempre fora uma menina curiosa, sedenta de conhecimento e com vontade de querer saber de tudo um pouco. Adorava estar preto do pai quando este recebia pessoas da política e ouvir os discursos que proferiam, o que era peculiar na sua idade “Adorava ouvir os homens a debater política. Mas, acima de tudo, adorava estar sentada na companhia deles, hipnotizada por aquela conversa em torno do grande mundo que existia para lá do nosso vale”³⁹.

³⁶ Cf. Aaron Benavot (Dir.), *Relatório Conciso- Educação para Todos 2000-2015: Progressos e Desafios* (França: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2015),19.

³⁷ Cf. David Justino, *Difícil é Educá-los* (Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2010),26.

³⁸ Malala Yousafzai, *Eu sou Malala – Esta é a minha história* (Lisboa: Editorial Presença, 2017),201.

Malala Yousafzai é uma ativista paquistanesa. Foi a pessoa mais nova a ser laureada com um prémio Nobel. É conhecida pela defesa dos direitos humanos das mulheres e do acesso à educação na sua região natal do vale do Swat na província de Khyber Pakhtunkhwa, no nordeste do Paquistão, onde os talibãs locais impedem as jovens de frequentar a escola. Desde então, o ativismo de Malala tornou-se um movimento internacional. Atualmente vive em Birmingham, Inglaterra e continua a sua luta pelo direito universal à educação através do Fundo Malala (malalafund.org.), uma organização sem fins lucrativos que apoia esta causa em todo o mundo.

³⁹ Malala Yousafzai, *Eu sou Malala – Esta é a minha história* (Lisboa: Editorial Presença, 2017),27.

Conforme foi crescendo, Malala foi-se apercebendo, que as mulheres do Afeganistão eram maltratadas, que tinham sido proibidas de rir alto, não podiam ser vistas em público sem a companhia de uma figura masculina e, por isso, congratulava-se por viver no Paquistão, onde podia ir à escola e viajar por todo o lado “dentro das páginas dos livros”⁴⁰.

Porém, com a invasão dos Talibãs⁴¹ toda a realidade de Malala se alterou. As mulheres, tal como as afegãs, foram proibidas de estar em espaços públicos e a escola do pai de Malala foi considerada como inimiga: “A escola que dirige é ocidental e infiel. Ensina raparigas e tem um uniforme que é contrário do Islão. Para com isto ou ver-se-á em apuros e seus filhos chorarão por si”⁴².

Ao ver-se confrontada com tamanha injustiça, a revolta no seu interior foi-se tornando evidente, pois se os rapazes podiam estudar e escolher as profissões que queriam seguir, por que razão é que as mulheres não o poderiam fazer.

Assim sendo, Malala estava convicta de que poderia fazer a diferença numa sociedade “que acreditava que as raparigas são fracas e incapazes de fazer seja o que for além de cozinhar e limpar”⁴³. Contra tudo e contra todos, Malala começou a dar entrevistas, a escrever diários, mostrando o seu desagrado pelas medidas governativas que estavam a ser implementadas, defendendo acerrimamente o direito à educação.

Desafiando a autoridade dos Talibãs, aos 15 anos, no mês de outubro de 2012, Malala foi brutalmente alvejada na face. Ninguém esperava que sobrevivesse. Porém, a sua força interior era maior que qualquer ferimento. Teve uma equipa de médicos sempre à sua volta e foi recuperando, com a ideia cada vez mais firme que teria que continuar a lutar pelo seu sonho e que aquela bala que transfigurara o seu rosto jamais a faria esmorecer. Recomeçou a sua vida em Birmingham, em Londres, Inglaterra, lutando para que todos tivessem uma vida condigna com comida e um abrigo.

Malala criou uma organização sem fins lucrativos (Malala.org.) com o intuito de continuar a sua luta e do reconhecimento de que todos têm direito à educação e com certeza

⁴⁰ Cf. Malala Yousafzai, *Eu sou Malala – Esta é a minha história* (Lisboa: Editorial Presença, 2017),44.

⁴¹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Talib%C3%A3-> [Consultado em 30 de março de 2018] Talibã é um movimento fundamentalista islâmico nacionalista que se difundiu no Paquistão e, sobretudo, no Afeganistão, a partir de 1994 e que, efetivamente, governou o Afeganistão entre 1996 e 2001, apesar de seu governo ter sido reconhecido por apenas três países: Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Paquistão. O movimento desenvolveu-se entre membros da etnia *pachtun*, porém também incluía muitos voluntários não afegãos do mundo árabe, assim como de países da Eurásia e do Sul e Sudeste da Ásia. Os talibãs são conhecidos por se terem feito portadores do ideal político-religioso O regime talibã impedia as mulheres de trabalhar e tinha regras rígidas sobre a educação feminina. Em alguns casos, as mulheres eram impedidas de terem acesso a hospitais públicos para que não fossem tratadas por médicos ou enfermeiros homens. As mulheres não podiam sair de casa sem acompanhantes homens e saíam somente pela porta de trás do autocarro. As mulheres que eram viúvas ou que não possuíam filhos não eram consideradas pessoas pelo estado e muitas vezes enfrentavam a fome.

⁴² Yousafzai, *Eu sou Malala – Esta é a minha história*,61.

⁴³ *Ibid.*,71.

que esta frase resume de como a educação não pode ser um privilégio e que é a fonte do progresso:

“Uma criança, um professor, uma caneta e um livro podem mudar o mundo”⁴⁴.

Desta forma persistente, fica um exemplo de coragem e de resiliência de que vale a pena lutar pelas convicções que se tem e reforçar, neste caso, que a educação surge como um meio de desenvolvimento pleno de cada indivíduo, no respeito pelos direitos humanos de todos e na promoção da paz.

À educação “cabe a nobre tarefa de despertar em todos, segundo as tradições e convicções de cada um, respeitando inteiramente o pluralismo, esta elevação do pensamento e do espírito para o universal e para uma espécie de superação de si mesmo”⁴⁵. Ou seja, a convivência em comunidade, como pertença a uma sociedade com objetivos comuns, que possibilita a compreensão do outro e do mundo.

Por isso, para que a educação cumpra a sua missão, deve organizar-se à volta de quatro aprendizagens fundamentais: os pilares do conhecimento.

2- A educação: pilares fundamentais na capacidade de viver juntos

“O homem não pode viver sem esperança e a educação é geradora dessa esperança”⁴⁶, bem como não pode viver sem estar dotado de instrumentos que lhe permitam viver bem consigo, com o próximo e fazer face aos novos desafios que a sociedade coloca. Daí ser importante estar dotado dos quatros pilares que sustentam a educação.

A educação permite o crescimento e imprime dinamismo à vida, por isso deve transmitir saberes que sejam orientadores aos cidadãos, ajudando-os a saber-estar, saber-fazer, no fundo a saber-ser.

Segundo o Relatório de Jaques Delors, *a Educação um tesouro a descobrir*, a educação deve alicerçar-se em torno de quatro pilares do conhecimento:

- **Aprender a conhecer**, por um lado, será um meio, pois cada indivíduo deve aprender e compreender o mundo, para poder viver dignamente e comunicar, por outro lado, será uma finalidade, visto que compreender, conhecer e

⁴⁴ Yousafzai, *Eu sou Malala – Esta é a minha história*, 202.

⁴⁵ Jacques Delors (coord), *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, 7ª edição (Rio Tinto: Asa, 1996), 15.

⁴⁶ Francisco, Discurso aos participantes no plenário da congregação para a Educação Católica (Vaticano:9 fevereiro 2017).Disponível em https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/february/documents/papafrancesco_20170209_plenaria-educazione-cattolica.html [consultado em 3 de março de 2018].

descobrir competências realizadas aprazivelmente permitirão desenvolver e favorecer o despertar para a curiosidade intelectual, estimular o sentido crítico, sendo que o processo de aprendizagem nunca está acabado e vai-se enriquecendo com experiências;⁴⁷

- **Aprender a fazer**, não pode estar relacionada só com a forma como se prepara alguém para executar determinada tarefa, visto as aprendizagens irem para além da transmissão de práticas e ser importante cultivar e estabelecer relações interpessoais;⁴⁸
- **Aprender a viver juntos**, um dos grandes desafios à educação no mundo atual, uma vez que se assiste à destruição constante das relações humanas, quer por conflitos bélicos, quer pela força da palavra. Presencia-se a autodestruição. Assim, se a educação permitir a convivência pacífica entre as partes, deve proporcionar a participação em projetos comuns.⁴⁹ Desta forma, “a educação tem por missão transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana e levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos”⁵⁰. Sendo um veículo de descoberta, a educação deve permitir ao adolescente uma visão ajustada do mundo e ajudá-lo a descobrir-se a si mesmo, desenvolvendo uma atitude de empatia perante as diferenças e apelando ao diálogo e espírito crítico, que serão, sem dúvida, os instrumentos indispensáveis na educação do século XXI;⁵¹
- **Aprender a ser**, permite melhorar a personalidade para poder estar à altura de agir em autonomia, discernimento e responsabilidade. Portanto, a educação deve possibilitar o desenvolvimento integral da pessoa (“espírito, corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade”⁵²), apetrechando-a para o ato comunicativo.

⁴⁷ Cf. Jacques Delors (coord), *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, 7ª edição (Rio Tinto: Asa, 1996),91.

⁴⁸ Cf. *Ibid.*,93.

⁴⁹ Cf. *Ibid.*,96-98.

⁵⁰ *Ibid.*,97.

⁵¹ Cf. *Ibid.*,98.

⁵² *Ibid.*,99.

Por tudo isto, estas novas funções da educação são justificáveis porque a educação deve transmitir de “forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro”⁵³.

Com o ressurgimento na sociedade de novos problemas como o êxodo rural, a emigração, o desmembramento das famílias, a urbanização desordenada, a rutura das solidariedades tradicionais de vizinhança e o ensino formal estar orientado muito para aprender a conhecer, é necessário alterar a linha orientadora da educação, para que esta possa dar resposta aceitável aos cidadãos.

Assim, os quatro pilares devem ter o mesmo peso, devendo constituir uma única via do saber, com o intento de que a educação seja uma “experiência global a levar a cabo ao longo de toda a vida para o indivíduo enquanto pessoa e membro da sociedade”⁵⁴. Por essa razão, a educação deve munir o cidadão da capacidade de participar ativamente num projeto social, para que sinta a pertença a um grupo, para que tenha consciência do seu papel enquanto agente proativo e colaborativo.

Constata-se, então, que o sistema educativo tem por missão consciencializar as pessoas para este papel social. É indispensável, por isso, prepará-las para esta participação, mostrando-lhes os seus direitos e deveres, mas, também, desenvolver as suas competências sociais e estimular o trabalho em equipa na escola.⁵⁵

Sendo que a educação não pode, por si só, resolver os problemas postos pela rutura dos laços sociais é expetável que contribua para o desenvolvimento do querer viver juntos, elemento básico da coesão social e da identidade nacional.⁵⁶

Por isso, a escola de hoje tem um papel muito importante na vida das pessoas, visto promover a integração e proporcionar a aquisição e desenvolvimento de múltiplos saberes.

3- A escola como entidade educativa

Apesar de a educação não se restringir só à escola, como vem sido explanado, ela é importante no processo educativo. Contudo, a ação escolar na sociedade de hoje não é uma tarefa fácil.

Estando a sociedade atual imbuída numa crise da ideologia do progresso e moral e éticas provindas do enfraquecimento dos grandes sistemas de valores que nortearam as

⁵³ Jacques Delors (coord), *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, 7ª edição* (Rio Tinto: Asa, 1996),89.

⁵⁴ Cf. Delors (coord), *Educação: um tesouro a descobrir*, 90.

⁵⁵ Cf. *Ibid.*,61.

⁵⁶ Cf. *Ibid.*,67.

sociedades⁵⁷, fragilizando-as, que papel terá a escola perante estes sinais de inquietação na convivência social agravados pela violência que se generalizou não só no seio escolar, como também no familiar?

Ora, se a família se demite da sua função de educadora, essa função é transferida para a escola. É-lhe pedido que se afirme como autoridade, que forme as novas gerações e que as eduque para uma vida saudável. Preparando, assim, os mais novos para viverem num planeta respeitador do ambiente, apesar de se continuar a desrespeitar o equilíbrio do ecossistema e pede-se, também à escola que transmita o “tesouro cultural herdado, quando se propagandeia a falta de referências e a queda das crenças”⁵⁸.

É evidente que a entidade escolar não pode ser a única responsável pela formação dos futuros adultos.

Apesar da escola de hoje ser o local onde os jovens passam a maior parte do seu tempo, não se pode transformá-la em “mães de todas as tarefas educativas”⁵⁹, visto que o processo educativo ser de correlação, de interligação cuja participação da família é fundamental, não descorando a própria sociedade e todas as valências nas quais o ser humano está envolto. Além disso, a escola não substitui, de todo, o quadro afetivo e emocional inerente ao meio familiar e que é a base, o sustento para o crescimento sadio de um jovem, dado ser uma “escola de valorização humana”⁶⁰. Então, é dever dos pais criar um ambiente de tal modo animado pelo amor e piedade de Deus e para com os homens, que favoreça a completa educação pessoal e social dos filhos, sendo a família a primeira escola.⁶¹

Contudo, a escola desempenha um grande papel na “transformação do indivíduo”⁶², pois nela está presente um pluralismo de diferenças comportamentais, familiares, de valores e culturas que se manifestam, com os quais o jovem se depara, modificando-o de uma certa maneira e permitindo que o respeito mútuo se desenvolva.⁶³ Portanto, a escola é um serviço “concreto à pessoa”⁶⁴. Como tal, não se a pode conceber como um “poço” de transmissão de saberes, baseada num determinado *curriculum*, sem ter em consideração o jovem. Se a escola tem como alicerce de ação um projeto educativo, este tem que se ir construindo tendo em

⁵⁷ Cf. Joaquim Azevedo, Reflexões sobre a política educativa (Porto: Edições ASA, 1996),148.

⁵⁸ Cf. *Ibid.*,155.

⁵⁹ *Ibid.*,156.

⁶⁰ Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II, "Constitutio pastoralis de Ecclesia in mundo huius temporis "Gaudium et spes». *Gaudium et Spes* ", in AAS 58 (1966):§52.

⁶¹ Cf. Concílio do Vaticano II, Declaração sobre a Educação Cristã *Gravissimum Educationis* (28 de outubro de 1965) in *Acta Apostolicae Sedis* 58 (1966):n.3.

⁶² Conferência Episcopal Portuguesa, Carta Pastoral: *Educação e dever-missão nobre ao serviço de todos* (Lisboa: Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa, 2002), 20.

⁶³ Cf. Guilherme d'Oliveira Martins, "Escola e Educação: temas cruciais" in *Pastoral Catequética*, 14 (2009):25-32.

⁶⁴ Conferência Episcopal Portuguesa, "A escola em Portugal-Educação integral da Pessoa Humana" in *Pastoral Catequética*, 14 (2009):9.

conta a especificidade da comunidade educativa em que se insere, pois, ela é uma conceção de vida em ação, em realização contínua e renovada pela assimilação de ideias, saberes, valores, atitudes, comportamentos.⁶⁵

De salientar que, se a escola está inserida numa comunidade educativa, o seu enfoque deve ser as problemáticas dessa comunidade, tendo a incumbência de possibilitar o diálogo transversal entre as partes, ou seja, cabe a todos os membros da comunidade (pais, avós, presidentes de junta, professores, funcionários) cooperarem no sentido de que o projeto educativo concreto daquela ou daquela outra escola seja viável e tenha sucesso.

Esta entreatajuda, nos dias de hoje, é fundamental. Numa sociedade tão heterogênea socialmente, como a atual, requer um apoio e uma orientação maior, para que não se sinta desamparada e se possam criar e proporcionar ofertas apropriadas ao desenvolvimento integral cada um e de todos.⁶⁶

Ora, com as conjunturas económicas, políticas e sociais nas quais a escola está inserida, ela deve reorganizar-se no sentido de dar respostas aos novos desafios, às novas exigências. Como é um meio privilegiado de inclusão social, pode contribuir para o bem-estar da comunidade, daquela pessoa, melhorando o futuro e primar pela verdade e justiça.⁶⁷

Sendo a escola parte integrante de uma comunidade prevê-se que esta se transforme num elemento polarizador do desenvolvimento pessoal dos indivíduos, dos pais, dos funcionários e membros da comunidade envolvente, reportando e assumindo responsabilidades no processo educativo, permitindo o seu desenvolvimento autónomo, conscientes do estado da sociedade atual e o sentido solidário perante todo o universo comunitário.⁶⁸

Todavia, é de salientar, que os sistemas de educação, nomeadamente as escolas, têm estado sob “linha de fogo”, pois as responsabilidades são acrescidas, uma vez que se pretende que esta entidade desenvolva saberes quer para a inserção social, bem como para a preservação da empregabilidade⁶⁹, por isso, é importante que os cidadãos tenham uma formação e educação de qualidade ao longo da vida.

À escola tudo se pede, se exige, como se esta tivesse uma varinha de condão para fazer desaparecer os problemas sociais de hoje, como a maternidade precoce, a demissão

⁶⁵ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, “ A escola em Portugal- Educação integral da Pessoa Humana” in *Pastoral Catequética*, 14 (2009):12

⁶⁶ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, “A escola em Portugal- Educação integral da Pessoa Humana” in *Pastoral Catequética*, 14 (2009):13.

⁶⁷ Cf. *Ibid.*, 14.

⁶⁸ Cf. Maria Luísa Branco, *A escola, a comunidade educativa e a formação dos novos cidadãos* (Lisboa: Instituto Piaget, Divisão Editorial, 2007), 20-21.

⁶⁹ Cf. Joaquim Azevedo, *O fim de Um Ciclo? A educação em Portugal no início do século XXI* (Porto: Edições ASA, 2002), 17.

paternal por parte das famílias, o álcool ou quaisquer tipos de dependências que fragilizam as famílias, fazendo com que estas percam o rumo e descurem da educação; porém, a escola não pode resolver todos os problemas. Poderá, de certa maneira, contribuir para a formação, elucidando os caminhos a percorrer.⁷⁰

No entanto, a escola não responde a todos os desafios, sendo que continua a imperar um individualismo atroz que se coloca do lado dos direitos, esquecendo os deveres e a solidariedade⁷¹ e a relação educador-educando ainda se pauta pelos modelos de dominação, autoritarismo e preocupação excessiva com o cumprimento dos *curricula*.

Se por um lado, se pensa na escola como uma microssociedade, esta tem que assumir a sua autonomia e não ter medo de se desprender do cumprimento de metas, de conteúdos curriculares e gerir de uma forma coerente as necessidades que aquela comunidade naquele momento carece. Por outro lado, “tanto melhor formará quanto mais viver no seu interior os próprios comportamentos, atitudes, ideias e valores tidos por desejáveis para a vida em comunidade, vivendo-os e não apenas ensinando-os”⁷².

Assim sendo, a escola é vista como integradora social de indivíduos, por dotá-los de capacidades, de saberes e conhecimento para que possam discutir e influenciar as decisões de interesse comum.⁷³

Em suma, exige-se demasiado às escolas e pouco às entidades como o Estado, a família, os media e a sociedade em si mesma. Por essa razão se afirma que a escola é “um instrumento decisivo no desenvolvimento da coesão nacional”⁷⁴, sendo a preocupação do Estado fazer chegar a escola aos mais recônditos lugares do país, uma vez que a escolarização se tornou um objetivo, uma meta a atingir.⁷⁵

Desta forma, se o Estado se preocupa com todos, a noção de escola tradicional, fechada em si mesma, evoluiu, por influência das novas tecnologias, pela sua função socializadora, para uma escola de massas, global, representativa de todas as classes sociais, transmitindo valores comuns, visando o sucesso educativo de todos.⁷⁶

Tal como tem vindo a ser referenciado, a escola devia responder às necessidades dos alunos, tendo em conta as expectativas de cada um e a história sociocultural que congregam.

⁷⁰ Cf. Frederico Heitor, “o que se pode exigir à escola e o que se espera dela” in *Direitos e Responsabilidades na sociedade educativa* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,2004):29.

⁷¹ Cf. Viriato Soromenho Marques, “Comentário” in *Direitos e Responsabilidades na sociedade educativa* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,2004):96.

⁷² Cf. António Sousa Franco, “Liberdade de ensino em Portugal” in *Direitos e Responsabilidades na sociedade educativa* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,2004):147.

⁷³ Cf. Diogo Pires Aurélio, “O estado e a sociedade civil face à educação” in *Direitos e Responsabilidades na sociedade educativa* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,2004):171.

⁷⁴ David Justino, *Difícil é Educá-los* (Lisboa: Relógio d’água Editores, 2010),23.

⁷⁵ Cf. *Ibid.*,24.

⁷⁶ Cf. José Lemos Pinto, *Escola Global- Quovadis?* (Porto: Editores S.A, Campo das Letras, 2005),36.

Assim, de forma realista e tendo em consideração a aprendizagem progressiva e a inclusão, é necessário, por vezes, redimensionar os conteúdos, “afinar critérios e os paradigmas sistemáticos e interativos a desenvolver, nomeadamente na sala de aula e nos apoios”⁷⁷.

Efetivamente, só uma escola de qualidade pode “incentivar a formação de cidadãos autenticamente livres, já que tem um papel inalienável na educação de valores”⁷⁸. Por essa razão, é um lugar de encontro, visto ser nela que “nós socializamos, encontramos pessoas diferentes de nós, diversas por idade, cultura, origem, capacidade”⁷⁹.

Se a escola ensina a compreender a realidade, significa que ir à escola é “abrir a mente e o coração”⁸⁰, já que a sua missão é desenvolver o sentido verdadeiro, o sentido do bem e do belo. É uma via que deve fazer crescer três línguas, capazes de serem pronunciadas pelas pessoas: “língua da mente, a língua do coração e a língua das mãos, isto é, pensar o que se sente e o que se faz; sentir bem o que se pensa e o que se faz; e fazer bem o que se pensa e o que se sente”⁸¹.

As sociedades contemporâneas, fascinadas pela ideia de progresso e orientadas pelos novos valores da modernidade, compreenderam que era indispensável dispor de um sistema de ensino capaz de formar e capacitar as novas gerações para os desafios vindouros.

Contudo, o Estado educador não se adequou às novas realidades sociais e o sistema educativo, apesar de oferecer mais, não proporcionou melhor educação. O modelo de ensino, que teima em vigorar em Portugal, continua agarrado ao tradicional⁸², não se abre às novas tendências e encontra-se perto do esgotamento, não só pela inércia que demonstra, mas também porque as disparidades de desigualdades sociais marcam uma sociedade que não se liberta e se torna ineficaz e desorganizada.

Significa isto, que a escola manifesta muitas dificuldades em gerir as diferenças com as quais se depara, criando oportunidades ao desenvolvimento integral de cada um. Por isso, “a escola portuguesa precisa de melhorar a capacidade que tem demonstrado para cumprir a

⁷⁷ Frei Bernardo, *Aspetos da Família e da Educação para o futuro* (Porto: Metanoia, 2002), 392.

⁷⁸ Artur Gonçalves Fernandes, *Educar – a arte por excelência* (Braga: Oficinas de S. José, 2006), 110.

⁷⁹ Francisco, Discurso aos estudantes e professores das escolas Italianas, 10 de maio, 2014. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/may/documents/papa-francesco_20140510_mondo-della-scuola.html [Consultado em 20 de março de 2018].

⁸⁰ *Ibid.*

⁸¹ *Ibid.*

⁸² “No modelo de ensino tradicional os estudantes, alunos eram ouvintes e sua maior função era a memorização. Recipiente de informações”. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/ensino-tradicional/11345> [Consultado em 29 de março 2018].

sua missão e, para tal, tem de contar com o apoio inequívoco de toda a comunidade nacional”⁸³.

A escola dos nossos dias, apesar de multifacetada, ainda se encontra refém de uma estrutura demasiado fechada, organizando-se muito disciplinarmente, onde predomina uma estrutura educativa regida por rituais e pelo controlo de professores e alunos à hora, ao dia e ao ano, funcionando como quadro de socialização e como matriz de uma certa maneira de ser.⁸⁴

Se a escola está aberta à comunidade é necessário que promova uma escola onde se comece “a protestar, conviver com os outros, gerir dificuldades”⁸⁵, possibilitando o diálogo de saberes, ajudando à construção do sujeito, tornando-o capaz de compreender melhor os problemas que preocupam a humanidade.

Assim sendo, a “escola tem que apostar na libertação do ser humano pelo domínio do conhecimento. Investe numa aprendizagem que joga na interação entre o pensamento e a ação, entre conhecimento e competência, entre razão e imaginação”⁸⁶.

Urge mudar de atitude e olhar o ser humano como um ser similar e tentar construir um futuro melhor.⁸⁷

⁸³ Conferência Episcopal Portuguesa, Carta Pastoral “*A Escola em Portugal, Educação Integral da Pessoa Humana*” (Moscavide: Secretariado Geral da Conferência, 2006-2010),90.

⁸⁴ Cf. Maria Eduarda Vaz Moniz dos Santos, *Que escola?* (Lisboa: Edição Alfarroba, 2014), 57.

⁸⁵ *Ibid.*,100.

⁸⁶ *Ibid.*,110.

⁸⁷ Cf. David Justino, *Difícil é Educá-los* (Lisboa: Relógio d’água Editores, 2010),128.

CAPÍTULO II- ANÁLISE COMPARATIVA DAS DISCIPLINAS: EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA

Este capítulo está estruturado em três tópicos. O primeiro tópico incide sobre a disciplina de Educação para a Cidadania e o segundo, sobre a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, procedendo-se ao enquadramento legislativo, refletindo sobre a pertinência, objetivos, finalidades, metas, estratégias, perfis do professor, bem como das propostas curriculares e das competências a desenvolver por parte dos alunos.

Relativamente ao terceiro tópico, vai corresponder ao levantamento dos pontos convergentes/divergentes dos currículos das duas áreas disciplinares.

Desta forma, pretende-se refletir sobre duas ofertas educativas presentes nas escolas de hoje e que são importantes, senão estruturantes na formação dos jovens de hoje.

1-Enquadramento legislativo da disciplina Educação para a Cidadania

A prática da cidadania constitui um processo participado, individual e coletivo, que convida à reflexão e à ação sobre os problemas sentidos por cada um e pela sociedade em geral.

Sendo a sociedade parte integrante de uma comunidade democrática, cabe ao Estado estabelecer decretos e leis com vista à orientação dos cidadãos, uma vez que estes são a voz ativa e interventiva no processo de socialização. Desta forma, cabe, também à escola, participar neste processo e, para tal, o Ministério de Educação avançou com a implementação curricular da disciplina Educação para a Cidadania.

Sendo uma área de formação transdisciplinar que visa o desenvolvimento da consciência cívica do ser humano, capacitando-o para a valorização da diversidade e para o desempenho de um papel ativo e responsável na sociedade, tem subjacente um estatuto e uma legislação. Assim, o Despacho n.º 6173/2016, publicado em Diário da República, vem reforçar e legitimar que o Estado tem intenção de desenvolver a área da cidadania “como prioridade para um país e em particular para as crianças e jovens”⁸⁸.

Pode dizer-se, então, que a escola pública apresenta um espaço privilegiado na implementação de uma estratégia para a cidadania, visto que “integra um conjunto de direitos e deveres que devem ser veiculados na formação das crianças e jovens portugueses de modo que no futuro sejam adultos e adultas com uma conduta cívica”⁸⁹.

⁸⁸ *Diário da República*, 2ª série – N.º 90- 10 de maio de 2016, Despacho n.º 6173/2016.

⁸⁹ *Diário da República*, 2ª série – N.º 90- 10 de maio de 2016, Despacho n.º 6173/2016.

Porém, esta pretensão do Estado não se cinge à realidade dos nossos dias, como se pode constatar através da aprovação da *Lei de Bases do Sistema Educativo* (LBSE), em 1988 e da Revisão Curricular de 1989, sendo que já se contemplava uma consciência aberta à cooperação, proporcionando aos alunos uma formação cívica⁹⁰, com o intuito de os tornar “mais responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária”⁹¹. Contribuía, também, para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários. Para além disso, é valorizada a dimensão humana do trabalho, com o objetivo de promover o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva”⁹².

Por conseguinte, a preocupação com a formação cívica dos jovens portugueses, como parte integrante dos *curricula* das escolas, dizia respeito às disciplinas de Desenvolvimento Pessoal e Social⁹³ e à de Área-Escola, mais tarde designada de Área - Projeto, cujas temáticas não insidiam tanto na abordagem de temas de preocupação universal (como os direitos humanos e a igualdade de género), mas correspondiam antes a desenvolvimento de projetos. Os temas destes eram escolhidos conforme cada escola e as orientações de cada professor responsável pela implementação do projeto.

Por essas razões, revelaram-se um fracasso e foram retiradas. Após estas frustrações, o facto destas disciplinas terem desaparecido, não significa que o Ministério da Educação tenha deixado de procurar alternativas no sentido da formação cívica se manter como parte integrante dos *curricula* das escolas, uma vez que, tanto no *Despacho de 14 de maio de 1999*, como no *Decreto-Lei de 18 de Janeiro de 2001*, “está contemplada a educação cívica como área curricular não disciplinar, transversal e fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis”⁹⁴.

Assim, confrontado com uma nova realidade emergente, com uma sociedade tecnocratizada e cada vez mais individualizada, apesar de multicultural, o Ministério da Educação teve que reformular a estrutura curricular, integrando como oferta educativa a área de cidadania, denominada Educação para a Cidadania⁹⁵. Sendo que, falar de responsabilidade

⁹⁰ Eurico Lemos Pires, *Lei de bases do sistema educativo* (Porto: Edições Asa,1978),111.

⁹¹ Fernando Cabral Pinto, *Cidadania Sistema Educativo e Cidade Educadora* (Lisboa: Instituto Piaget, 2004),100-158.

⁹² Eurico Lemos Pires, *Lei de bases do sistema educativo* (Porto: Edições Asa,1978),110.

⁹³ Cf. *Decreto-Lei* n.º 286-89.

⁹⁴ Cf. António Fonseca, *Educar para a Cidadania* (Porto: Porto Editora, 2001),9.

⁹⁵ Cf. Ministério da Educação e da Ciência, *Decreto-Lei* n.º139/2012 e *Despacho* 6173/2016.

civil é dar “importância à experiência compreender o outro e os outros, respeitar a igualdade e a diferença, saber dialogar, estar apto para responder aos desafios, praticar o espírito de justiça”⁹⁶.

Posto isto, faz parte da dignidade das pessoas tomar parte ativa na vida pública⁹⁷, abrindo aos cidadãos o contacto a novos horizontes de conhecimento e de intervenção mais eficaz perante os desafios que lhes vão aparecendo. E, se o ser humano é social, por natureza, requer-se que a sua convivência seja organizada e que todos colaborem de forma responsável e livre, no cumprimento dos direitos e deveres que estão implícitos no relacionamento social, primando pela justiça e pela verdade.⁹⁸

Feito o enquadramento legislativo, importa perceber de que se fala afinal quando há referência, ou se dá tanta importância à Educação para a Cidadania.

1.1-Abordagem concetual de cidadania

Para se poder falar em Educação para a Cidadania é necessário esclarecer o que significa o vocábulo “cidadania”, no intuito de se perceber a pertinência de orientar as pessoas a serem e a agirem como cidadãos.

“Cidadania” tem uma dupla raiz⁹⁹, grega, por um lado, de cariz mais político, era usada para designar os deveres relativos aos cidadãos, aos indivíduos que viviam na cidade e participavam ativamente nas transações comerciais, económicas e políticas¹⁰⁰. Por outro lado, a latina, de cariz mais jurídico, vista como um vínculo ao Estado, de pertença a uma comunidade.¹⁰¹

Contudo, é preciso ter em linha de conta que no pós-Revolução Francesa, passou a existir uma coincidência entre o Estado e a comunidade cultural, entre cidadania e nacionalidade e, nos dias de hoje, o conceito de cidadania engloba um carácter supranacional, podendo ser usado de forma independente ou desvinculado do Estado-nação, por expressar uma condição ideal baseada na perceção, por parte do indivíduo e do coletivo, quanto aos seus direitos e obrigações.¹⁰²

⁹⁶ Guilherme d’Oliveira Martins “ A Educação como factor de Cidadania”, in *Educação, Culturas e Cidadania* (Porto: Edições Afrontamento,2009),53.

⁹⁷ Cf. Ioannis XXIII, Litterae Encyclicae “Pacem inTerris” (11 de abril de 1963), in *Acta Apostolicae Sedis* 55 (1963) in AAS 55 (1963), §12.

⁹⁸ Cf. *Ibid.*, §31.

⁹⁹ Cf. Adela Cortina, *Cidadãos do mundo, para uma teoria da cidadania* (S. Paulo: Edições Loyola,2005),28.

¹⁰⁰ Centro de Informação Europeia Jacques Delors –:

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=1917&p_est_id=5300#bloco2

[Consultado em 11 de novembro 2017].

¹⁰¹ Cf. *Ibid.*

¹⁰² *Ibid.*

No entanto, Thomas Humphrey Marshall¹⁰³ introduziu uma nova característica de cidadania, a cidadania social, devendo contemplar três elementos fundamentais¹⁰⁴:

- **O civil**, direito necessário à liberdade individual, relacionado com escolhas, com o direito à igualdade, à propriedade, à liberdade de ir, da escolha da fé;
- **O político**, o direito a participar no exercício do poder político, representado pelo parlamento;
- **O social**, que diz respeito ao direito mínimo de bem-estar económico, proporcionando uma vida estável e permitindo o acesso a um sistema educativo e social.

Como se pode constatar, a cidadania seria o *status* concedido àqueles que são membros integrantes de uma comunidade.¹⁰⁵

Já o sociólogo Alain Touraine distingue, dentro do conceito de cidadania, duas vertentes: uma política e outra ética e universal. No que respeita à primeira, a cidadania centra-se na ideia do cidadão ser membro de uma nação, por isso, participa nela em processos políticos, tornando-se consciente de pertença a um povo, tendo uma consciência coletiva.¹⁰⁶

Porém, ser-se só parte integrante de um sistema político, não é suficiente para criar laços entre os membros da sociedade e, por essa razão, é proposta a vertente ética, assente em valores básicos universais, comuns aos que contemplam a responsabilidade e solidariedade, levando a que o cidadão se sinta responsável pelo bom funcionamento das instituições.¹⁰⁷

Em suma, pode dizer-se que subjacente ao conceito de cidadania está presente o princípio de legitimidade política, um vínculo jurídico que liga o cidadão ao estado, devidamente regulamentado, por um conjunto de direitos e deveres expressos na Constituição da República, uma identidade, pertença a uma determinada comunidade e valores, atitudes e comportamentos expectáveis do cidadão e da própria sociedade.¹⁰⁸

Desta forma, a capacidade cívica deve ser vista como parte integrante do desenvolvimento pessoal capaz de estimular uma participação mais efetiva, quer socialmente,

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=1917&p_est_id=5300#bloco2

¹⁰³ Thomas Humphrey Marshall (1893-1981) foi um sociólogo britânico, conhecido principalmente pelos seus ensaios, entre os quais se destaca *Citizenship and Social Class*, publicado em 1950. Analisou o desenvolvimento da cidadania como desenvolvimento dos direitos civis, seguidos dos direitos políticos e dos direitos sociais, nos séculos XVIII, XIX e XX, respetivamente. Introduziu o conceito de direitos sociais, sustentando que a cidadania só é plena se é dotada de todos os três tipos de direito e esta condição está ligada à classe social.

¹⁰⁴ Cf. Thomas Humphrey Marshall, “Cidadania e Classe Social”, in *Cidadania, Classe Social e Status* (S. Paulo: Editoras Reunidas, 1967), 63-76.

¹⁰⁵ Cf. *Ibid.*

¹⁰⁶ Cf. Alain Touraine, *Iguais e diferentes- Poderemos Viver Juntos?* (Lisboa: Epistemologia e Sociedade, 1997), 268-284.

¹⁰⁷ Cf. Alain Touraine, *Crítica à modernidade* (Lisboa: Instituto Piaget, 1992), 391-392.

¹⁰⁸ Maria Emília Santos (Coord.), *Educação para a Cidadania- Proposta Curricular para os Ensinos Básicos e Secundários* (Lisboa: Direção Geral da Educação, 2011), 5.

quer politicamente, pois “participar na vida comum adquire o carácter de desenvolvimento pessoal que converterá, conseqüentemente, a cidadania em algo mais do que o pressuposto da prática política; será um elemento iniludível da tarefa formativa da personalidade, desenvolvida na comunidade dando-lhe sentido de pertença”¹⁰⁹.

Logo, educar para a cidadania é possibilitar que haja, por parte dos jovens, uma atitude responsável pela liberdade e pela defesa dos direitos, por essa razão, é de lembrar o papel fundamental da família, da escola e dos grupos a que se pertence nessa construção.¹¹⁰

Sendo a família e a escola pilares fundamentais à educação, importa perceber quais os objetivos e finalidades traçados para a área curricular Educação para a Cidadania, implementada nos *curricula* das escolas.

1.2- Objetivos e finalidade

Aprender a ser cidadão implica a apropriação de valores e códigos essenciais ao exercício da cidadania. Assim, a Educação para a Cidadania deve ser um caminho de aprendizagem do respeito e da aceitação da diferença, dever do adaptar-se às exigências e aos desafios da nova sociedade, uma vez que o jovem de hoje vive num mundo diferente, com profundas “transformações económicas e sociais, alterando-se os desejos, as necessidades, as sensibilidades e o modo de se relacionar com os outros”¹¹¹. Desta forma, a ação educativa deve proporcionar o contacto com diversos modelos de pensamentos e de comportamentos cívicos e consciencializar as pessoas da realidade vivida pelos semelhantes, aproximando-as, assim, da realidade, da vivência do quotidiano.¹¹²

Posto isto, a promoção da aprendizagem para a cidadania visa como principais objetivos preparar os jovens para a vida numa sociedade democrática, contribuindo para que sejam ativos e responsáveis; compreender e valorizar os princípios fundamentais de um Estado de direito democrático; participar na construção coletiva de regras, problematizando questões de índole pessoal e social; discernir a importância dos *media* e das novas tecnologias; valorizar e respeitar a pluralidade de opiniões; desenvolver o sentido de pertença e de compromisso, bem como o espírito de grupo e de trabalho colaborativo, estimulando o espírito crítico e de iniciativa.¹¹³

¹⁰⁹ Alejandro Mayodomo, *El aprendizaje cívico* (Barcelona: Editorial Ariel, 1998), 118.

¹¹⁰ Cf. Olga Duque e João Duque, “Educação Cívica: O quê e para quê?” in *Educar para a diferença* (Braga: Edições Alcalá, 2005), 123.

¹¹¹ Francisco, “Os jovens no mundo de hoje” in *Documento preparatório Sínodo dos Bispos. (2017) I*.

¹¹² Cf. António Fonseca, *Educar para a Cidadania* (Porto: Porto Editora, 2001), 22.

¹¹³ Maria Emília Santos (Coord.), *Educação para a Cidadania- Proposta Curricular para os Ensinos Básicos e Secundários* (Lisboa: Direção Geral da Educação, 2011), 9-11.

Além disso, educar para a Cidadania não é dotar os aprendentes de conhecimentos, competências e compreensão, mas reforçar a sua capacidade de ação no seio da sociedade para defender e promover os Direitos Humanos, a democracia e o primado do Direito.¹¹⁴

Portanto, o educador deve encaminhar o seu educando e não caminhar por ele, ou seja, deve permitir que este chegue às conclusões e à tomada de consciência de si e por si, visto que a consciência “é o centro mais secreto e o santuário do homem”¹¹⁵ e graças a ela se pode resolver “problemas morais” e, tanto pessoas como grupos sociais, estão longe da arbitrariedade cega, procurando conformar-se com as normas.¹¹⁶

Com efeito, o exercício da cidadania deve ser visto como um ato em si, natural, lógico e reconhecendo no “outro social” enraizado numa pertença, intervindo de forma a evoluir como ser humano, visto que aprender a viver juntos significa “desenvolver uma compreensão de outras pessoas e um apreço pela interdependência – realizando projetos conjuntos e aprendendo a gerir conflitos – em um espírito de respeito pelos valores de pluralismo, compreensão mútua e diversidade cultural”¹¹⁷.

Porquanto, e para que a disciplina de Educação para a Cidadania não fosse lecionada de qualquer maneira, o Ministério de Educação, através de uma equipa de trabalho elaborou uma proposta de estratégias e de linhas orientadoras para que fossem aplicadas e seguidas nas escolas.

1.3-Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

Sendo a escola um local propício à aprendizagem e ao desenvolvimento de competências e pelo carácter de abrangência universal¹¹⁸, o XXI Governo Constitucional apostou numa educação de qualidade, tendo em conta os novos desafios sociais, tais como a sustentabilidade, interculturalidade, igualdade, participação na vida democrática, inovação e criatividade.

Por essa razão, foi elaborado o documento *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*, no qual está elencado um conjunto de direitos e deveres, os domínios e formas de operacionalização, a formação dos docentes, documentos internacionais e nacionais de

¹¹⁴ Carta do Conselho da Europa Sobre a Educação para a Cidadania (2010), 2017 -Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/edc_charter2_pt.pdf [Consultada em 17 de dezembro].

¹¹⁵ Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II, Constitutio pastoralis de Ecclesia in mundo huius temporis “Gaudium et spes” in AAS 58 (1966)§16.

¹¹⁶ Cf. *Ibid.*

¹¹⁷ Jacques Delors (Coord.), *Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO para a Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI* (Rio Tinto: ASA, 1996).

¹¹⁸ Cf. Ministério da Educação e da Ciência, *Despacho n.º 6173/2016*, Parte C.

referência¹¹⁹, que devem fazer parte da formação dos cidadãos e jovens, sendo implementado nas escolas.

Este documento contempla que a escola deve assentar na prática quotidiana de princípios de cidadania de modo a abrir a discussão, de forma livre e espontânea, sobre vivências que afetam a vida de todos.

Portanto, é preciso criar uma equipa de trabalho, respeitando a autonomia das escolas, cuja disciplina é desenvolvida segundo três abordagens: de natureza transdisciplinar, no 1º Ciclo; autónoma, nos 2º e 3º ciclos e no ensino secundário como sendo transversal a todas as disciplinas.¹²⁰

Assim, o sucesso ou insucesso da implementação das diretrizes explanadas no documento da *Estratégia da Educação para a Cidadania*, dependem não só do responsável pela implementação do projeto, seja o Diretor de Turma, o Professor Titular, o Professor da Disciplina ou o Conselho de Turma, bem como da ligação implícita com a cultura de cada escola.

É importante ter em conta o contexto sociocultural, para que se possa optar por esta ou aquela área/domínio de intervenção, visto que a abordagem curricular pode assumir “formas diversas, consoante as dinâmicas das escolas e em função das necessidades e problemas específicos da comunidade educativa.”¹²¹

Com o intuito de contribuir para o futuro dos jovens e lhes proporcionar o desenvolvimento de competências que permitam encontrar soluções que ajudem a fazer face aos desafios que ameaçam a humanidade, a diminuir a exclusão e a desigualdade, bem como colaborar para um desenvolvimento sustentável e inclusivo, a Cidadania e Desenvolvimento “assume-se como um espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens com impacto tridimensional na atitude cívica individual, interpessoal, social e intercultural”¹²².

Portanto, cabe à escola escolher a equipa que irá implementar a *Estratégia Para a Educação e Cidadania* e nomear um coordenador, ponto focal da escola com a *Equipa Nacional de Educação para a Cidadania*, devendo ser um membro do Conselho Pedagógico¹²³, uma vez que tem experiência na coordenação, na organização de equipas e no desenvolvimento de projetos.

¹¹⁹ Cf. Rosa Monteiro (Coord.), *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (Lisboa: Ministério da Educação e da Ciência, 2017), 4.

¹²⁰ Cf. *Ibid*, 3.

¹²¹ Direção- Geral da Educação, *Educação para a Cidadania-Linhas Orientadoras* – Consultado em 10 de novembro de 2017: <http://dge.mec.pt/educacao-para-cidadania-linhas-orientadoras-0>

¹²² Cf. Monteiro (Coord.), *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*, 3.

¹²³ Cf. Rosa Monteiro (Coord.), *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2017), 12-14.

A este coordenador cabe a função, também, de apresentar um relatório anual, à tutela, sobre as atividades, metodologias, avaliação do projeto, bem como mencionar as necessidades de formação contínua dos docentes nomeados para fazerem parte da lecionação da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, dado que têm de possuir um determinado perfil.

1.4- Perfil do Professor da disciplina

Para que a proposta de *Estratégia de Educação para a Cidadania* tenha sucesso, o papel de quem o aplica é extremamente importante. Por essa razão, o professor tem um papel fundamental na preparação dos alunos para a vida, para serem cidadãos democráticos, respeitando as desigualdades e a diversidade, sendo que, por essa razão, é fundamental que tenha uma formação humanista. Por isso, o trabalho do professor deve ser responsável, garantindo a compreensão dos objetivos e dos princípios relativos à matéria da Educação para a Cidadania, munindo-se de outras competências essenciais e apropriadas ao processo ensino-aprendizagem.

Assim sendo, os docentes que fazem parte da equipa de trabalho devem proporcionar situações de aprendizagem para que os discentes desenvolvam o espírito crítico num trabalho cooperativo.

Para além disso, devem possuir competências de trabalho, principalmente no que concerne à metodologia de projeto, bem como ter experiência de coordenação, potenciando, situações de aprendizagem em articulação com a comunidade.¹²⁴

De salientar que o empenho e motivação dos docentes é fundamental na promoção da Cidadania, visto que é essencial estabelecer empatia com os discentes, promovendo o diálogo, estabelecendo uma relação de respeito encorajando à intervenção ativa na resolução de problemas sociais.

Porém, todo este enquadramento não faz sentido se não houver uma proposta curricular coerente, bem como uma estratégia de avaliação de todo o processo, no sentido de todas as entidades envolvidas saberem o *feedback* das metodologias aplicadas, para poderem retirar ilações, procedendo a melhorias ou a alterações.

¹²⁴ Cf. Monteiro (Coord.), *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*, 14.

1.5- Proposta Curricular

Se a articulação com entidades externas¹²⁵ à escola é importante para contribuir para o desenvolvimento de experiências reais de participação e de vivência para a cidadania, é fulcral que a proposta curricular seja coesa e coerente e que as áreas-temáticas/ domínios sejam adequadas às reais problemáticas do quotidiano dos jovens de hoje, sendo intercomunicantes e tendo como base uma visão holística da pessoa.¹²⁶

Por esse motivo, os *curricula* de Educação para a Cidadania abarcam uma grande variedade de temas, entre os quais se encontram os princípios fundamentais das sociedades democráticas e questões sociais contemporâneas, tais como:

- **A Educação rodoviária**, que envolve toda a sociedade, com o intuito de reduzir a sinistralidade e mudar hábitos;
- **A Educação para a Igualdade de Género**, promovendo a igualdade de direitos e deveres combatendo os preconceitos, garantindo as mesmas oportunidades educativas e opções de emprego;
- **A Educação para os Direitos Humanos**, “incidindo especialmente sobre o espectro alargado dos direitos humanos fundamentais, em todos os aspetos da vida das pessoas”¹²⁷;
- **A Educação Financeira** “é o processo pelo qual os consumidores financeiros melhoram a sua compreensão dos produtos e conceitos financeiros e desenvolvem capacidades e confiança para se tornarem mais atentos aos riscos e oportunidades financeiras, tomarem decisões refletidas, saberem onde se dirigir para obter ajuda e adotarem comportamentos que melhorem o seu bem-estar financeiro”¹²⁸;
- **A Educação para a defesa nacional**, com o intuito de contribuir para a defesa da identidade nacional, como sentimento de pertença, para a tomada de consciência da importância do património cultural e histórico;
- **A Educação Ambiental/ Desenvolvimento Sustentável** pretende promover a mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente;

¹²⁵ Instituições de Ensino Superior e Redes de Investigação, Associações Juvenis, ONG, Autarquias, Serviços Públicos de âmbito Local, Regional e Nacional, Meios de Comunicação, Grupos de Voluntariado.

¹²⁶ Cf. Rosa Monteiro (Coord.), *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2017), 8.

¹²⁷ Direção- Geral da Educação, *Educação para a Cidadania-Linhas Orientadoras* – Consultado em 10 de novembro de 2017: <http://dge.mec.pt/educacao-para-cidadania-linhas-orientadoras-0>

¹²⁸ António Dias *et al.*, *Referencial de Educação Financeira, para a Educação Pré-Escolar, Ensino Básico, Ensino Secundário e Educação para a Formação de Adultos* (Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2013), 5.

- **A Dimensão Europeia da Educação**, fortalecendo os valores europeus e um melhor conhecimento da Europa, das suas instituições, como a União Europeia e o Conselho da Europa, dos seus problemas e do seu património cultural;
- **A Educação para os Media**, incentivando os alunos a melhor práticas no que concerne a utilização das novas tecnologias;
- **A Educação para a Saúde e Sexualidade**, com o objetivo de dotar os alunos de conhecimentos que lhes permitam a tomada de “decisões adequadas à sua saúde e ao bem-estar físico, social e mental”¹²⁹;
- **A Educação para o Empreendedorismo**, que visa promover o desenvolvimento de ideias, incentivando à criação de projetos;
- **A Educação do Consumidor**, contribuindo para comportamentos solidários e responsáveis;
- **A Educação Intercultural**, como objetivo de valorizar e respeitar a multiculturalidade das sociedades, desenvolvendo o sentido de interação social.

Todas estas áreas-temáticas/domínios são organizadas tendo em conta os ciclos de ensino, os perfis de saída¹³⁰ dos alunos no fim da escolaridade, visando o exercício de uma cidadania ativa responsável, numa sociedade democrática.

Como foi referido anteriormente, a avaliação faz parte do ensino e da aprendizagem, a fim de garantir a eficácia dos sistemas de ensino e a aplicação bem-sucedida das políticas de educação.¹³¹

Assim sendo, uma vez que a educação para a cidadania faz parte do currículo é necessário conceber ferramentas e instrumentos de avaliação adequados para garantir que esta área disciplinar, tal como as outras, seja corretamente avaliada.

As estratégias utilizadas para esse efeito são variadas e dependem das diretrizes estipuladas nos conselhos de turma ou conselhos pedagógicos das escolas.

Desta forma, “os critérios de avaliação devem considerar o impacto da participação dos alunos e das alunas nas atividades realizadas na escola e na comunidade, constando estas, de acordo com as normas definidas, no certificado de conclusão da escolaridade obrigatória”¹³².

¹²⁹ Direção- Geral da Educação, *Educação para a Cidadania-Linhas Orientadoras* – Consultado em 10 de novembro de 2017: <http://dge.mec.pt/educacao-para-cidadania-linhas-orientadoras-0>

¹³⁰ O perfil de saída dos alunos refere-se às competências de cidadania que os alunos deverão poder revelar no fim de cada ciclo e nível de ensino. Cf. Maria Emília Santos (Coord.), *Educação para a Cidadania- Proposta Curricular para os Ensinos Básicos e Secundários* (Lisboa: Direção- Geral da Educação, 2011),19-25.

¹³¹ Cf. Androulla Vassiliou, *Educação para a Cidadania na Europa* (Lisboa: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência,2012),75.

¹³² Rosa Monteiro (Coord.), *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2017),9.

Feitas as considerações acerca da disciplina de Educação para a Cidadania, a presente reflexão centra-se agora na disciplina Educação Moral e Religiosa, para que se possa, num ponto posterior fazer a análise comparativa das duas disciplinas.

2-Enquadramento da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica

Se educar é proporcionar o crescimento saudável de forma harmoniosa em todas as valências, numa dimensão integral e global, a Educação Moral e Religiosa Católica revê-se nessa função, uma vez que ajuda a pessoa a ser, aceitando-se, a ser com, interagindo com os outros, a ser para, desenvolvendo o sentido altruísta e ajudar a ser mais.¹³³ Por conseguinte, a formação religiosa facilita a abertura à realidade natural e à transcendência, educando para o espírito comunitário.

A Educação do Religioso é, sem dúvida, um dos maiores pilares na formação do indivíduo tal como afirma Juan Ambrósio:

“O contributo da Educação Moral e Religiosa Católica e de outras Confissões pode ajudar-nos a alcançar uma escola com mais qualidade, pelo que se deve exigir, da parte de todos os seus agentes educativos, uma postura que facilite e, porque não dizê-lo também, que incentive o desempenho desse contributo”¹³⁴.

Se o Estado se depara com realidades pluralistas, é imprescindível que o sistema educativo corresponda a essa pluralidade, sendo pertinente a presença do Ensino da Religião, uma vez que este facilita a diálogo entre os múltiplos saberes, permite o equilíbrio entre a cultura, a tradição, a fé, a busca do sentido da vida.

No entanto, apesar da Educação Integral, ser um direito do cidadão e estar consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem (artigo 26º)¹³⁵, e de o Ensino da Religião nas escolas, no seguimento das convicções dos pais/encarregados de educação, ser parte integrante do sistema educativo, visto o enquadramento moral e religioso da vida ser estruturante para o crescimento da criança e dos jovens, permitindo a aquisição equilibrada de uma visão aberta ao mundo¹³⁶, ao longo da história teve de travar grandes lutas.

¹³³ Cf. Isabel Vilaça e Vitor Carmona, “Contextos pedagógicos e educativos da Educação Moral e Religiosa Católica”, in *Pastoral Catequética* 5 (2006): 89-90.

¹³⁴ Juan Ambrósio, “As religiões na escola” in *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, 2 (2002):63.

¹³⁵ Declaração Universal dos Direitos do Homem (artigo 26º): “2.A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. 3.Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos”.

¹³⁶ Cf. Educris- Enquadramento- Disponível em: <http://www.educris.com/v3/94-enquadramento>[consultado em 10 de novembro de 2017]

Assim, como percurso de contextualização história, parte-se das referências às Constituições que vigoraram nos séculos XIX e XX, desde o início do constitucionalismo, 1822, até aos nossos dias.¹³⁷

As três Constituições da Monarquia Liberal¹³⁸ tinham em comum declararem a Religião Católica Apostólica Romana a religião oficial.¹³⁹ Na Constituição de 1822, as “pessoas tinham de venerar a Religião”¹⁴⁰, artigo 19º; nas Constituições de 1826 e 1838¹⁴¹ estabelece-se que “ninguém podia ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado e não ofenda a moral pública”¹⁴², artigo 145º, §4º e 11º.

Com a proclamação da República em 1910, assiste-se a um grave conflito religioso. Os republicanos tinham como principais temas da propaganda a laicização da vida portuguesa. Eram anticlericais, segundo a tradição maçónica, ao mesmo tempo que se opunham à realeza: monarquia e clericalismo, a seus olhos, equivaliam-se.

As relações com as autoridades eclesiásticas ficaram um caos, fazendo com que houvesse perseguições a clérigos. Desta forma, a constituição de 1911 foi marcada por este espírito, tendo previstas medidas de restrição das atividades das confissões religiosas. Porém, em 1918, houve um apaziguamento no conflito.¹⁴³

Em 1926, instala-se um regime autoritário oficializado pela Constituição de 1933, que durou até 1974, a liberdade religiosa foi contemplada com o intuito de ter os católicos como apoiantes. Dá-se uma alteração da Constituição, com a Lei n.º 1910, de 23 de maio de 1935, na qual se refere que o ensino ministrado pelo Estado visaria a formação das virtudes morais “orientadas pelo princípio da doutrina e moral cristãs, tradicionais do país”¹⁴⁴.

Uma nova fase é marcada com a Concordata de 10 de maio de 1940, na qual fica regulamentado, de modo estável, a situação jurídica da Igreja Católica em Portugal.

A Constituição de 1976, a atual, vem garantir a liberdade religiosa “é garantida a liberdade de ensino em qualquer religião praticado no âmbito da respetiva confissão”¹⁴⁵.

¹³⁷ Cf. Jorge Miranda, “*Liberdade Religiosa, Igrejas e Estado em Portugal*” in *Revista Nação e Estado*, 39, Instituto da Defesa Nacional (1986):119-136.

¹³⁸ Três Constituições da Monarquia Liberal- 1822, 1826 e 1838.

¹³⁹ *Constituição de 1822*, artigo 25º; *Constituição de 1826*, artigo 6º e *Constituição de 1838*, artigo 3º-

¹⁴⁰ *Constituição de 1822*-Disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/c1822t1.html> [Consultado em 10 de novembro de 2017].

¹⁴¹ *Constituição de 1832*- Disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/c1838t3.html> [Consultado em 10 de novembro de 2017].

¹⁴² *Constituição de 1826* (Carta Constitucional)- Disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/c1826t8.html> [Consultado em 10 de novembro de 2017].

¹⁴³ Cf. Jorge Miranda, “*Liberdade Religiosa, Igrejas e Estado em Portugal*” in *Revista Nação e Defesa*, 39, Instituto da Defesa Nacional (1986):120-121.

¹⁴⁴ Cf. Miranda, “*Liberdade Religiosa, Igrejas e Estado em Portugal*”, 121.

¹⁴⁵ *Constituição de 1976*, artigo 41º- Disponível em: <https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp1976.pdf> [Consultada em 10 de novembro de 2017].

Mais recentemente, na Concordata de 2004, destaca-se o seguinte: “A República Portuguesa, no âmbito da liberdade religiosa e do dever do Estado cooperar com os pais na educação dos filhos, garante as condições necessárias para assegurar (...) o ensino da religião e moral católica nos estabelecimentos de ensino público não superior”¹⁴⁶.

Em harmonia com o estabelecido neste documento, o Ensino da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica é sustentada por uma vastíssima legislação¹⁴⁷, resultado da integração progressiva no currículo escolar e na dignificação do corpo docente.¹⁴⁸

Assim sendo, cabe aos gestores escolares e à comunidade em geral, fazer cumprir a lei e proporcionar a todas as crianças, crentes ou não, a frequência na disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, visto ajudar a amadurecer as interrogações sobre o sentido da vida.¹⁴⁹

Por conseguinte, sem a dimensão religiosa, o ser humano não possui o verdadeiro conhecimento e compreensão da realidade social, nem da “compreensão do fenómeno religioso e das suas expressões e influências culturais”¹⁵⁰.

No sentido desta disciplina ser lecionada com empenho, responsabilidade de uma forma organizada, foram estabelecidos objetivos e finalidades.

2.1-Objetivos, Finalidades, Metas e Domínios

Quando se pensa numa determinada área curricular procura-se perceber qual a sua utilidade para a escola e para o próprio discente. Por isso, todas as áreas disciplinares têm por base Objetivos a atingir envoltas de Finalidades.

Perante a necessidade de dinamizar a disciplina de Educação Moral e Religiosa e Católica, a Equipa Nacional de apoio à disciplina, definiu alguns objetivos gerais, que servem de orientação quer às escolas, quer aos diferentes Secretariados de Educação Cristã. Assim é de referir que a disciplina deve ser promovida e apoiada segundo a legislação vigente; devem ser criadas equipas que despertem empenho nos professores, promovendo ações de formação, bem como a partilha de experiências, envolvendo a comunidade escolar.¹⁵¹

Para além destes objetivos, existem os Objetivos programáticos e Conteúdos que descrevem a intenção do professor em relação àquilo que o aluno deve realizar. No entanto,

¹⁴⁶ *Concordata de 2004*, artigo 19º.

¹⁴⁷ Cf., Ministério da Educação e Ciência Decreto-Lei n.º407/89; Decreto-lei n.º27/2006; Decreto-Lei n.º 139/2012; Decreto- Lei n.º 70/2013 e Despacho n.º 6809/2014, in Diário da República.

¹⁴⁸ Conferência Episcopal Portuguesa, “ Educação Moral e Religiosa Católica, um valioso contributo para a formação da personalidade” in *Pastoral Catequética*, 5 (2006): 8.

¹⁴⁹ *Ibid*,11.

¹⁵⁰ Conferência Episcopal Portuguesa, “Educação Moral e Religiosa Católica, um valioso contributo para a formação da personalidade” in *Pastoral Catequética*,5 (2006):11.

¹⁵¹ Equipa Nacional de apoio a Educação Moral e Religiosa Católica. Disponível em: <http://www.educris.com/v2/91-equipanacionaldeapoioaemrc> [Consultada em 12 de dezembro de 2017].

estes objetivos não orientam só o professor, mas servem para que os alunos interiorizem o que se espera deles autonomizando a aprendizagem.¹⁵²

Consequentemente, os bispos portugueses apontaram como a grande **Finalidade** da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica “a formação global do aluno, que permita o reconhecimento da sua identidade e, progressivamente, a construção de um projeto pessoal de vida. Promove-a a partir do diálogo da cultura e dos saberes adquiridos nas outras disciplinas com a mensagem e os valores cristãos enraizados na tradição cultural portuguesa”¹⁵³.

No que concerne às Finalidades, estas são as grandes metas a alcançar pelos alunos e para que a lecionação da disciplina seja adequada, o professor deve-as respeitar, sendo necessário um ensino rigoroso, com a mesma exigência das demais disciplinas.¹⁵⁴ Importa, por essa razão, mencioná-las¹⁵⁵:

- “Aprender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo em particular;
- Conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos;
- Estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé;
- Adquirir uma visão cristã da vida;
- Entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso;
- Adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos da moral e social;
- Aprender o fundamento religioso da moral cristã;
- Conhecer e descobrir o significado do património artístico-religioso e da simbólica cristã;
- Formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé;
- Estruturar as perguntas e encontrar respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade;
- Aprender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência.”

Posto isto, para que estas finalidades sejam atingidas, requer-se que esta disciplina tenha o mesmo grau de exigência de sistematização e rigor que as demais disciplinas.¹⁵⁶

¹⁵² Cf. Cristina Carvalho et al, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa, Secretariado Nacional de Educação Cristã, 2014), 9.

¹⁵³ Tomaz Nunes, “Sobre as finalidades da educação Moral e Religiosa Católica” in *Pastoral Catequética*, 5 (2006): 78.

¹⁵⁴ Tomaz Nunes, “Sobre as finalidades da educação Moral e Religiosa Católica” in *Pastoral Catequética*, 5 (2006): 78.

¹⁵⁵ Conferência Episcopal Portuguesa, “Educação Moral e Religiosa Católica, um valioso contributo para a formação da personalidade” in *Pastoral Catequética*, 5 (2006):14-15.

¹⁵⁶ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, “Educação Moral e Religiosa Católica, um valioso contributo para a formação da personalidade” in *Pastoral Catequética*, 5 (2006):15.

Contudo, é de salientar que para além dos Objetivos programáticos de cada Unidade Letiva e dos respetivos Conteúdos, associado às Finalidades estão as Metas¹⁵⁷ (o que se pretende da aprendizagem dos alunos) e os Domínios¹⁵⁸ (aquilo que o aluno deve conhecer). A saber:

Domínios	Metas Curriculares
Religião e Experiência Religiosa	<p>A. Compreender o que são o fenómeno religioso e a experiência religiosa.</p> <p>B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história.</p> <p>C. Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas.</p> <p>D. Promover o diálogo inter-religioso como suporte para a construção da paz e a colaboração entre os povos.</p>
Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida	<p>E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.</p> <p>F. Conhecer a mensagem e culturas bíblicas.</p> <p>G. Identificar os valores evangélicos.</p> <p>H. Articular uma perspetiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica.</p> <p>I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade.</p> <p>J. Descobrir a simbólica cristã.</p> <p>K. Reconhecer exemplos relevantes do património artístico criados com fundamento religioso.</p> <p>L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.</p>
Ética e Moral	<p>M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.</p> <p>N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.</p> <p>O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.</p> <p>P. Identificar o fundamento religioso da moral cristã.</p> <p>Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</p>

Assim, com toda esta organização, pretende-se que o aluno adquira competências diversificadas, estruturada pelos diferentes domínios, de natureza intelectual, permitindo o desenvolvimento social e moral, capacitando-os de um agir moral maduro.¹⁵⁹

Se, por um lado, se exige que cumpram objetivos com fim a atingirem determinadas finalidades, por outro, se requer que os alunos abarquem certas competências.

¹⁵⁷ Cristina Carvalho et al, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa, Secretariado Nacional de Educação Cristã, 2014),8.

¹⁵⁸ Cf. *Ibid.*

¹⁵⁹ Cf. Cristina Carvalho et al, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa, Secretariado Nacional de Educação Cristã, 2014),11.

2.2- *Competências a desenvolver pelos alunos*

Se as outras áreas curriculares estabelecem determinadas competências a serem desenvolvidas pelos alunos, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica não é a exceção.

Assim, pretende-se que um aluno, que frequente a disciplina, deva reconhecer-se na sua dignidade como ser único e singular, capaz de fazer opções assertivas e de assumir a responsabilidade dos seus atos, incentivando e valorizando o respeito pelos outros, na sua diversidade de seres, culturas e formas de estar. Para além disso, deve cooperar na sociedade, de forma criativa, fraterna e solidária, e, também, reconhecer e promover o valor do património histórico, ecológico, cultural e humano, bem como compreender a importância da dimensão religiosa, como parte integrante de si e da sociedade em geral.¹⁶⁰

Desta forma, aqueles que frequentam “as aulas de Educação Moral e Religiosa Católica encontram, os meios para interpretar a imensidão do universo e os desafios da convivência humana, procurando dar sentido à sua existência e ao mistério que a envolve”¹⁶¹.

Perceber as competências dos alunos é importante no contexto do processo ensino-aprendizagem, não menos saber o esboço que se delineia para o perfil do professor de Educação Moral e Religiosa Católica.

2.3- *Perfil do professor da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica*

Tudo que diz respeito ao ensino requer um perfil, um currículo, uma postura, uma abordagem da pessoa que será interveniente no desempenho e formação dos futuros cidadãos partícipes ativos na sociedade democrática.

Por isso, as escolas, os gabinetes, os departamentos, as diferentes entidades criam uma espécie de perfil da pessoa que deverá exercer esta ou aquela função. A profissão de professor não escapa a este preciosismo da sociedade atual. Assim, o professor deve abarcar três dimensões:

- **Como educador:** deve inspirar a confiança no conhecimento e compreensão dos outros, através do diálogo franco; fomentar a autonomia dos alunos em ordem à sua inclusão na sociedade; manifestar capacidade relacional e de comunicação e assumir as exigências éticas e deontológicas associadas à prática profissional; esforçar-se por ser competente nos domínios científico e pedagógico;

¹⁶⁰ Educris- Disponível em: <http://www.educris.com/v2/96-ensino-basico/866-competencias-essenciais-de-emrc> [Consultado em 15 de dezembro de 2017].

¹⁶¹ Cf. Carvalho et al, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 164.

- **Como testemunho de Fé:** sente a responsabilidade de dar testemunho; é uma pessoa de esperança e como desenvolvimento profissional, desenvolve competências pessoais, sociais numa perspetiva de formação ao longo da vida e reflete sobre o seu desempenho;
- **Como participação na escola e comunidade envolvente,** o professor participa na construção dos projetos curriculares, quando solicitado, colaborando, também, com todos os intervenientes no processo educativo, favorecendo as relações entre encarregados de educação, promovendo a interação familiar.¹⁶²

Posto isto, os professores de Educação Moral e religiosa Católica devem ser criteriosamente preparados, “tendo em conta as condições gerais da qualificação científica e pedagógica, o jeito e o gosto pela missão educativa, a capacidade de integração escolar, o testemunho da vida cristã e a disposição de assumir as orientações diocesanas e nacionais no domínio de ensino”¹⁶³.

O perfil do professor aqui esboçado vai ao encontro à pertinência da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica na escola pública.

2.4 – A importância da Educação Moral e Religiosa Católica na escola pública

A educação tem um papel socializador e o professor já não é só um instrutor, mas o responsável pela mediação entre o educando e a sociedade. Por isso, o objetivo da educação será a preparação do discente para a sua inserção social, assumindo o papel de cidadão, sendo a escola o centro da educação.

Por essa razão, a educação está relacionada com o crescimento pessoal e, tanto a educação como a escola têm de contemplar todas as dimensões constitutivas da pessoa, incluindo a religiosa, por isso, o ser humano, em constante procura de si, questiona os significados para a existência da vida, tanto de uma forma racional, como de uma forma transcendente. Assim sendo, se a escola, pretende participar verdadeiramente na formação integral da pessoa humana, não pode ignorar essa dimensão, “que é parte integrante da pessoa e é a abertura fundamental à alteridade e ao mistério que preside cada relação e cada encontro entre os seres humanos”¹⁶⁴.

¹⁶² Educris- Disponível em:<http://www.educris.com/v2/120-perfil/920-ser-professor-de-emrc> [Consultado a 20 de dezembro de 2017].

¹⁶³ Conferência Episcopal Portuguesa, “Educação Moral e Religiosa Católica, um valioso contributo para a formação da personalidade” in *Pastoral Catequética*, 5 (2006): 10.

¹⁶⁴ Bento XVI, *Discurso aos professores de Religião Católica nas escolas Italianas* (25 de abril de 2009), disponível em http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20090425_insegnanti-religione.html [consultado 3 de maio de 2018].

Quer então dizer que a presença do Ensino da Religião na escola pública é um contributo indispensável, para que esta possa realizar a sua tarefa educativa na sua plenitude e o diálogo que é estabelecido entre a escola e a Igreja é de consenso, dando primazia ao mesmo objetivo: a personalização do ser humano, sendo a presença deste ensino uma mais-valia, visto contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e mais humana.¹⁶⁵

António Martins é de opinião que “a dinâmica do saber religioso, de uma cultura religiosa, poderá proporcionar, e possibilitará com certeza, a existência de cidadãos mais conscientes, responsáveis e solidários, comprometidos na edificação de um mundo melhor”¹⁶⁶.

Desta forma, o Ensino da Religião Cristã é indispensável nas escolas, pois educa para a vivência da religiosidade pessoal com a religião vivida em comunidade, reforçando a opção livre de cada educando.

A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica nas escolas públicas é garantida pelo Estado, por causa das diretrizes concordatárias, dos documentos da doutrina constitucional e da Igreja sobre a liberdade religiosa e da educação cristã.¹⁶⁷

A presença desta disciplina abarca todos os ciclos de ensino, mesmo que sendo opcional, é de extrema importância a sua oferta e promoção por parte das escolas, uma vez que promove a educação das crianças e adolescentes numa perspetiva cristã, facilitando o saber agir humano, livre e responsável, proporcionando a reflexão e participação na vida escolar, no seu processo educativo e na intervenção social, contribuindo para uma sociedade mais justa.

Assim sendo, a Educação Moral e Religiosa Católica é um contributo para a formação de cidadãos responsáveis, autónomos valorizando a dimensão humana.¹⁶⁸

É de salientar, contudo, que o ensino da religião na escola “constitui uma exigência da conceção antropológica aberta à dimensão transcendental do ser humano. Sem esta disciplina, os alunos estariam privados de um elemento essencial para a sua formação e desenvolvimento pessoal, que os ajuda a atingir uma harmonia vital entre a fé e a cultura”¹⁶⁹.

Além de enriquecer a cultura dos alunos, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica ajuda-os a encontrar respostas às interrogações fundamentais que surgem na pessoa

¹⁶⁵ Cf. Juan Ambrósio, “Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Pública” in *Communio- Revista internacional Católica*, 5 (2001/5):440-441.

¹⁶⁶ António Martins, “Celebrações da e na escola”, in *Theologica*, 43. 2.ª série – Fasc.1(2008):182.

¹⁶⁷ Tomaz Nunes, “Sobre as finalidades da educação Moral e Religiosa Católica” in *Pastoral Catequética*, 5 (2006): 76.

¹⁶⁸ Cf. Cristina Carvalho et al, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa, Secretariado Nacional de Educação Cristã, 2014), 163.

¹⁶⁹ Congregação para a Educação Católica. *Carta Circular sobre o Ensino da Religião na Escola*. Vaticano, 2009:§ 10. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20090505_circ-insegn-relig_po.html [Consultado em 20 de março 2018].

humana, sobretudo no momento da adolescência: “qual é o sentido da vida? Quais são as leis morais da consciência e da sociedade? Quais os verdadeiros valores?”¹⁷⁰

Portanto, se a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica desperta para o transcendente, vai iluminando as realidades da vida e dos diversos saberes adquiridos pelos alunos com a mensagem Cristã.¹⁷¹

Em suma, o ensino da religião católica contribui para que as escolas e a sociedade se “enriqueçam de verdadeiros laboratórios de cultura e de humanidade, nos quais, decifrando a contribuição do cristianismo, habilita-se a pessoa a descobrir o bem e a crescer na responsabilidade, a procurar o confronto e a apurar o sentido crítico, a inspirar-se nos dons do passado para compreender melhor o presente e projetar-se conscientemente para o futuro”¹⁷².

Nos pontos anteriores deste capítulo, fez-se um percurso através do qual se esmiuçou sobre a pertinência das disciplinas de Educação para a Cidadania e a de Educação Moral e Religiosa Católica como parte integrante nos *curricula* das escolas públicas, bem como enquadramento legislativo, o perfil do professor, as competências a atingir pelos alunos e, não menos importante, referiu-se os Programas que as sustentam.

No ponto que se segue, procurou-se estabelecer os pontos convergentes e divergentes das duas disciplinas.

3-Pontos convergentes/divergentes das disciplinas de Educação para a Cidadania e Educação Moral e Religiosa Católica

Ambas as disciplinas são importantes e cada uma delas tem a sua especificidade e lugar na escola, abrangidas por regimes legislativos, como foi explanado nos pontos anteriores, com propostas curriculares específicas e no facto de que a disciplina Educação para a Cidadania ser obrigatória e da Educação Moral e Religiosa Católica ser de oferta obrigatória, mas de frequência facultativa.

Porém, enquanto a disciplina de Educação para a Cidadania visa desenvolver/ formar um cidadão responsável, capaz de intervir em consciência, numa sociedade democrática, ficando conhecedor dos seus direitos e deveres, a disciplina de Educação Moral e Religiosa

¹⁷⁰ Cf. Deolinda Serralheiro, *Educação Moral e Religiosa Católica na escola Portuguesa* (Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1990), 18.

¹⁷¹ Cf. Maria Luísa Boléo, “Integração do Ensino Religioso Escolar no Sistema Educativo Português” in *Pessoa, Cultura e Fé- Fórum do Ensino Religioso* (Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997):160.

¹⁷² Bento XVI, *Discurso aos professores de Religião Católica nas escolas Italianas* (25 de abril de 2009), disponível em http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20090425_insegnanti-religione.html [consultado 3 de maio de 2018].

Católica, para além disso, procura colocar o cidadão diante da questão religiosa da transcendência possibilitando-o a ser no seu todo, “conseguindo o equilíbrio entre a exigência científica e a disciplinar (rigor e método) e a proximidade afetiva e vivencial com o aluno, privilegiando o que é essencial”¹⁷³.

Se a paz de uma sociedade depende da sua civilidade, implica educar para a cidadania, porque não se equaciona pôr em causa essa paz, dentro dessa sociedade dita democrática. Daí, a pertinência do Estado em se preocupar com uma proposta curricular que vise a Educação para a Cidadania, como disciplina obrigatória em todos os ciclos, seja de componente autónoma (2º e 3º Ciclos) ou de índole transversal a todas as disciplinas (ensino secundário), visto que se pretende propor noções de comportamento, induzindo os sujeitos a “adquirirem o estatuto de cidadãos”¹⁷⁴.

Por seu lado, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica contribuirá para limar alguns aspetos na formação da personalidade, na medida em que ajuda a descobrir o projeto divino sobre a pessoa, sobre a vida humana e sobre a sociedade, orientando-a na aprendizagem de viver juntos, de ser em amor e de forma gratuita.¹⁷⁵

Em termos programáticos, as diferenças são evidentes. Por um lado, a disciplina de Educação para a Cidadania não contempla um programa específico, devidamente estruturado. Depende do contexto sociocultural da comunidade escolar, sendo as áreas-temáticas geridas conforme as necessidades culturais ou mediante as diretrizes do conselho pedagógico. Por outro lado, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica está organizada com um programa próprio, que inclui finalidades, domínios, metas, conteúdos e objetivos, estando as temáticas distribuídas por unidades curriculares e de índole muito mais abrangente, pois contempla, não só preocupação social, mas cultural, histórica, religiosa e moral.

A Educação Cívica pode ser considerada uma educação axiológica¹⁷⁶, uma vez que lhe estão subjacentes os direitos humanos, que exigem a afirmação de determinados valores e atitudes.¹⁷⁷ Assim, pode dizer-se que a afinidade entre Educação Cívica e Educação Moral é profunda, pois destacam-se o desenvolvimento da capacidade cognitiva e empírica dos indivíduos, o desenvolvimento da argumentação e do diálogo e do sentido crítico.

¹⁷³ Cf. Isabel Vilaça e Vitor carmona, “Os contextos pedagógicos e educativos da Educação Moral e Religiosa Católica” in *Pastoral Catequética*,5 (2006): 95.

¹⁷⁴ Conferência Episcopal Portuguesa, Carta Pastoral: Educação e dever- missão nobre ao serviço de todos (Lisboa: Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa, 2002),7.

¹⁷⁵ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, Carta Pastoral: Educação e dever- missão nobre ao serviço de todos (Lisboa: Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa, 2002),8.

¹⁷⁶ **Axiologia** é o estudo de valores, uma teoria do valor geral, compreendido no sentido moral; padrão dominante de valores em determinada sociedade. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Axiologia> [Consultado em 20 de janeiro de 2018].

¹⁷⁷ Cf. Maria Luísa Branco, *A escola, a comunidade educativa e a formação dos novos cidadãos* (Lisboa: Instituto Piaget, Divisão Editorial, 2007), 201-202.

No entanto, a Educação Moral revela-se essencial ao contexto de uma sociedade democrática ao colocar fins superiores ao individualismo, fomentando a solidariedade e a coesão social, a reciprocidade e a associação entre o processo de deliberação comum e as decisões particulares.¹⁷⁸

Portanto, os alunos que frequentem a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica apercebem-se da dimensão cultural do fenómeno religioso, bem como conhecem o conteúdo da mensagem cristã; identificam os valores evangélicos e estabelecem o diálogo entre a cultura e a fé; entendem o diálogo ecuménico e inter-religioso; adquirem uma visão cristã da vida, e o fundamento religioso da moral cristã; conhecem e descobrem o significado do património artístico-religioso e da simbólica cristã; estruturam as perguntas e encontram respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade e aprendem a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e a agirem com responsabilidade e coerência.¹⁷⁹

Pode dizer-se que a educação dos jovens pertence à Igreja e ao Estado¹⁸⁰, embora de formas diferentes. Assim, cabe ao Estado a Educação Cívica, “tão ampla e múltipla que compreende quase toda a sua ação pelo bem comum, assim como deve ser informada pelas normas da rectidão, assim também não pode contradizer a doutrina da Igreja que foi divinamente constituída e é mestra destas normas”¹⁸¹.

Se a escola é uma instituição colaboradora e essencial à família e à Igreja, a necessidade moral deve conciliar-se positivamente com todos os ambientes¹⁸², a ponto de poder “constituir juntamente com a família e com a Igreja, um único santuário, sacro para a educação cristã, sob pena de falir no seu escopo, e de converter-se, em caso contrário, em obra de destruição”¹⁸³.

Por conseguinte é preciso que todos os elementos da comunidade educativa “sejam regidos pelo espírito cristão, sob a direção e vigilância maternal da Igreja católica, de modo que a Religião seja verdadeiramente fundamento e coroa de toda a instrução, em todos os graus, não só elementar, mas também média e superior”¹⁸⁴.

¹⁷⁸ Cf. Maria Luísa Branco, *A escola, a comunidade educativa e a formação dos novos cidadãos* (Lisboa: Instituto Piaget, Divisão Editorial, 2007), 201-202.

¹⁷⁹ *Ibid.*, 14-15.

¹⁸⁰ Cf Pius XI, *Litterae Encyclicae “ Divini Illius Magistri”* (31 de diciembre de 1929) ,in *Acta Apostolicae Sedis* 21 (1929): 302,§ *Ao estado c.*

¹⁸¹ *Ibid.*, Pius XI, *Divini Illius Magistri*.

¹⁸² *Ibid.*, Ambiente da Educação § c

¹⁸³ *Ibid.*

¹⁸⁴ *Ibid.*

Salienta-se, como nota final, que a Educação Moral e Religiosa Católica contribua para que o mundo reconheça a Igreja como realidade social da história e seu fermento, fomentando um intercâmbio vivo entre a Igreja e as diversas culturas dos diferentes povos”¹⁸⁵ .

¹⁸⁵ Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II. "Constitutio pastoralis de Ecclesia in mundo huius temporis «Gaudium et spes», in AAS 58 (1966):§44.

CAPÍTULO III- A IMPORTÂNCIA DA PERTENÇA COMO CONTEÚDO A TRABALHAR NA UNIDADE CURRICULAR - VIVER JUNTOS – DO 5º ANO DE ESCOLARIDADE

O excerto que se transcreve espelha a compreensão pela qual o ser humano não pode nem deve viver isolado na sociedade:

“A vida em sociedade decorre num determinado tempo e lugar e organiza-se em grupos. Os grupos de que falamos aqui são conjuntos de pessoas que, além de terem um objetivo em comum, se juntam à volta desse mesmo objetivo, estabelecendo entre si relações mais ou menos duradouras”¹⁸⁶.

Portanto, a escolha da Unidade Letiva Um - “Viver Juntos”, postulada no Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, do 5º ano de escolaridade, prende-se com o facto de se realçar a necessidade de se saber estar na sociedade e valorizar a pertença a um grupo com o qual as crianças se identifiquem, respeitando as diferenças.

A reflexão procura, desta forma, esclarecer um pouco as escolhas efetuadas dos conteúdos lecionados e descrever o contexto da Prática de Ensino Supervisionada, que decorreu numa escola da cidade de Braga, inserida no Agrupamento Alberto Sampaio, mais concretamente a escola EB23 de Nogueira.

Para tal, num primeiro momento, faz-se referência ao Projeto Educativo do Agrupamento, que é um documento basilar e estruturante da ação de uma escola e, de seguida, à caracterização da escola EB23 de Nogueira.

Posteriormente, procede-se à descrição psicológica e comportamental das crianças da faixa etária compreendida entre os 10 e os 11 anos de idade e à caracterização dos elementos componentes da turma do 5ºF, envolvidos diretamente neste processo de ensino-aprendizagem, que vai ser explanada no ponto dois deste capítulo.

Num ponto posterior, procura-se explicar as propostas de planificação da Unidade Letiva Um “Viver Juntos” e a respetiva fundamentação que serviu de base para a exposição letiva, bem como a justificação da atividade desenvolvida pelos elementos do Núcleo de Estágio, culminando com a avaliação da Prática de Ensino Supervisionada.

¹⁸⁶Elisa Urbano *et al.*, *Conta Comigo!* (Lisboa: Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015),18.

1. Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio para o triénio de 2016/2018 e caracterização da escola EB23 de Nogueira

O Projeto Educativo consiste-se como um dos instrumentos de autonomia preconizado no art.º 9 da lei 75/2008, 22 de abril, que define como documento que consagra a orientação educativa ao agrupamento de escolas agrupadas e não agrupadas, elaborado pelos seus órgãos de gestão, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas segundo as quais o agrupamento se propões cumprir.¹⁸⁷

Emerge, assim, o conjunto de práticas e valores, traduzido em regras, harmoniosamente reconhecidas por toda a comunidade que conferem a margem de identidade.¹⁸⁸

Assim, este Agrupamento pretende cumprir a missão educativa de serviço público, centrando-se na construção de uma educação integral, promovendo o desenvolvimento da autonomia pessoal, permitindo aos indivíduos a interpretação crítica e fundamentada do mundo atual.¹⁸⁹

O Agrupamento é constituído por treze unidades: três Jardins-de-Infância, três Escolas do 1º Ciclo, cinco Escolas do 1º Ciclo com Jardim e Infância, uma Escola Básica com 2º e 3º Ciclos e uma Escola com 3º Ciclo e Secundário.

Cerca de dois terços dos alunos encontram-se na Escola EB23 de Nogueira (criada em 1994) e na Secundária Alberto Sampaio.

A Escola Eb23 de Nogueira é um edifício tipo T24. Possui dois pisos dispostos em três alas separadas e ligadas por uma quarta. Os balneários constituem os anexos junto aos campos de jogo e têm um pavilhão gimnodesportivo inaugurado em 2004.

O edifício central é rodeado de espaços abertos e de zonas ajardinadas que têm vindo a ser melhoradas e onde foram sendo criados espaços de lazer. A Escola possui as seguintes valências:

- 21 Salas de aula normais;
- 2 Salas específicas;
- 2 Salas de projeto;
- 1 Sala de música;
- 2 Laboratórios de ciências experimentais;
- 2 Salas de desenho;
- 2 Salas de EVT;

¹⁸⁷ Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, *Projeto educativo, Triénio 2016-2018* (Braga, dezembro 2015), 3.

¹⁸⁸ Cf., *Ibid.* - “Margem de identidade” - “é um conjunto de práticas e valores, traduzido em regras escritas ou não escritas, reconhecidas por toda a comunidade, perdurando no tempo, coletivamente assumida e que conduz à existência de um percurso distinto e particular”.

¹⁸⁹ Cf., *Ibid.*

- 1 Sala de estudo;
- 1 Centro escolar de informática;
- 1 Sala de TIC;
- 1 Biblioteca;
- 1 Sala do aluno;
- 1 Bar de alunos;
- 1 Sala de professores com bar;
- 1 Sala de professores junto aos balneários;
- 1 Gabinete de Psicologia e Orientação;
- 1 Gabinete Médico;
- 1 Cantina;
- 1 Pavilhão desportivo com balneários;
- 1 Sala de repouso para pessoal não docente;
- 2 Gabinetes de Direção de Turma;
- 1 Gabinete da Associação de Estudantes;
- 1 Estúdio de Rádio;
- 1 Gabinete de Direção.

A captação dos alunos desta escola provém das freguesias de Nogueira (29,37%), Lomar (11,99%), Esporões (8,61%), S. José de S. Lázaro (7,24%), Fraião (5,46%) e de S. Vítor (5,33%).¹⁹⁰

O agrupamento valoriza a educação para todos, orientando-a para a dignidade da pessoa, igualdade dos direitos e equidade social. Assim, almeja um espaço passível de abertura à mudança, de compreensão da pluralidade de opiniões e da diversidade de modelos civilizacionais e fomenta a liderança no sentido de atuar permanentemente num cariz moral, recentralizando valores e comprometendo todos os objetivos comuns.¹⁹¹

Desta forma, os princípios e valores orientadores¹⁹² apresentados pelo Projeto Educativo são:

- Liberdade e responsabilidade, para que todos os alunos se tornem agentes ativos e conscientes;
- Humanismo e equidade, assegurando o direito à diferença;
- Qualidade e transparência, promovendo a qualidade e o rigor;

¹⁹⁰Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, *Projeto educativo, Triénio 2016-2018* (Braga, dezembro 2015), 8.

¹⁹¹Cf. *Ibid.*, 16.

¹⁹²Cf. *Ibid.*, 16-17.

- Conhecimento e inquietação, garantir o conhecimento como pedra basilar na construção de uma cultura humanística, artística e científica, bem como a descoberta e construção de conhecimento;
- Fraternidade e sustentabilidade, promover a entreaajuda;
- Participação e motivação, envolver todos os agentes da comunidade no processo educativo e na vida da escola.

Para além destes aspetos mencionados, são também contemplados os tópicos referentes às metas, às estratégias e à avaliação.

2- Caracterização dos alunos do 5º ano de Escolaridade

A faixa etária dos alunos que frequentam o 5º ano de escolaridade situa-se entre os dez e os onze, que corresponde a uma fase de transição entre a infância e a entrada na adolescência. Uma fase de desenvolvimento mental e físico, suscetível de provocar oscilações comportamentais temporárias.

A criança vive um despertar para a intimidade e para si própria¹⁹³, sendo uma fase do querer deixar de ser criança, procurando impor-se como um pequeno adulto, que não é¹⁹⁴, procurando uma compreensão para a condição infantil inferior. Por isso, procura ser grande, tendo por heróis o pai e a mãe, e, mais tarde, procura esse herói em figuras públicas de relevo, como protagonistas de filmes, de jogadores de futebol, de cantores, de banda desenhada, alguém que seja maravilhoso, quer pela inteligência, quer pela bravura.¹⁹⁵

Pela primeira vez, conhece as suas qualidades, as suas forças, as suas apetências e, também, as suas limitações e fraquezas, sentindo-se indefesa, o que pode levar com que se isole e se irrite com facilidade, visto não controlar as emoções.

Para além disso, é imatura e não se reconhece no mundo dos adultos. É nesta fase, que a criança tem necessidade de se sentir pertença a um grupo, com o qual se identifica e se sente acarinhada.

É nesta altura, também, que a criança tem capacidade de inferir os próprios raciocínios, explicando/discernindo o que é bom do que é mau, acreditando que o incumprimento das regras terá consequências, por norma, termina em sanção.¹⁹⁶

¹⁹³ Cf. Fernando Moita et al., *Desafios 7º Ano* (Lisboa: Fundação do Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2009), 136.

¹⁹⁴ Cf. Mário Gonçalves Viana, *Psicologia da Educação* (Porto: Editorial Domingos Barreira), 103.

¹⁹⁵ Cf. *Ibid.*

¹⁹⁶ Cf. António Ávila, *Para conhecer a Psicologia da Religião* (São Paulo: Edições Loyola, 2007), 203.

Uma das características desta faixa etária é o facto de a criança ter diários, onde redige as mais diversas experiências, desde aventuras, desgostos, tristezas, desilusões, alegrias e até conquistas.

Para além disso, mostra apetências específicas para o desenho, os jogos e atividades rítmicas. Começa, também, a abandonar as fantasias do mundo mágico, que ela própria cria, para desenvolver competências do pensamento lógico e crítico.¹⁹⁷

No que concerne ao discernimento religioso, a criança já é capaz de abstrair conceitos e operar com eles, articulando de uma forma nova a compreensão da realidade, por isso, já tem desenvolvimento intelectual suficiente para assimilar as noções religiosas e “purificá-las dos resquícios infantis de etapas anteriores”¹⁹⁸.

A representação de Deus é vista de uma forma espiritual e é feita através de símbolos recebidos da cultura ambiente ou elaborados pessoalmente.¹⁹⁹

Recorrendo à prática letiva e ao convívio com os alunos da turma 5º F, segue-se a caracterização da mesma.

3- Caracterização dos alunos da turma 5ºF

A turma do quinto ano, turma F, é constituída por vinte alunos, onze do sexo feminino e nove do sexo masculino, vindos predominantemente da escola Básica de Nogueira, sendo que dois alunos são oriundos de uma outra turma, mas da mesma escola que os demais colegas.

No que se refere ao enquadramento socioeconómico, a turma, é, na sua maioria, proveniente da classe média. Existem cinco alunos subsidiados com o escalão A, quatro alunos subsidiados com o escalão B, um aluno subsidiado com o escalão C e os restantes não usufruem de qualquer tipo de subsídio.

Por sua vez, no que concerne às habilitações dos pais dos alunos da turma, três concluíram o 1º ciclo do Ensino Básico, três o 2º ciclo do Ensino Básico, nove o 3º Ciclo do Ensino Básico, seis o Ensino Secundário e quinze uma Licenciatura.

A maioria dos Encarregados de Educação trabalha em atividades do sector terciário²⁰⁰ e alguns em atividades ligadas ao sector secundário²⁰¹ e alguns encontram-se no desemprego.

¹⁹⁷ Cf. Viana, *Psicologia da Educação*, 47-50.

¹⁹⁸ António Ávila, *Para conhecer a Psicologia da Religião* (São Paulo: Edições Loyola, 2007), 160.

¹⁹⁹ Cf. *Ibid.*, 161.

²⁰⁰ Setor terciário (também conhecido como setor de serviços) é aquele que engloba as atividades de serviços e comércio de produtos. Disponível em <https://www.infoescola.com/economia/setor-terciario/>

²⁰¹ Cf. *Ibid.*, Setor Secundário (industrialização).

Os alunos são, na sua generalidade, bem-comportados, embora um pouco faladores. São muito participativos, empenhados e interessados na realização das tarefas/atividades propostas. Demonstram sentido crítico e vontade de querer saber mais, revelando muita curiosidade pelas questões que colocavam ao longo da prática letiva.

De salientar, que nesta turma, existe um menino com necessidades educativas especiais, mas que, apesar da diferença, participou ativamente nas aulas e de louvar o facto de os colegas que se sentavam perto dele, o ajudarem na realização das tarefas.

A maior parte dos alunos desta turma revelou que o seu passatempo favorito era desenhar, dançar e fazer jogos diversos.

A interação professor / aluno foi muito positiva, conseguindo-se construir/estabelecer uma relação de afinidade e empatia.

Tendo em conta que esta reflexão visa dar a perceber como decorreu a Prática de Ensino Supervisionada, procura-se, seguidamente, apresentar uma proposta de planificação de lecionação da temática “Viver juntos” do quinto ano de escolaridade, inserida no Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, sugerindo metodologias, recursos e os planos de aula.

4- Proposta de planificação da Unidade letiva e respetiva fundamentação das opções metodológicas

Quando o docente pretende organizar e orientar a sua prática letiva, precisa ter em consideração a unidade letiva que vai lecionar, o que pretende transmitir, como e o que quer que os alunos atinjam.

Por essa razão, a planificação adequada, coerente e concisa é fundamental para que o desempenho do docente seja eficaz e se sinta profícuo.

Assim, o currículo, tal como é publicado, é transformado e adaptado pelo processo da planificação através de acrescentos, supressões e interpretações e pelas decisões do professor sobre o ritmo, sequência e ênfase que lhe imprime.²⁰²

Para além disso, pode ser um meio através do qual o professor possa gerir melhor o espaço de sala de aula²⁰³, evitando deambulações de pensamento, visto esta estar devidamente estruturada.

Desta forma, ao pensar em planificar deve-se ter em conta três fases: “ a fase anterior à instrução, em que são tomadas decisões acerca do conteúdo e duração do que deve ser ensinado; a fase da instrução, em que se tomam decisões sobre as questões a colocar, o tempo

²⁰² Cf. Richard Arends, *Aprender a ensinar* (Portugal: Editora Mcgraw-Hill, 1995),44.

²⁰³ Cf. *Ibid.*, 47.

de espera e as orientações específicas e a fase posterior à instrução, em que se tomam decisões sobre a avaliação dos progressos dos alunos e o tipo de informação avaliativa a proporcionar²⁰⁴.

Ao planificar, o professor não se pode esquecer do público-alvo, das particularidades da turma, bem como de todo o programa curricular das unidades letivas que vai lecionar.

Para que uma planificação tenha sucesso é preciso ter em consideração três grandes vetores, que são as Finalidades, as Metas e os Conteúdos, de um determinado programa, neste caso o Programa de Educação Moral e Religiosa Católica.²⁰⁵ É nas Finalidades que está estipulado o que se pretende que o aluno adquira, nas Metas o que o professor deseja que os alunos aprendam e os Conteúdos abarcam a temática que se pretende trabalhar/aprofundar, referente a uma determinada Unidade Letiva.

Pretende-se que os alunos, no final desta Unidade Letiva, que conta com a leção de seis aulas, com a duração de 45 minutos, percebam a mudança como condição do crescimento humano, que a diversidade dos membros de um grupo é um fator socialmente enriquecedor e que todos somos iguais na diferença.

Desta forma, a planificação terá a seguinte sequência:

4.1- Aula 1- O Grupo a que pertencem- valorização da diversidade e do respeito

A aula começa com o acolhimento e cumprimento dos alunos e o registo do sumário, no caderno diário.

Recorrendo ao brainstorming²⁰⁶ a professora retoma o conceito de grupo que tem vindo a ser desenvolvido nas aulas anteriores.

De seguida, com o recurso ao quadro, a professora escreve a palavra diversidade, pedindo aos alunos, de forma aleatória, para que a definam, sendo as respostas registadas por um aluno no quadro.

Seguindo a mesma estratégia, é escrito a palavra respeito, mas com o intuito de que os alunos a decomponham, tentando perceber que nesta palavra estão implícitas bases para fomentar um bom relacionamento. Como por exemplo: Responsabilidade; Educação; Solidariedade; Proteção; Exemplar; Integridade; Tolerância; Orgulho.

²⁰⁴ Cf. Richard Arends, *Aprender a ensinar* (Portugal: Editora Mcgraw-Hill, 1995),67.

²⁰⁵ Cristina Carvalho et al , *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa, Secretariado Nacional de Educação Cristã, 2014).

²⁰⁶ *Brainstorming* significa tempestade cerebral ou tempestade de ideias. É uma expressão inglesa formada pela junção das palavras "*brain*", que significa cérebro, intelecto e "*storm*", que significa tempestade.

Posteriormente, distribuiu-se uma ficha informativa²⁰⁷ e outra de trabalho. Nesta, os alunos utilizam diferentes cores para pintarem os vocábulos que fazem parte da palavra explorada anteriormente e preenchem as regras básicas de comportamento.

As tarefas são acompanhadas pela professora, que vai circulando pela sala, dando orientações.

²⁰⁷ Cf. Anexo 1

Tabela 1 - Grelha de planificação da aula 1

Unidade Letiva: Viver Juntos

Aula n.º 1

Ano: 5º | Turma: F

Data: 31/10/2017

Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: O Grupo a que pertenceo- valorização da diversidade e do respeito. Exploração dos conceitos diversidade e respeito Ficha de trabalho			Acolhimento Registo do sumário	Caderno diário Quadro e caneta	5 min.	Assiduidade Pontualidade Empenho
<p>Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história.</p> <p>Identificar os valores evangélicos.</p>	<p>Valorizar a mudança como condição do crescimento humano;</p> <p>Valorizar a diversidade dos membros de um grupo como fator enriquecedor.</p>	<p>Características dos grupos: - Pessoas com as mesmas finalidades, que se juntam para atingir determinados objetivos, desenvolvendo e construindo relações;</p> <p>Exploração de conceitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diversidade • Respeito <p>A integração nos grupos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colaboração; • Aceitação dos outros • Disponibilidade 	<p>Recorrendo ao <i>brainstorming</i>, a professora retoma o conceito de grupo que tem vindo a ser desenvolvido nas aulas anteriores.</p> <p>De seguida, com o recurso ao quadro, a professora escreve a palavra diversidade, pedindo aos alunos, de forma aleatória, para que a definam, sendo as respostas registadas por um aluno.</p> <p>Depois, seguindo a mesma estratégia, é escrito a palavra respeito, mas com o intuito de que os alunos a decomponham, tentando perceber que nesta palavra estão implícitas bases para fomentar um bom relacionamento.</p> <p>Como por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Responsabilidade; • Educação; • Solidariedade; 	<p>Quadro</p> <p>Caderno diário</p>	<p>5 min</p> <p>10 min</p> <p>15 min.</p>	<p>Atenção</p> <p>Empenho</p> <p>Participação</p> <p>Cumprimento das regras da sala de aula</p> <p>Reforço positivo</p> <p>Observação direta</p> <p>Fichas de trabalho</p> <p>Iniciativa</p>

			<ul style="list-style-type: none"> • Proteção; • Exemplar; • Integridade; • Tolerância; • Orgulho. <p>Posteriormente, é distribuída uma ficha informativa, onde os alunos podem pintar de diferentes cores as palavras que fazem parte da palavra explorada anteriormente.</p>		10 min.	
--	--	--	---	--	---------	--

4.2- Aula 2- A aliança, condição facilitadora da relação entre os pares

Após o acolhimento, o cumprimento dos alunos e do registo do sumário, decorre um momento de revisão das ideias principais desenvolvidas na aula anterior.

Reforçando que a pertença a um grupo faz parte integrante da vida das pessoas, a professora pede para que os alunos distingam uma reta de um círculo.

Após ouvidas as opiniões, a professora projeta um texto, sobre uma pequena história, guiando os alunos para o termo aliança.

Este termo vai ser explorado, primeiro, como conceito retirado de um dicionário²⁰⁸, e, depois, fala-se da Aliança que Deus estabeleceu com a humanidade, dando como exemplo Noé, perguntando aos alunos se já ouviram falar dele e que informações podem partilhar.

Seguidamente, a professora propõe aos alunos a visualização de um pequeno vídeo sobre o Dilúvio e a Arca de Noé²⁰⁹, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Ne-D7UGv2e0>.

Após a visualização, segue-se um diálogo transversal, através do qual a professora questiona os alunos se conseguem explicar o que é um dilúvio e em que consiste a Aliança de Deus, sendo que as informações mais pertinentes são registadas no caderno diário.

Depois de debatidas todas as informações, como forma de assumirem, também eles um compromisso, é-lhes pedido que indiquem, em papel²¹⁰ próprio, disponibilizado pela professora, qual/quais o/os compromisso (s) que estão dispostos a celebrar.

²⁰⁸“Uma aliança significa a união entre duas ou mais entidades em prol de um objetivo comum, podendo ser entre pessoas, empresas, sociedades ou países.” Expressão retirada de <https://www.significados.com.br/uma-alianca/>.

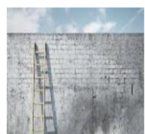
²⁰⁹ Anexo 2.

²¹⁰ Anexo 3.

Na vida nós caminhamos numa estrada



E muitas vezes encontramos obstáculos difíceis de ultrapassar, como muros, buracos



Mas desviamo-nos e continuamos a caminhar.



Porém, não fazemos sozinhos essa caminhada, vamos encontrando pessoas de diferentes culturas, etnias e estatuto social, com as quais vamos estabelecendo laços, que com o tempo se vão transformando em compromissos, uma espécie de aliança que é um vínculo, uma união.



Tal como nós estabelecemos laços, Deus estabeleceu uma aliança com toda a humanidade com o compromisso de esta escolher um bom caminho e dar valor aos seus e à casa que habita “A TERRA”

Figura 1- Texto sobre uma pequena história lido aos alunos.

Tabela 2- Grelha de Planificação da aula 2

Unidade Letiva: Viver Juntos

Aula n.º 2

Ano: 5º | Turma: F

Data: 7/11/2017

Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: A aliança, condição facilitadora da relação entre os pares			Acolhimento Registo do sumário	Caderno diário Quadro e caneta	4 min.	Assiduidade Pontualidade Empenho
Identificar o fundamento religioso da moral cristã	Reconhecer as implicações da Aliança na vida das pessoas	Deus tem a iniciativa de estabelecer uma Aliança com a humanidade. O Dilúvio e Arca de Noé.	Recordando a importância que os grupos têm na vida das pessoas, a professora pede para que os alunos distingam uma reta de um círculo.	Quadro Caderno diário	3 min	
Identificar os valores evangélicos		Noé: um homem justo	Após ouvidas as opiniões, a professora projeta um texto, sobre uma pequena história, guiando os alunos para o termo aliança.	Projektor	10 min	Atenção Empenho Participação Cumprimento das regras da sala de aula
Conhecer a mensagem e culturas bíblicas	Promover a valorização do compromisso com o outro e com a comunidade	A aliança é condição facilitadora da relação entre as partes Querer viver de forma pacífica com os outros: construir uma aliança de convivência. De forma generosa e desinteressada.	Este termo vai ser explorado, primeiro, como conceito retirado de um dicionário, e, depois, fala-se da Aliança que Deus estabeleceu com a humanidade, dando como exemplo Noé, perguntando aos alunos se já ouviram falar de Noé e que informações podem partilhar.	Computador	8 min.	Reforço positivo Observação direta
Promover o bem comum e o cuidado do outro			Seguidamente, os alunos visualizam um pequeno vídeo sobre o Dilúvio e a Arca de Noé.		10 min.	Fichas de trabalho Iniciativa

			<p>Após a visualização, a professora pergunta aos alunos se conseguem explicar o que é um dilúvio e em consistirá a Aliança de Deus, sendo que as informações mais pertinentes são registadas no caderno diário.</p> <p>Os alunos, como forma de assumirem também eles um compromisso, indicando, em papel próprio, qual/quais o/os compromisso (s) que estão dispostos a celebrar.</p>		<p>5 min.</p> <p>5 min.</p>	
--	--	--	---	--	-----------------------------	--

4.3- Aula 3- Os direitos Humanos

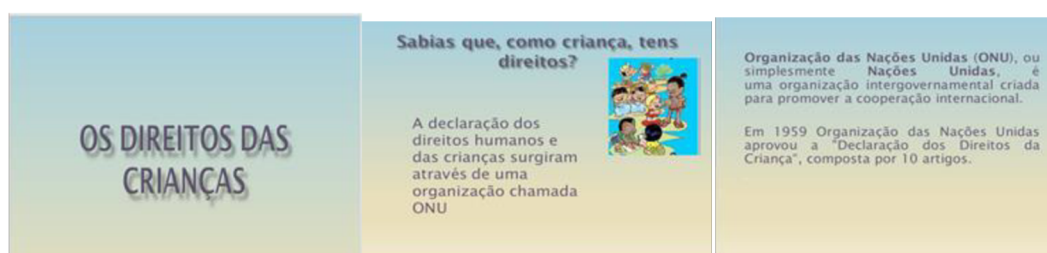
Após a motivação inicial dos alunos, a professora, como habitualmente, diz, em voz alta, o sumário, para que estes o registem no caderno diário. Esta estratégia prende-se com o facto de se pretender que os alunos estejam atentos e não dê aso a distrações.

Em forma de diálogo, é retomada a aula anterior. A professora solicita a intervenção dos alunos, de forma a que se faça uma breve síntese do que foi lecionado anteriormente e enfatiza a importância da aliança e o respeito pelos outros.

Relembrando que nem todos cumprem com a sua palavra, a professora convida os alunos a ouvirem uma música intitulada “Filhos do coração”²¹¹, e a preencherem uma ficha lacunar²¹² da letra da música, distribuída por um aluno aos restantes elementos da turma, com o objetivo de trabalhar a concentração/atenção dos mesmos.

Procede-se, de seguida, à correção da ficha e apela-se para que sublinhem os vocábulos que remetem para sentimentos mais tristes, no sentido de sensibilizar os alunos que nem todas as crianças veem os seus direitos assegurados e que nem todos têm uma infância feliz.

Seguidamente, a docente refere o surgimento da Organização das Nações Unidas²¹³, da sua área de ação, a razão pela qual foi fundada e a redação e aprovação da Declaração dos Direitos Humanos, dando-se especial atenção à Declaração dos Direitos das Crianças. Neste seguimento, é apresentado aos alunos um PowerPoint:



²¹¹ “ Filhos do coração” música e vídeo, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LAE5RRE20Y8>, Anexos 4.

²¹² Anexo 5.

²¹³**Organização das Nações Unidas** (ONU), ou simplesmente **Nações Unidas**, é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional. Uma substituição à Liga das Nações, a organização foi estabelecida em 24 de outubro de 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial, com a intenção de impedir outro conflito como aquele. Na altura de sua fundação, a ONU tinha 51 estados-membros; hoje são 193. A sua sede está localizada em Manhattan, Nova York, e possui extraterritorialidade. Outros escritórios situam-se em Genebra, Nairóbi e Viena. A organização é financiada com contribuições avaliadas e voluntárias dos países-membros. Os seus objetivos incluem manter a segurança e a paz mundial, promover os direitos humanos, auxiliar no desenvolvimento económico e no progresso social, proteger o meio ambiente e prover ajuda humanitária em casos de fome, desastres naturais e conflitos armados. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas. [Consultado em 16 de abril de 2018]

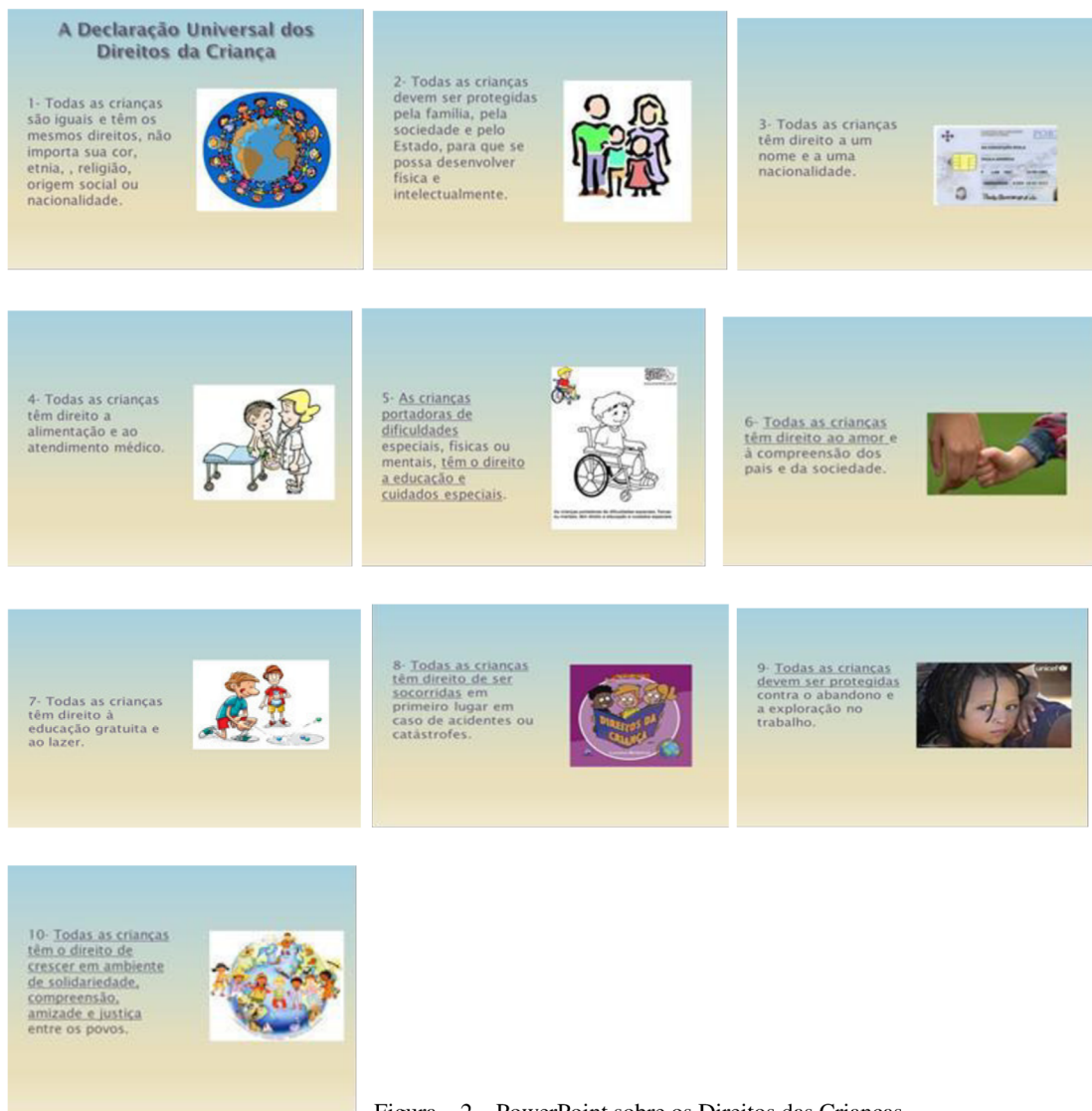


Figura – 2 – PowerPoint sobre os Direitos das Crianças.

Conforme a apresentação vai sendo feita, a professora vai selecionando alunos para procederem à leitura da informação contida nos slides.

Seguidamente, faz-se um pequeno compasso de espera para que os alunos procedam ao registo da informação²¹⁴, de cada direito, no respetivo caderno diário.

Para finalizar a aula, a professora faz circular a Constituição da República Portuguesa, possibilitando que os discentes tenham contacto direto com a legislação, onde estão contemplados os direitos e deveres dos cidadãos, bem como do próprio.

²¹⁴ Anexo 6.

Tabela 3- Grelha de Planificação da aula 3

Unidade Letiva: Viver Juntos
Aula n.º 3

Ano: 5º | Turma: F
Data: 14/11/2017
Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: Os direitos Humanos			Acolhimento Registo do sumário	Caderno diário Quadro e caneta	5 min.	Assiduidade Pontualidade Empenho
Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana. Promover o bem comum e o cuidado do outro Identificar os valores evangélicos.	Reconhecer a igualdade de todo o ser humano. Identificar os direitos fundamentais da pessoa e da criança. Valorizar a participação de todos na vida social.	Todos somos seres humanos Os direitos e deveres do ser humano. A importância da ONU A importância da Constituição Portuguesa	Retoma da aula anterior, recordando da importância da aliança e do respeito aos outros. Relembrando que nem todos cumprem com a palavra, os alunos ouvirão uma música: “Filhos do coração” e, ao mesmo tempo, completam a ficha lacunar que vai ser distribuída por um aluno aos restantes colegas. Finda a audição, procede-se à correção da ficha e apela-se para que sublinhem as palavras que remetem para a tristeza. Seguidamente, a professora, explica no surgimento da ONU e a sua contribuição para a redação da declaração dos direitos humanos. A professora mostra um PowerPoint com os principais direitos das crianças e pede aos alunos para que os registem no caderno diário.	Quadro Caderno diário Música Ficha lacunar Computador Projektor Ficha de trabalho	5 min 15 min 15 min.	Atenção Empenho Participação Cumprimento das regras da sala de aula Reforço positivo Observação direta Fichas de trabalho Iniciativa

			Para finalizar a aula, a professora faz circular pelos alunos a Constituição da República, para que os discentes tenham contacto direto com a legislação portuguesa.		5 min.	
--	--	--	--	--	--------	--

4.4- Aula 4- Somos Todos diferentes, mas Todos iguais

A professora faz o acolhimento. Seguidamente, os alunos fazem o registo do respetivo sumário, que é ditado pela professora.

Para dar continuidade ao tema iniciado na aula anterior, através de um Website²¹⁵, disponível em <https://raquelportas1974.wixsite.com/meusite>, mostram-se exemplos, com base num vídeo da Unicef²¹⁶, de como as pessoas de uma sociedade nem sempre respeitam as crianças.²¹⁷

Depois de dialogar com os alunos acerca do que visualizaram, projeta-se um PowerPoint sobre a temática “somos todos diferentes, mas todos iguais”. Conforme os slides vão passando, a professora vai selecionando alunos para procederem à leitura da informação contida em cada um deles.

Posteriormente, a professora desafia os alunos para redigirem uma história intitulada “Era uma vez”²¹⁸, fazendo parte das personagens duas famílias de etnias diferentes como se pode ver no exemplo que é projetado.



Figura 3: PowerPoint “Somos todos diferentes, mas todos iguais”.

²¹⁵ O Website é um endereço eletrônico ou eletrónico, site eletrônico ou sítio eletrônico, simplesmente sítio, ou também o aportuguesado *sítio*, é um conjunto de páginas web, isto é, de hipertextos acessíveis geralmente pelo protocolo HTTP ou pelo HTTPS na internet.

²¹⁶ UNICEF- O fundo das Nações Unidas para a infância é um programa das Nações Unidas (ONU) com sede na cidade de Nova Iorque que oferece ajuda humanitária e assistência no desenvolvimento de crianças e mães nos países em desenvolvimento. É um membro do Grupo de desenvolvimento das Nações Unidas.

²¹⁷ Anexo 7.

²¹⁸ Anexo 8.

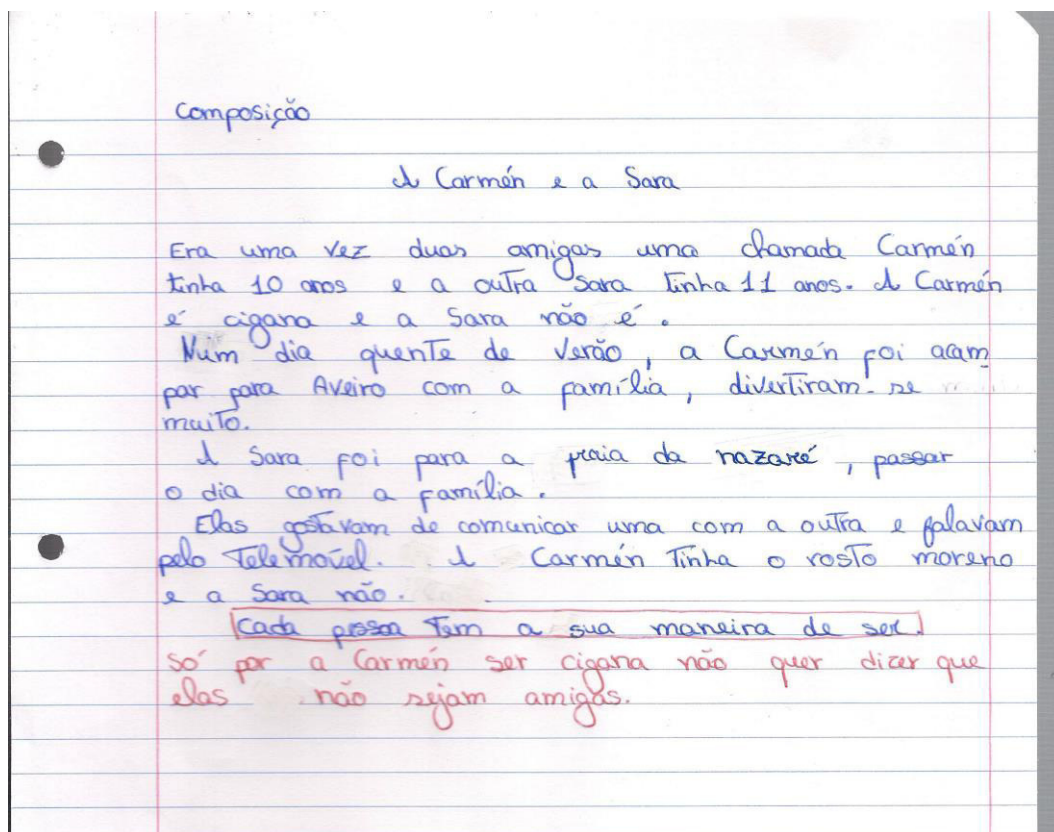


Figura 4- Composição realizada por uma aluna, produto do desafio lançado na aula.

Tabela 4- Grelha de Planificação da aula 4

Unidade Letiva: Viver Juntos

Aula n.º 4

Ano: 5º | Turma: F

Data: 21/11/2017

Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: Somos todos diferentes, mas todos iguais			Acolhimento Registo do sumário	Caderno diário Quadro e caneta	5 min.	Assiduidade Pontualidade Empenho
Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história. Promover o bem comum e o cuidado do outro. Identificar os valores evangélicos.	Reconhecer a igualdade de todo o ser humano Valorizar a participação de todos na vida social	A formação de pessoas conscientes, com atitude crítica e dialogante. Promover a concórdia nas relações interpessoais.	Para dar continuidade do tema iniciado na aula anterior, através de website , a professora mostra um exemplo de que as crianças não são respeitadas. Depois, projeta um PowerPoint sobre a temática “somos todos diferentes, mas todos iguais”, selecionando alunos para efetuarem a leitura. Posteriormente, a professora lança um desafio aos alunos no sentido de estes redigirem uma história com o título “Era uma vez”, onde interagem duas famílias de etnias diferentes.	Quadro Caderno diário Computador Projektor	10 min 10 min 15 min. 5 min.	Atenção Empenho Participação Cumprimento das regras da sala de aula Reforço positivo Observação direta Fichas de trabalho Iniciativa

			Os alunos são convidados a lerem os seus textos, cujo conteúdo vai ser discutido.			
--	--	--	---	--	--	--

4.5- Aula 5- Atitudes/comportamentos essenciais à convivência

É feito o acolhimento aos alunos. Depois de prepararem os materiais de trabalho, registam no caderno diário o sumário que é proferido pela professora.

No sentido de concretizar o assunto do sumário, a professora convida os alunos para que assistam a um vídeo, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Ejl-DNOrvY0>.

Em seguida, propõe-lhes para descreverem a atitude da personagem principal, com o objetivo de conduzir os alunos ao conceito de bondade e da importância da prática de boas ações. É proposta a resolução de dois *edpuzzles*.²¹⁹ Um referente ao primeiro vídeo²²⁰ e outro referente ao ser-se diferente²²¹, cujo objetivo, deste segundo *edpuzzle* é tentar que os alunos percebam que, mesmo na diferença, se pode viver feliz, ser justo, ter e dar amor e ser capaz de dar-se ao outro, chegando à conclusão que estas atitudes são essenciais para uma boa convivência.

Após a correção do desafio acima proposto, a professora escreve no quadro o abecedário, convidando os alunos para que a partir de cada letra formem palavras, com o intuito de construírem uma espécie de abecedário da amizade.

²¹⁹O *edpuzzle* é uma ferramenta 100% gratuita para professores e alunos poderem trabalhar conteúdos educativos de uma forma original. Permite ao professor transformar um vídeo numa vídeo-aula. Corte a parte que lhe interessa do vídeo, comente-a com a sua própria voz e questione os seus alunos através de quizzes embutidas no vídeo. Disponível em <http://ferramentaseducativas.com/index.php/multimedia/video/111-edpuzzle-cative-o-seu-publico-com-videos-personalizados>

²²⁰Anexo 9.

²²¹Anexo 10.

Aceitar / aceitar
Bonoboso
Carinhoso
divertido
esperto
fiel / fidedel
grato
honesto
inteligente
justo
k
leal
Mágico
Mutável
Orgulhoso
Presente
Querido
Responsável
Simpático
Ternosento
único
Verdadeiro
W
Xarope para a minha doença
Zela por mim

Figura 5- O abecedário da amizade realizado por uma aluna.

Tabela 5- Grelha de Planificação da aula 5

Unidade Letiva: Viver Juntos

Aula n.º 5

Ano: 5º | Turma: F

Data: 28/11/2017

Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: Atitudes/ comportamentos essenciais à convivência			Acolhimento Registo do sumário	Caderno diário Quadro e caneta	5 min.	Assiduidade Pontualidade Empenho
Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história Identificar os valores evangélicos	Valorizar a mudança como condição do crescimento humano; Valorizar a diversidade dos membros de um grupo como fator enriquecedor;	Os valores essenciais para a convivência: Respeito, amor, Verdade, bondade e justiça. Viver na diferença	De forma a concretizar o assunto do sumário, a professora convida os alunos para que visualizem um vídeo e descrevam a atitude do protagonista, no sentido de que os discentes cheguem ao conceito de bondade , da importância das boas ações, seguindo a resolução de um Edpuzzle. Recorrendo à mesma ferramenta de trabalho, Edpuzzle , os alunos respondem a algumas questões, com o objetivo de perceberem que, mesmo diferentes, se pode viver feliz ser justo e ter e dar amor e ser capaz de dar-se ao outro, chegando à conclusão que estas atitudes são essenciais para uma boa convivência.	Quadro Caderno diário Computador Projetor	10 min 15 min. 15 min.	Atenção Empenho Participação Cumprimento das regras da sala de aula Reforço positivo Observação direta Fichas de trabalho Iniciativa

			Os alunos são convidados a escolher palavras que completem uma letra, com o intuito de fazerem uma espécie de abecedário da amizade.			
--	--	--	--	--	--	--

4.6- Aula 6- Realização de um *Kahoot*²²²

A professora faz o acolhimento aos alunos, saudando-os. De seguida, dita o sumário. Através do diálogo, faz-se uma pequena revisão da aula anterior, com a colaboração dos alunos.

A professora explica que esta será a última aula e coloca algumas questões, com o objetivo de promover o diálogo, o espírito crítico e o poder de síntese: “Se pudessem, o que fariam para mudar o mundo?” “Qual seria a área que mais gostavam de intervir, para ajudar a melhorar a vida das pessoas?”. Auscultadas as opiniões dos alunos, a professora conversa um pouco sobre a menina paquistanesa Malala, o meio de intervenção que escolheu e a importância da Educação na vida das pessoas e como esta pode ter influência na mudança de atitude por parte de todos no que concerne à discussão de assuntos, bem como a forma de estar na sociedade.

Como forma de validar os conhecimentos adquiridos ao longo das cinco aulas anteriores, a professora desafia os alunos a realizarem um *kahoot*, jogo interativo, com questões de escolha múltipla, exigindo uma resposta fechada., disponível em <https://play.kahoot.it/#/k/8d6c187f-06ff-4633-b3d6-0298574f6cf4>.

Esta atividade deveria ser feita numa sala de informática ou com recurso a *smartphones*. Porém, como nem todos os alunos possuem este equipamento e em termos logísticos não era possível deslocar a turma para uma sala de informática, a professora fez *printscreen* das questões do *kahoot* para o papel, que devidamente organizadas numa ficha de trabalho, distribuiu aos alunos. Conforme iam respondendo, a professora registava, na aplicação, as respostas por eles dadas.

Pretende-se, também, com esta atividade, verificar o grau de atenção/concentração dos discentes.

Esta avaliação é meramente informativa, para que a docente possa aferir se os conteúdos foram assimilados e se tem de melhorar ou aprofundar um ou outro aspeto.

²²² *Kahoot*, é uma aplicação gratuita disponível *online*, que faz uso da sua simplicidade de utilização e do fator competição para cativar os alunos. O registo na aplicação deve ser realizado através do *link*, getkahoot.com. Ao entrar na aplicação temos a possibilidade de consultar e reutilizar milhares de *kahoot*'s produzidos por outros utilizadores.

Para além de um *layout* atraente e apelativo aos jovens, outra das suas mais-valias traduz-se no facto de a aplicação poder ser utilizada em qualquer dispositivo que tenha ligação à internet e um navegador web. Os alunos respondem em tempo real e com limite de tempo para resposta, definido pelo professor. À medida que os alunos respondem vão acumulando pontos.

Após a correção do *kahoot*, a professora faz uma pequena apreciação da prestação dos alunos, referindo os aspetos positivos e negativos, saudando a mudança de algumas atitudes e o empenho demonstrado em todas as atividades propostas.

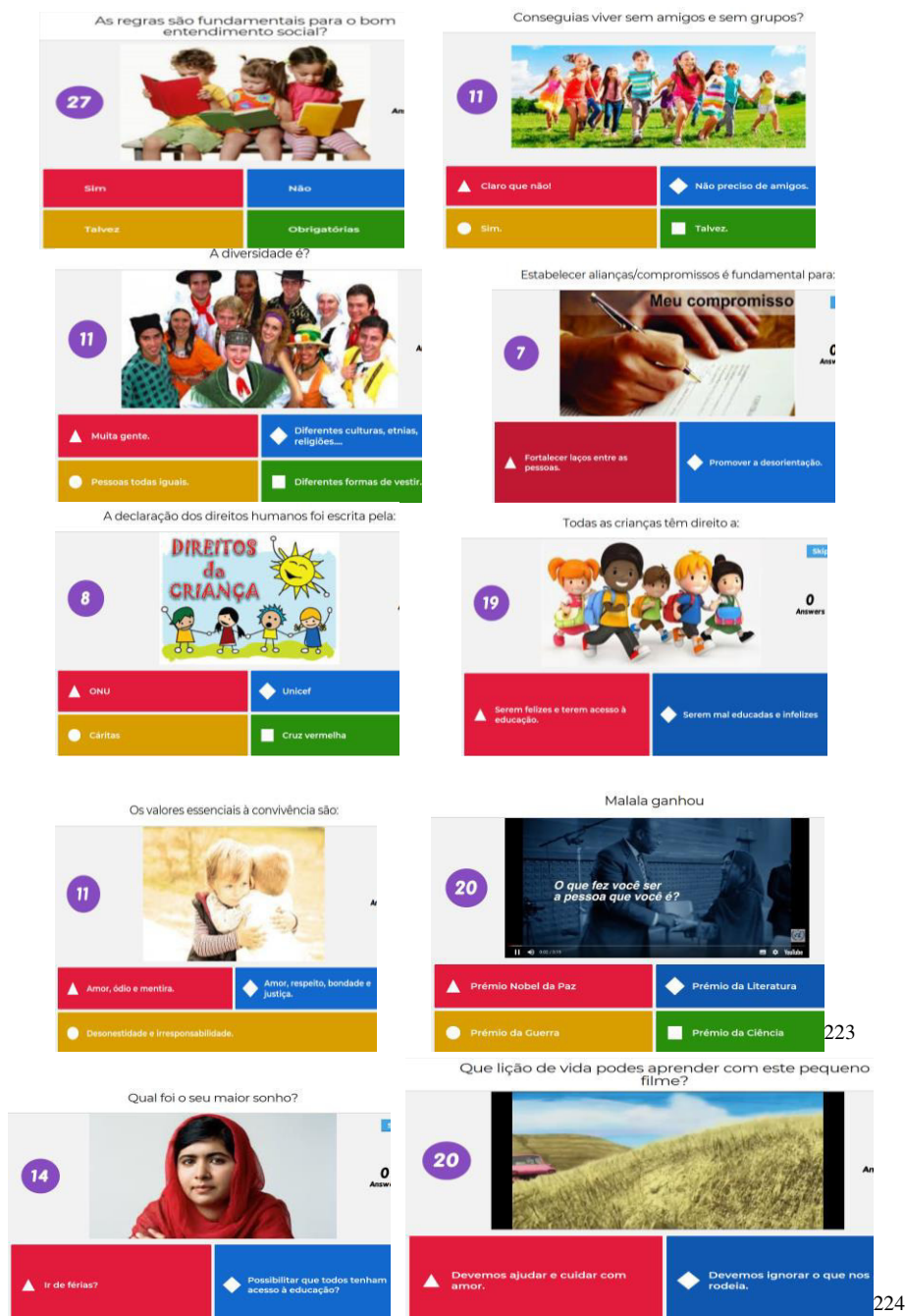


Figura 6- Perguntas do kahoot

²²³ Vídeo disponíveis em <https://www.youtube.com/watch?v=MWobrYnLcWM>

²²⁴ Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=YUJ7cDSuS1U>

Tabela 6- Grelha de Planificação da aula 6

Unidade Letiva: Viver Juntos

Aula n.º 6

Ano: 5º | Turma: F

Data: 05/12/2017

Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: Realização de kahoot como forma de avaliação formativa dos conhecimentos apreendidos nas aulas anteriores. Reflexão sobre as últimas cinco aulas			Acolhimento Registo do sumário	Caderno diário Quadro e caneta	5 min.	Assiduidade Pontualidade Empenho
Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história	Recolher informações que visem aperfeiçoar as aprendizagens e facilitar o sucesso educativo	Avaliação dos conteúdos lecionados nas aulas anteriores	A professora inicia aula colocando as seguintes questões: “Se pudessem, o que fariam para mudar o mundo?” “Qual a área que mais gostavam de intervir para ajudar a melhorar a vida das pessoas?” . As respostas são dadas oralmente, com o objetivo de promover o diálogo e do poder de síntese. Como atividade final, é proposto aos alunos a realização de um Kahoot , sendo o seu propósito a avaliação formativa dos conteúdos lecionados nas cinco aulas anterior e perceber o grau de atenção/concentração dos discentes. Após a correção do Kahoot, faz	Quadro Caderno diário Projektor Computador	5 min 10 min 15 min.	Atenção Empenho Participação Cumprimento das regras da sala de aula Reforço positivo Observação direta Fichas de trabalho Iniciativa

			uma pequena reflexão sobre as prestações dos alunos.		10 min.	
--	--	--	--	--	---------	--

5. Atividade “Mesa da partilha”

No decorrer da PES, o Núcleo de Estágio da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica da Escola EB23 de Nogueira, do Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, em colaboração com o Grupo Disciplinar, foi responsável pela decoração da escola que serviu de mote para a abertura da atividade que se desenvolveu ao longo do dia de 23 de março de 2018.

Esta atividade “a mesa da partilha” teve como objetivo desenvolver o espírito solidário e de comunhão entre os alunos, possibilitando a sua colaboração com a partilha de alimentos que foram, posteriormente, entregues a famílias carenciadas.

Associada a esta ideia e tendo como base o tema do Agrupamento, os quatro elementos, o Núcleo de Estágio da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica fez uma exposição com uma grande serapilheira. Esta continha uma grande roda com os quatro elementos, feita com materiais recicláveis: as rolas de plástico (representar a água), a cortiça (representar a terra), o algodão (representar o ar) e papel celofane vermelho (representar o fogo). Desta forma, apela-se à necessidade de se reutilizar, recorreu-se a guarda-chuvas, onde foram penduradas palavras alusivas aos elementos acima referenciados, ou seja, vocábulos que remetem para o saber-cuidar, o saber-estar e o saber-ser.

Os alunos da turma 7º D foram os selecionados para colaborar na preparação desta atividade, devido a terem particularidades muito específicas. Vivem num contexto familiar com muitos problemas, quer monetários, quer sociais e são acompanhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.²²⁵

O núcleo de estágio entendeu que seria uma forma de os valorizar, de os cativar e motivar, mostrando-lhes que eles têm habilidades e que têm valor.

Quando a proposta foi feita, os alunos reagiram muito bem, empenhando-se, demonstrando felicidade quando viram o resultado final.

Ao longo de duas aulas, os alunos recortaram vocábulos que estavam relacionados com os quatro elementos. A cada elemento correspondia uma cor:

Terra - a cor verde e as palavras: cuidar, tratar, partilhar, semear;

Ar – a cor branca e as palavras: tranquiliza, dádiva, vida, alimenta;

Água – a cor azul e as palavras: poupar, tesouro, limpa, purifica;

Fogo - a cor laranja e as palavras: ilumina, orienta, acolhe, aquece.

²²⁵ As comissões de proteção de crianças e jovens são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral (n.º 1 Art.º 12.º da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro). Consultado em 30 de janeiro 2018: <http://www.cm-gaia.pt/pt/cidade/acao-social/cpcj-comissao-de-protecao-de-criancas-e-jovens/cpcj-o-que-e/>

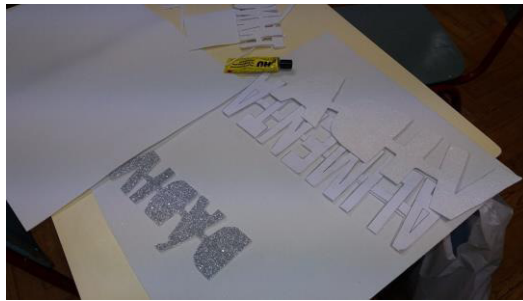


Figura 7-Construção das letras em papel Eva.

Depois, de todos os materiais prontos, procedeu-se à montagem da exposição que começou com a colocação de uma sarapilheira no hall da escola e estendeu-se à parte interior, onde ficaram os guarda-chuvas e onde os alunos desenvolveram, posteriormente várias atividades entre as quais a recolha de alimentos.



Figura 8:- Painel do Hall



Figura 9: Guarda-chuvas com as palavras

Tabela 7- Grelha de Planificação da atividade do Núcleo de Estágio

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de ensino	Recursos	Tempo
Acolhimento aos alunos					
<p>Identificar valores Evangélicos</p> <p>Promover o bem comum e o cuidado do outro;</p> <p>Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo</p>	<p>Reconhecer o valor da solidariedade;</p> <p>Valorizar a participação de todos na vida;</p> <p>Tomar consciência de que a partilha dos bens supõe a partilha de si.</p>	<p>Ser pão para os outros: Doação de si; Amor partilhado</p> <p>A responsabilidade do ser humano em relação a toda a natureza;</p> <p>A importância dos quatro elementos: ar, água, terra, fogo</p>	<p>Apresentação em linhas gerais sobre a importância da “Mesa da partilha”</p> <p>Explicação do significado das palavras a pendurar nos guarda-chuvas;</p> <p>Sensibilização para o uso de materiais recicláveis;</p> <p>Produção de um painel com a roda dos quatro elementos;</p> <p>Recorte das palavras alusivas ao tema: Ar-; tranquiliza, dádiva, vida, alimenta Terra- cuidar, tratar, partilhar e semear; Fogo- ilumina, acolhe, orienta, aquece; Água- Poupar, tesouro, limpar e purificar.</p>	<p>Guarda-chuvas Sarapilheira Linha de bordar Cola quente e de gel Algodão Tampas de plástico Papel celofane Cortiça Cartão Papel Eva Fio de pesca Cola Branca Tesouras</p>	<p>Todo o dia de 23 de março</p>

6-Avaliação da Prática de Ensino

A avaliação de qualquer atividade ou prestação é fundamental para evolução e reflexão quer do agente ativo que intervém no processo, quer para o processo em si mesmo.

Assim, o ato de avaliar torna-se útil quando é entendido como um “instrumento que apoia a tomada de decisões”²²⁶ e permite uma adequação às exigências concretas da realidade.

Desta forma, torna-se pertinente recolher dados e informações que permitam fazer uma análise reflexiva, no sentido de melhorar o processo ensino-aprendizagem, uma vez que este não é estanque, inerte, estando em constante transformação.

Se esta ou aquela metodologia não foi a melhor selecionada ou não surtiu o efeito esperado é preciso repensá-la, adaptá-la ou colocá-la totalmente de lado. Mas, para isso é necessário ter a humildade suficiente de assumir os erros e proceder às transformações necessárias.

Ao longo da Prática de Ensino Supervisionada constatou-se uma entrega total por parte da docente, quer na preparação da planificação e conseqüentemente das aulas, quer na escolha das estratégias e materiais didáticos, quer na relação que desenvolveu e estabeleceu com os colegas que compunham o núcleo de estágio, quer com as orientadoras (Científica e Cooperante), quer com os discentes e restante comunidade escolar.

Sendo a vida uma constante aprendizagem, fica o registo de que no processo desenvolvido, a docente sentiu que evolui bastante, no que concerne o nível profissional, bem como a nível pessoal, tendo sido uma experiência de grande enriquecimento.

Relativamente à lecionação das aulas, decorreu tudo com normalidade, visto os alunos da turma terem-se empenhado bastante, o ambiente criado revelou-se excelente. O que possibilitou o cumprimento de todas as planificações e das atividades previstas.

Procurou-se desenvolver, tendo em conta a Unidade Temática Um - “Viver Juntos” e o público-alvo, alunos do 5º ano de escolaridade, atividades lúdico-pedagógicas que para além de proporcionarem o conhecimento, permitiam a participação crítica e ativa dos alunos.

A professora tentou sempre interagir e proporcionar o diálogo de forma a tornar as aulas atrativas e dinâmicas, nunca esquecendo a aplicação dos conteúdos.

Numa primeira abordagem, a primeira aula foi um pouco intimidatória, pelo tom de voz imposto, um pouco “altivo”, que foi diminuindo com o decorrer do tempo. Não se percebe se foi para impor uma certa autoridade, marcando uma posição ou por ser a primeira aula. Porém, foram os momentos iniciais e logo esse tom se tornou mais suave. As estratégias

²²⁶ Cristina Carvalho et al, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa, Secretariado Nacional de Educação Cristã, 2014), 160.

e recursos propostos para esta aula revelaram-se adequados, visto que os alunos entrevistaram com afinco e empenho.

Uma das atividades era decompor a palavra respeito, construindo uma espécie de acrônimo. Os alunos foram muito criativos.

Na segunda aula, os alunos continuaram a demonstrar uma atitude muito receptiva às propostas, participando muito ativamente. Após terem visualizado um pequeno vídeo sobre a “arca de Noé”²²⁷, fizeram muitos comentários sobre o que viram e ouviram. A professora foi esclarecendo todas as questões e mostrou-se receptiva a todas as observações.

Um momento interessante desta aula, foi quando os alunos tiveram de registrar em documento próprio, um compromisso, como se fosse algo que não iriam fazer durante x tempo.

Relativamente à terceira aula, os alunos estiveram muito atentos aquando a visualização do vídeo que acompanhava a música “filhos do coração”²²⁸, cuja temática era sobre a “infância roubada” aos meninos que vivem no Gana, no lago Volta, o maior lago artificial do mundo.

Depois de preenchida a ficha lacunar que cada aluno tinha de fazer, todos queriam partilhar a resolução.

Mais uma vez o sentido crítico esteve patente, bem como a sensibilidade demonstrada pelos discentes no que concerne aos problemas sociais, através dos comentários que teciam face ao que viram no vídeo, bem como relativamente à letra da música.

Recuperando a temática explorada na música, de que nem todos os meninos podem viver a sua infância de forma feliz, nem podem ir à escola, a professora falou sobre o papel da Organização das Nações Unidas e sobre a Declaração dos direitos das crianças. Foi projetado um PowerPoint sobre essa temática, tendo sido o registo efetuado pelos alunos nos respetivos cadernos diários.²²⁹

No início da quarta aula, os alunos terminaram o registo da informação contida no PowerPoint sobre os direitos das crianças, atividade iniciada na aula anterior.

Posteriormente, a professora abriu um Website²³⁰, construído pela própria e para esta aula. Neste Website vários são os desafios. O primeiro é a visualização de um vídeo cuja protagonista é uma menina de 6 anos que interpreta o papel de menina pobre e de menina rica testando as atitudes/comportamento das pessoas em praça pública.

²²⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Ne-D7UGv2e0>. [consultado a 10 de outubro de 2017].

²²⁸ “Filhos do coração” música e vídeo, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LAE5RRE20Y8>

²²⁹ Anexo 6.

²³⁰ Disponível em: <https://raquelportas1974.wixsite.com/meusite/sobre>. Anexo 7.

A reação dos alunos foi surpreendente, pois sabendo que tudo era uma encenação por parte da menina, demonstraram uma certa revolta e grande desagrado pela forma como as pessoas reagiram quando a “menina pobre” se aproximou delas, que a afastaram de uma forma repugnante em vez de a ajudar.

O segundo desafio consistia na observação e leitura (feita por alunos escolhidos aleatoriamente) de vários slides que continham algumas frases alusivas ao tema “Todos diferentes, mas Todos iguais”.

Por último, os alunos foram convidados a ouvirem uma história através de suporte de imagens e, de seguida a professora desafiou-os a redigirem uma história onde entrassem duas famílias de etnias diferentes. Mais uma vez, os alunos demonstraram interesse e empenho.

Com o intuito de manter as aulas dinâmicas, a professora, para esta quinta aula, recorreu a um recurso digital de nome *edpuzzel*.²³¹ Os alunos visualizaram dois vídeos e responderam a questões que apareciam conforme as histórias se iam desenrolando.

O entusiasmo foi bastante grande, pois todos queriam responder.

A temática explorada nestes *edpuzzels*²³² dizia respeito a alguns comportamentos considerados pela docente, essenciais à convivência, tais como: a bondade, o respeito, o amor e a justiça.

A última aula, a sexta, foi planificada com a intenção de avaliar, de modo formativo, aferindo os conhecimentos e o sentido crítico dos alunos.

Num primeiro momento, a professora colocou algumas questões para serem respondidas oralmente, promovendo o diálogo.

Depois, os alunos realizaram um *kahoot*. Este tipo de jogo permitiu abranger várias temáticas desenvolvidas nas aulas e envolvendo ativamente os alunos, pois queriam ver quem poderia ganhar o desafio obtendo o maior número de pontos.

Esta aula foi muito emotiva, uma vez que foi a última e na parte final os alunos mostraram um grande carinho pela professora trocando abraços e emoções.

Os alunos corresponderam ao expectável, uma vez que ao longo de toda a prática letiva demonstraram muito empenho e interesse por todas as atividades e desafios propostos em contexto de sala de aula.

No decorrer das seis aulas, a docente privilegiou a avaliação formativa assente, principalmente na observação direta.

²³¹ O *edpuzzl* é uma ferramenta 100% gratuita para professores e alunos poderem trabalhar conteúdos educativos de uma forma original. Permite ao professor transformar um vídeo numa vídeo-aula. Corte a parte que lhe interessa do vídeo, comente-a com a sua própria voz e questione os seus alunos através de *quizzes* embutidas no vídeo.

No que respeita à atividade do Núcleo de Estágio, esta esteve inserida no plano de atividades do Grupo Disciplinar de Educação Moral e Religiosa Católica da escola EB23 de Nogueira. O Núcleo de Estágio foi responsável pela decoração do espaço, que consistia em pendurar guarda-chuvas, nos quais estavam palavras penduradas alusivas²³³ ao tema “Quatro elementos” e a “Mesa da partilha”. No hall de entrada que dá acesso às salas, estava uma serapilheira, bordada à mão e uma roda a representar os quatro elementos (ar, terra, fogo e ar), feita com materiais reciclados, apelando ao reaproveitamento de materiais e à necessidade de se preservar a natureza.

Esta atividade contou com a colaboração dos alunos da turma 7ºD, e lembrando, são alunos problemáticos, com percursos escolares e familiares complicados. Porém, ficaram agradados com a ideia de participarem numa atividade diferente e, por isso, empenharam-se bastante.

Ao longo de toda a prática letiva, a docente procurou construir uma relação de proximidade e cordialidade com os alunos, dando ênfase ao diálogo e valorização de cada intervenção, uma vez que todo o processo de ensino-aprendizagem se centrou no aluno.

As estratégias revelaram-se, no geral, eficazes, bem como a metodologia aplicada, tendo sido diversificada para tornar as aulas mais dinâmicas e atrativas.

Em suma, a prática letiva permitiu uma evolução da docente, não só em termos científico-pedagógicos, como também de enriquecimento pessoal.

Por detrás de cada partilha há uma história, um sorriso, um olhar acolhedor que permanecerá na lembrança.

Ser professor é dar-se ao outro, na expectativa de semear e colher ensinamentos e afetos.

²³³ Anexo 11.

CONCLUSÃO

Se no início deste relatório se referiu que a educação era fundamental para uma sociedade civicamente organizada, no fim corrobora-se a necessidade de atribuir à escola, ao docente, a toda uma comunidade educativa uma responsabilidade acrescida no sentido de que estes são os “missionários” da educação e condutores dum veículo, cujos ocupantes são os alunos/ futuros cidadãos.

Falou-se da educação informal como sendo a primeira (referente à família, aos meios de comunicação social e a que está implícita nos meios socioculturais onde os indivíduos estão imbuídos) e da formal (transmitida pelas instituições especializadas, como as escolas), como a pedra angular de todo o processo educativo.

Neste relatório procurou-se refletir sobre a educação ser um direito e fundamental na preparação do ser humano para a vida. Tratando-se de um direito, almeja-se que ele desenvolva o sentido de responsabilidade moral e social “tornando-se um membro útil da sociedade”²³⁴.

Foi trabalhada a perspetiva de a educação ser um privilégio e, para isso, recorreu-se ao testemunho de Malala, por se considerar que a sua persistência em lutar pelos seus sonhos tornar-se um exemplo de vida. Malala enfrentou os Talibãs, colocando em risco a vida, em prol de uma causa – o direito à educação para todos, como diz Camões “ outro valor mais alto se levanta”²³⁵.

Esses valores são a força motriz que permitem o ser humano agir e intervir, procurando o progresso e a construção de um mundo mais equitativo.

A narração que se fez da escola possibilitou perceber que, apesar de se estar na era das novas tecnologias, a escola de hoje não é muito diferente da escola tradicional, pautada pelo *aprisionamento* a um programa. Por isso, levantou-se a questão de é necessário repensar a escola, abrindo-a à comunidade e enfatizou-se que é indispensável operar algumas mudanças, tais como, colocar o aluno no centro do processo ensino-aprendizagem, valorizando todos os saberes e o aprender a ser.

Ora, sendo a educação um processo permanente e integral, abarcando todas as dimensões do ser humano (física, intelectual, social, moral, ética, afetiva, religiosa)²³⁶

²³⁴ José Matias Alves (Dir.), *O direito à educação – uma educação para todos. Relatório Mundial sobre a educação* (Porto: Edições ASA, 2000), 124.

²³⁵ Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas* (Porto: Porto Editora, LDA), canto I.

²³⁶ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, *Carta Pastoral, Educação direito e dever- missão nobre ao serviço de todos* (Lisboa: Secretariado-Geral do Episcopado, 2002-1), 11.

pretende-se que saiba viver juntos, numa aprendizagem partilhada baseada no diálogo, na verdade, na justiça e na fé.

Da reflexão que se fez acerca das disciplinas de Educação para a Cidadania e Educação Moral e Religiosa Católica, concluiu-se que cada uma tem a sua especificidade e são necessárias na formação do carácter dos cidadãos.

No entanto, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica tem a particularidade de contribuir para que se apreenda a “dimensão cultural do fenómeno religioso”²³⁷, e se estabeleça um diálogo entre a cultura e a fé, possibilitando uma visão cristã da vida.²³⁸

De facto, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica “propõe aos educandos uma interpretação integral da existência pessoal e do compromisso social e orienta-os na definição de um projecto de vida enriquecido pelos valores humanizantes do Evangelho”²³⁹.

Em sequência de se ter enfatizado o papel da educação na formação do carácter das crianças, a prática letiva incidiu sobre a lecionação da Unidade Letiva Um – “Viver Juntos” do 5º ano de escolaridade, contemplada no Programa de Educação Moral e Religiosa Católica. Dada a importância da convivência harmoniosa em sociedade, a docente procurou dar destaque, entre outras, às seguintes metas: “Identificar os valores evangélicos, estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé; reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano, amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo”²⁴⁰. Para tal, recorreu a metodologias diversificadas, que privilegiassem o diálogo, desenvolvendo o espírito crítico e a participação ativa dos discentes, visto acreditar que é através do diálogo que se desenvolve a comunicação e ajuda a refletir sobre os mais variados assuntos, bem como posturas, comportamentos, formas de agir, entre outras.

Como foi mencionado na introdução, a necessidade de cooperação e partilha entre os seres humanos advém de décadas. Por isso, entende-se que também a escola deva ser um local privilegiado onde os alunos consigam aprofundar as relações interpessoais, se identifiquem e se sintam pertença a um grupo, tornando-se empreendedores, contribuindo para o sucesso deles e da comunidade escolar.

Através de estratégias diversificadas e tendo em conta as características específicas da turma do 5º F, interveniente na prática letiva, a docente procurou proporcionar aulas dinâmicas permitindo a participação ativa dos alunos, criando um ambiente de trabalho harmonioso e acolhedor, primando por valorizar cada intervenção.

²³⁷ Cristina Carvalho et al, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa, Secretariado Nacional de Educação Cristã, 2014), 5.

²³⁸ Cf. *Ibid.*

²³⁹ Conferência Episcopal Portuguesa, *Carta Pastoral, Educação direito e dever- missão nobre ao serviço de todos* (Lisboa: Secretariado-Geral do Episcopado, 2002-1), 8.

²⁴⁰ Carvalho et al, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 51.

A cada aula lecionada a docente ia reajustando a forma de interagir com os discentes, bem como as estratégias, pois a turma revelou-se muito empenhada e entusiasmada, com interesse em aprender e saber mais.

Desta forma, o processo ensino - aprendizagem deve ser visto como uma mais-valia e a escola como um lugar aprazível, para que o aluno possa fazer a sua caminhada de forma autónoma e responsável, sentindo-se útil, acarinhado e valorizado. Assim, apostar numa educação integral, é apostar na valoração cujo educando é o protagonista.²⁴¹

O desafio da docência é árduo, pois, para além de requerer uma grande bagagem científica, numa sociedade cada vez mais competitiva e exigente, espera que o professor seja compreensivo e dedicado; que olhe para o aluno na sua globalidade e não como um simples ser que está na escola para aprender conteúdos e obedecer. Portanto, a relação que se estabelece entre o “mestre” e o “aprendiz” tem que ser verdadeira e ambos têm de estar recetivos para a partilha de conhecimento, de aprendizagens, de saberes. É nesta base de confiança e de partilha que a docente entende o processo educativo e, além disso, é crucial para o sucesso deste, que todos os membros de uma comunidade sejam parte integrante e ativa.

Em suma, fica a questão: A educação é ou não fundamental na vida dos seres humanos? Cabe a cada um discernir a sua pertinência, mas para Malala: “Todas as raparigas e todos os rapazes têm direito a receber uma educação de qualidade”²⁴²

²⁴¹ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, *Carta Pastoral, Educação direito e dever - missão nobre ao serviço de todos* (Lisboa: Secretariado-Geral do Episcopado, 2002-1), 17.

²⁴² Malala Yousafzai, *Eu sou Malala* (Lisboa: Editorial Presença, 2015),234.

BIBLIOGRAFIA

Bíblia Sagrada, Difusora Bíblica, Missionários Capuchinhos

1. Magistério da Igreja

Bento XVI. *Discurso aos professores de Religião Católica nas escolas Italianas* (25 de abril de 2009), disponível em http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20090425_insegnanti-religione.html [consultado 3 de maio de 2018].

Concílio Ecuménico do Vaticano II. Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina *Dei Verbum* (18 novembro de 1965) in *Acta Apostolicae Sedis* 58 (1966) 817-835.

Concílio Ecuménico do Vaticano II. Declaração sobre a Educação Cristã *Gravissimum Educationis* (28 de outubro de 1965) in *Acta Apostolicae Sedis* 58 (1966) 728-739.

Congregação para a Educação Católica. *Carta Circular sobre o Ensino da Religião na Escola*. Vaticano, 2009, disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20090505_circ-insegn-relig_po.html [consultado em 20 de março de 2018]

Congregação para a Educação Católica. *Educar ao Humanismo Solidário: para construir uma “civilização do amor”*. Vaticano, 2017.

Congregação para a Educação Católica. *Educar hoje e amanhã, uma paixão que se renova* (7 de abril de 1988), disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19880407_catholic-school_po.html, [Consultado a 17 de outubro de 2017].

Francisco. *Discurso aos participantes na Plenária da Congregação para a Educação Católica* (9 de fevereiro de 2017), disponível em https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/february/documents/papa-francesco_20170209_plenaria-educazione-cattolica.html [consultado em 3 de março de 2018].

Francisco. *Discurso aos estudantes e professores das escolas Italianas* (10 de maio, 2014), disponível em https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/may/documents/papa-francesco_20140510_mondo-della-scuola.html [consultado em 20 de março de 2018].

Francisci. Adhortatio Apostolica “*Evangelii Gaudium*” (24 de novembro de 2017). In *Acta Apostolicae Sedis* 105 (2013), 1019-1137.

Francisco. “*Os jovens no mundo de hoje*”. Sínodo dos Bispos, 2017.

Ioannis XXIII. Litterae Encyclicae “Pacem inTerris” (11 de abril de 1963). In *Acta Apostolicae Sedis* 55 (1963),257-304.

Paulus VI. Litterae Encyclicae “*Populorum progressio*” (26 de Março de 1967).In *Acta Apostolicae Sedis* 59 (1967), 220-239.

Pius XI. Litterae Encyclicae “ Divini Illius Magistri” (31 de diciembre de 1929). In *Acta Apostolicae Sedis* 21 (1929), 300-306.

Sacrosanctum Conciliumm Oecumenicum Vaticanum II. "Constitutio pastoralis de in mundo huius temporis «Gaudium et spes».In *Acta Apostolicae Sedis* 58(1966): 1025-1120.

1. Legislação

Concordata de 2004, artigo 19º.

Ministério da Educação e Ciência.*Decreto-Lei* 286-89 de 29 de agosto. In *Diário da República*.

Ministério da Educação e Ciência.*Decreto-Lei n.º407/89 de 16 de novembro*. In *Diário da República*.

Ministério da Educação e Ciência.*Decreto-lei nº27/2006* de 10 de fevereiro. In *Diário da República*.

Ministério da Educação e Ciência.*Decreto- Lei n.º 70/2013* de 23 de maio. In *Diário da República*.

Ministério da Educação e Ciência.*Decreto-Lei 139/2012 de 5 de julho*. In *Diário da República*.

Ministério da Educação e Ciência.*Despacho n.º 6173/2016* de 10 de maio. In *Diário da República*.

Ministério da Educação e Ciência.*Despacho n.º 6809/2014* de 23 de maio. In *Diário da República*.

Ministério da Educação e Ciência. *Despacho n.º 6173/2016* de 23 de maio. In *Diário da República*.

Pires, Eurico Lemos. *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Porto: Edições Asa, 1978.

2. Bibliografia Geral

Ambrósio, Juan Francisco. “A Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Pública”. *Communio*. Ano XVIII, n.º5 (2001): 437-449.

- Ambrósio, Juan Francisco. “As religiões na escola”. *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, 2 (2002): 59-63.
- Boléo, Maria Luísa. “Integração do Ensino Religioso Escolar no Sistema Educativo Português”. *Pessoa, Cultura e Fé - Fórum do Ensino Religioso*. Lisboa: Calouste Gulbenkian (1997): 157-160.
- Cleto, Albino Mamede. *Fórum do Ensino Religioso escolar ao serviço da pessoa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- Conferência Episcopal Portuguesa. *Carta Pastoral Sobre a Educação, direito e dever, missão Nobre ao serviço de todos*. Lisboa: Secretariado-Geral do Episcopado, 2002.
- Conferência Episcopal Portuguesa. “A escola em Portugal - Educação integral da Pessoa Humana”. *Pastoral Catequética*, 14 (2009): 9.
- Conferência Episcopal Portuguesa. “Educação Moral e Religiosa Católica, um valioso contributo para a formação da personalidade”. *Pastoral Catequética* 5 (2006): 7-16.
- Conferência Episcopal Portuguesa. *Educação e dever – missão nobre ao serviço de todos*. Lisboa: Secretariado-geral do Episcopado, 2002.
- Domingues, Bernardo. *Aspetos da família e da Educação para o futuro*. Porto: Metanoia, 2002.
- Langlois, José Miguel. *Doutrina Social da Igreja*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1989.
- Martins, António. “Celebrações da e na escola”. *Theologica*, 43.- 2.^a Série – Fasc.1 (2008): 173-191.
- Martins, Guilherme d’Oliveira. “Escola e Educação: temas cruciais”. *Pastoral Catequética*, 14 (2009): 25-32.
- Nunes, Tomaz. “Sobre as finalidades da Educação Moral e Religiosa Católica”. *Pastoral Catequética* 5 (2006): 75-80.
- Serralheiro, Deolinda. *Educação Moral e Religiosa Católica na escola Portuguesa*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1990.
- Vilaça, Isabel, e Carmona, Vitor. “Os contextos pedagógicos e educativos da EMRC”. *Pastoral Catequética* 5 (2006): 89-96.
- Alves, José Matias (Dir.). *O direito à educação – uma educação para todos. Relatório Mundial sobre a educação*. Porto: Edições ASA, 2000.
- Aranha, Maria Luísa de Aranda. *Filosofia da Educação*. S. Paulo: Editora Moderna, 1992.
- Arends, Richard. *Aprender a ensinar*. Portugal: Editora McGraw-Hill, 1995.
- Aristóteles. *Tratado da Política*. Men Martins: Publicações Europa América, 1977.

Aurélio, Diogo Pires. “O estado e a sociedade civil face à educação”. In *Direitos e Responsabilidades na sociedade educativa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, 169-178

Ávila, António. *Para conhecer a Psicologia da Religião*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

Azevedo, Joaquim. *O fim de Um Ciclo? A educação em Portugal no início do século XXI*. Porto: Edições ASA, 2002.

Azevedo, Joaquim. *Reflexões sobre a política educativa*. Porto: Edições ASA, 1996.

Benavot, Aaron (Dir.). *Relatório Conciso - Educação para Todos 2000-2015: Progressos e Desafios*. França: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2015.

Branco, Maria Luísa. *A escola, a comunidade educativa e a formação dos novos cidadãos*. Lisboa: Instituto Piaget, Divisão Editorial, 2007.

Carvalho, Cristina. Dimas Pedrinho, Elisa Urbano, Fernando Moita e Juan Ambrósio. *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa, Secretariado Nacional de Educação Cristã, 2014.

Cortina, Adela. *Cidadãos do Mundo, para uma Teoria da Cidadania*. S. Paulo: Edições Loyola, 2005.

Delors, Jaques (Coord.). *Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco para a Comissão internacional sobre a Educação para o Século XXI*. Rio Tinto: Edições Asa, 1996.

Dias, António et al. *Referencial da Educação Financeira para a Educação Pré-escolar, Ensino Básico, Ensino Secundário e Educação para a Formação de Adultos*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2013.

Duque, Olga e Duque, João. *Educar para a diferença*. Braga: Edições Alcalá, 2005.

Fernandes, Artur Gonçalves. *Educar – a arte por excelência*. Braga: Oficinas de S. José, 2006.

Fonseca, António Manuel. *Educar para a Cidadania*. Porto: Porto Editora, 2001.

Franco, António Sousa. “Liberdade de ensino em Portugal”. In *Direitos e Responsabilidades na sociedade educativa*, editado por António Coelho Dias, 147-153. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

Heitor, Frederico. “O que se pode exigir à escola e o que se espera dela”. In *Direitos e Responsabilidades na sociedade educativa*, editado por António Coelho Dias, 29-30. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

Grácio, Rui. “Educação, educação escolar, educação permanente”. In *O Tempo e o Modo*. Lisboa: Publicações D. Quixote (1966): 498-518.

- Justino, David. *Difícil é Educá-los*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2010.
- Marques, Viriato Soromenho. “Comentário”. In *Direitos e Responsabilidades na sociedade educativa*, editado por António Coelho Dias, 95-99. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- Marshall, Thomas Humphrey. *Cidadania, Classe Social e Status*. S. Paulo: Editoras Reunidas, 1963.
- Martins, Guilherme d'Oliveira. *Educação, Culturas e Cidadania*. Porto: Edições Afrontamento, 2009.
- Miranda, Jorge. “Liberdade Religiosa, Igreja e Estado em Portugal”. *Revista Nação e Estado*, 39 (1986): 119-136.
- Monteiro, Rosa (Coord.), *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2017.
- Mayodomo, Alejandro. *El aprendizaje cívico*. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.
- Pereira, Jorge Augusto Paulo (Coord.). *Caminhos de Encontros*. Lisboa: Fundação do secretariado Nacional da Educação Cristã, 2009.
- Piaget, Jean. *Para onde vai a Educação*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- Pinto, Fernando Cabral. *Cidadania, Sistema Educativo e Cidade Educadora*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- Pinto, José Lemos. *Escola Global- Quovadis?*. Porto: Editores S.A, Campo das Letras, 2005.
- Resende, Sebastião Soares de. “O que é a educação?”. In *O direito de Educar*. Mirandela: Cadernos Nova Terra, 1976.
- Santos, Maria Emília (Coord.). *Educação para a Cidadania – Proposta Curricular para os ensinos Básico e Secundários*. Lisboa: Direção – Geral da Educação, 2011.
- Santos, Maria Eduarda Vaz Moniz. *Que escola?*. Lisboa: Edição Alfarroba, 2014.
- Silva, Eugénio Adolfo Alves. *Direito à Educação para Todos numa sociedade em desenvolvimento*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2004.
- McCowan, Tristan. “O Direito Universal à Educação: Silêncios, riscos e possibilidades”. *Práxis Educativa*, 1 (2011): 9-20.
- Moita, Fernando, Cordeiro, António, Dias, José Luís, Portugal, Margarida, Rocha, Maria. *Desafios 7º Ano*. Lisboa: Fundação do Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2009.
- Touraine, Alain. *Crítica à modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

Touraine, Alain. *Iguais e Diferentes – Poderemos viver juntos?.* Lisboa: Epistemologia e Sociedade, 1997.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre a Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.* Jomtien, 1998.

Urbano, Elisa Sérgio Martins e Mónica Pires. *Conta comigo!.* Lisboa: Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015.

Vassiliou, Androulla. *Educação para a cidadania na Europa.* Lisboa: Direção-Geral de Estatísticas ad Educação e Ciência, 2012.

Veiga, Américo. *A Educação Hoje.* Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1986.

Viana, Mário Gonçalves. *Psicologia da Educação.* Porto: Editorial Domingos Barreira.

Yousafzai, Malala. *Eu sou Malala – Esta é a minha história.* Lisboa: Editorial Presença, 2017.

3. Webgrafia

Constituição de 1976, artigo 41º- Consultada em 10 de novembro de 2017- <https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp1976.pdf>.

Constituição de 1822- consultado em 10 de novembro de 2017- <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/c1822t1.html>.

Constituição de 1826 (Carta Constitucional)- Consultado em 10 de novembro de 2017- <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/c1826t8.html>.

Constituição de 1832- Consultado em 10 de novembro de 2017- <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/c1838t3.html>.

Carta do Conselho da Europa Sobre a Educação para a Cidadania (2010), Consultada em 17 de dezembro 2017 - https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/edc_charter2_pt.pdf

Centro de Informação Europeia Jacques Delors – consultado em 11 de novembro 2017: http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=1917&p_est_id=5300#bloco2

Direção- Geral da Educação, *Educação para a Cidadania-Linhas Orientadoras* – Consultado em 10 de novembro de 2017: <http://dge.mec.pt/educacao-para-cidadania-linhas-orientadoras-0>

Educris- Consultado em 15 de dezembro de 2017- <http://www.educris.com/v2/96-ensino-basico/866-competencias-essenciais-de-emrc>.

Educris- Enquadramento consultado em 10 de novembro de 2017 <http://www.educris.com/v3/94-enquadramento>

Educris- Consultado a 20 de dezembro de 2017- <http://www.educris.com/v2/120-perfil/920-ser-professor-de-emrc>.

Equipa Nacional de apoio a Educação Moral e Religiosa Católica – Consultada em 12 de dezembro de 2017- <http://www.educris.com/v2/91-equipanacionaldeapoioaemrc>.

Francisco, Educris- Consultado em 20 de março de 2018, <http://www.educris.com/v3/noticias/7609-peru-educacao-ajuda-nos>

ANEXOS

NOTA: Apresentam-se de seguida alguns recursos didáticos utilizados na lecionação da Unidade Letiva Um - “Viver Juntos” do 5ºano, que também se encontram disponíveis no *dossier* de estágio.

Anexo 1- Ficha de trabalho



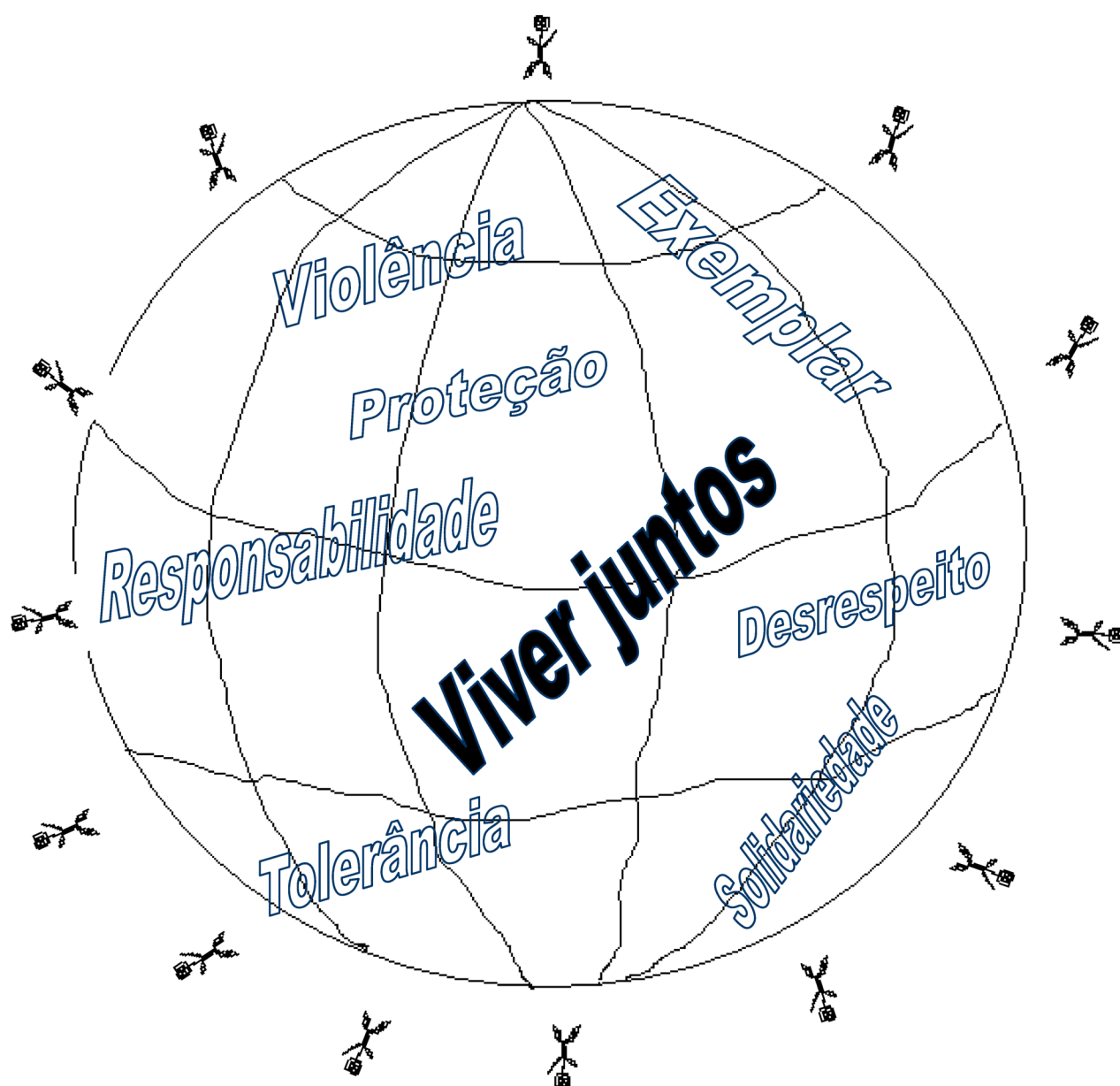
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE TEOLOGIA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Mestrado em Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada



EB23 de Nogueira
Ano letivo 2017/2018

FICHA DE TRABALHO DE EMRC

1. Das palavras existentes no globo pinta as que achas que se relacionam com a palavra RESPEITO. Usa cores diferentes.

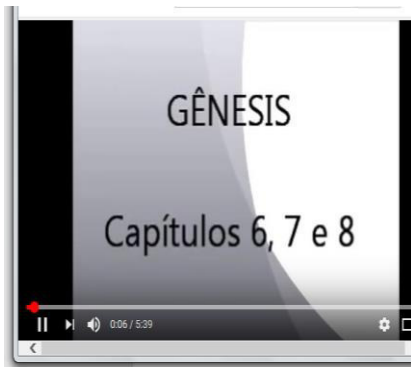


Jogo: “Descobre as Regras”

Tenta completar as seguintes frases:

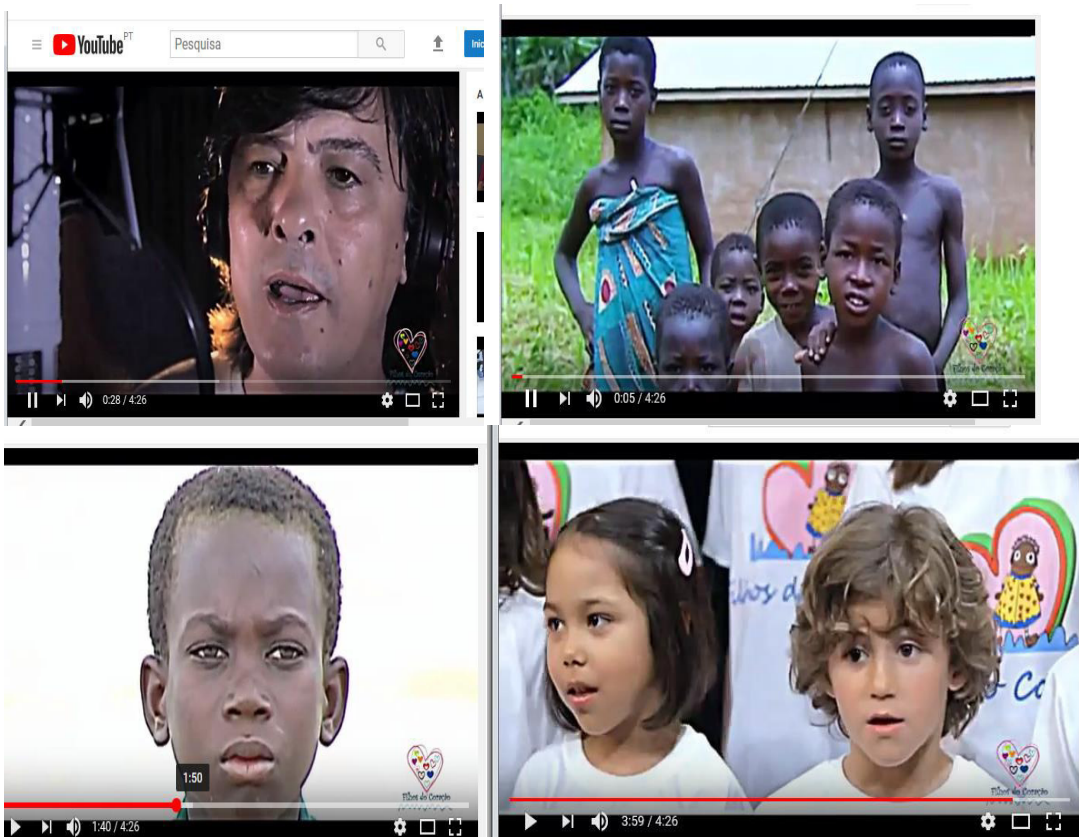
- Quando estou na sala de aula não devo _____ nem gritar.
- Se não estiver com _____ não consigo perceber o que a professora está a pedir.
- Quando tiver alguma dúvida devo levantar o _____, manter-me no lugar e _____ pela minha vez.
- Nunca devo _____ os meus colegas nem a minha professora, devo pois, esperar pela minha vez.
- Quando estou dentro da sala de aula não devo mascar nenhuma _____ elástica.
- Sempre que precisar de ir à casa de Banho ou de ir afiar o lápis devo _____ à professora.

Anexo 2- A arca de Noé





Anexo 4- Vídeo “Filhos do coração”



Anexo 5- Ficha lacunar da música “filhos do coração”



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE TEOLOGIA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Mestrado em Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
Prática de Ensino Supervisionada



EB23Nogueira
Ano letivo 2017/2018

FICHA DE TRABALHO DE EMRC

1. Ouve com atenção a música e preenche os espaços em branco.

“Filhos do coração”

No largo da escravatura o _____ é ensurdecedor,
E as crianças traficadas são _____ de um Deus menor
E quem as traiu e as vendeu _____ o seu coração,
_____ nas águas do lago, escravos de profissão.

Sorrisos roubados, infância roubada,
São simples escravos, sem _____,
Crescem sem sonhos, nas águas do inferno,
_____ no lago onde é _____,
Pescando no lago onde é sempre inverno.

Com a infância traficada, _____ na escuridão,
Uma vida sem esperança, sem sentido e sem razão.
_____ domesticadas no lago da escravatura,
Deixam nas _____ a infância sem sorrisos e sem ternura.

Sorrisos roubados, infância roubada,
São simples escravos, sem direito a nada,
Crescem sem sonhos, nas águas do inferno,
_____ no lago onde é sempre inverno,
Pescando no lago onde é sempre inverno.

Anexo 6- Registo dos direitos das crianças no caderno diário de um aluno

"Os direitos das crianças"

1- Todas as crianças são iguais e têm os mesmos direitos, não importa sua cor, etnia, religião, origem social ou nacionalidade.

2- Todas as crianças devem ser protegidas pela família e pelo o estado.

3- Todas as crianças têm direito a um nome e a uma nacionalidade.

4- Todas as crianças têm direito a alimentação e ao atendimento médico.

5- As crianças portadoras de dificuldades têm o direito a educação e cuidados especiais.

6- Todas as crianças têm direito ao amor.

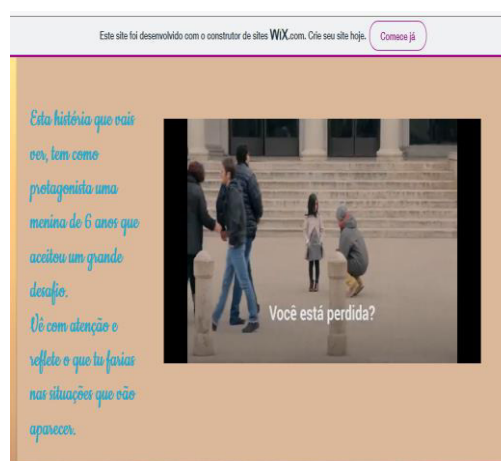
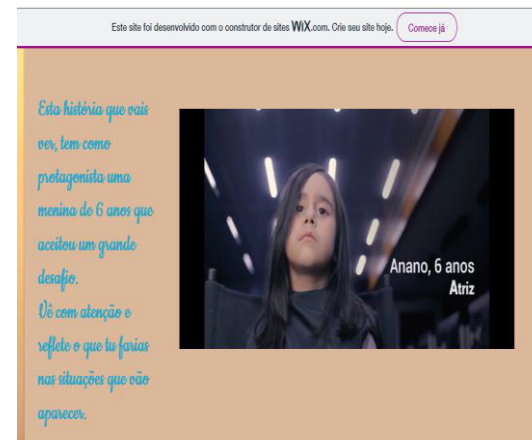
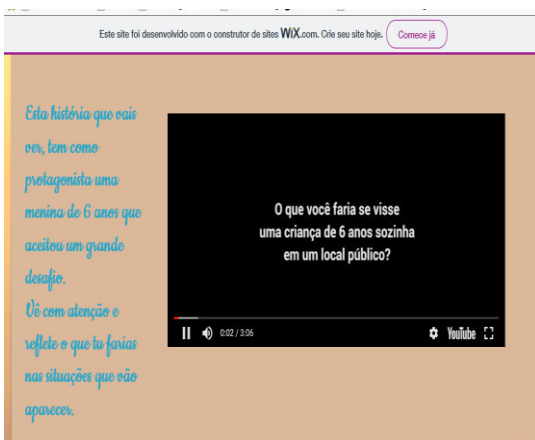
7- Todas as crianças têm direito à educação gratuita e ao lazer.

8- Todas as crianças têm direito de ser socorridas.

9- Todas as crianças devem ser protegidas contra o abandono e a exploração no trabalho.


10- Todas as crianças têm direito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

Anexo 7- Website



Este site foi desenvolvido com o construtor de sites WIX.com. Clique seu site hoje. [Comece já](#)

Esta história que vais ver, tem como protagonista uma menina de 6 anos que aceitou um grande desafio. vê com atenção e reflete o que tu farias nas situações que vão aparecer.



Nós mudamos a aparência de Anano

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites WIX.com. Clique seu site hoje. [Comece já](#)

Esta história que vais ver, tem como protagonista uma menina de 6 anos que aceitou um grande desafio. vê com atenção e reflete o que tu farias nas situações que vão aparecer.



0:42 / 3:06

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites WIX.com. Clique seu site hoje. [Comece já](#)


Esta história que vais ver, tem como protagonista uma menina de 6 anos que aceitou um grande desafio. vê com atenção e reflete o que tu farias nas situações que vão aparecer.



Agora vamos ver como isso se desenrola em um restaurante

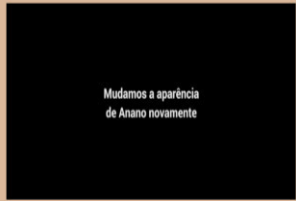
Este site foi desenvolvido com o construtor de sites WIX.com. Clique seu site hoje. [Comece já](#)

Esta história que vais ver, tem como protagonista uma menina de 6 anos que aceitou um grande desafio. vê com atenção e reflete o que tu farias nas situações que vão aparecer.



Este site foi desenvolvido com o construtor de sites WIX.com. Clique seu site hoje. [Comece já](#)

Esta história que vais ver, tem como protagonista uma menina de 6 anos que aceitou um grande desafio. vê com atenção e reflete o que tu farias nas situações que vão aparecer.



Mudamos a aparência de Anano novamente

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites WIX.com. Clique seu site hoje. [Comece já](#)

Esta história que vais ver, tem como protagonista uma menina de 6 anos que aceitou um grande desafio. vê com atenção e reflete o que tu farias nas situações que vão aparecer.



1:47 / 3:06

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites WIX.com. Clique seu site hoje. [Comece já](#)

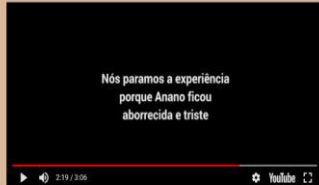
Esta história que vais ver, tem como protagonista uma menina de 6 anos que aceitou um grande desafio. vê com atenção e reflete o que tu farias nas situações que vão aparecer.



Você pode tirá-la daqui, por favor?

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites WIX.com. Clique seu site hoje. [Comece já](#)

Esta história que vais ver, tem como protagonista uma menina de 6 anos que aceitou um grande desafio. vê com atenção e reflete o que tu farias nas situações que vão aparecer.



Nós paramos a experiência porque Anano ficou aborrecida e triste

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites **WIX.com**. Crie seu site hoje. [Comece já](#)

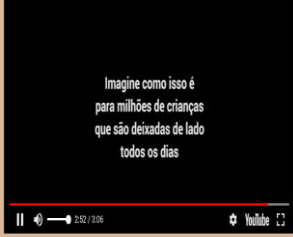
*Esta história que você
ve, tem como
protagonista uma
menina de 6 anos que
aceitou um grande
desafio.
Ve com atenção e
reflete o que tu farias
nas situações que vão
aparecer.*



Eles todos estavam me dizendo para eu ir embora.

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites **WIX.com**. Crie seu site hoje. [Comece já](#)

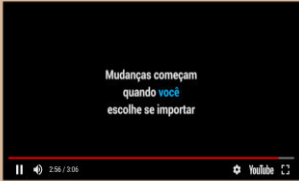
*Esta história que você
ve, tem como
protagonista uma
menina de 6 anos que
aceitou um grande
desafio.
Ve com atenção e
reflete o que tu farias
nas situações que vão
aparecer.*



Imagine como isso é para milhões de crianças que são deixadas de lado todos os dias

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites **WIX.com**. Crie seu site hoje. [Comece já](#)

*Esta história que você
ve, tem como
protagonista uma
menina de 6 anos que
aceitou um grande
desafio.
Ve com atenção e
reflete o que tu farias
nas situações que vão
aparecer.*



Mudanças começam quando você escolhe se importar

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites **WIX.com**. Crie seu site hoje. [Comece já](#)

*Como você, nem todos respeitam a diferença. Porém, apesar das diferenças somos iguais.
Observe este Plover Point, o retrato à altura do desafio que foi preparado para ti.*




[Saiba Mais](#)

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites **WIX.com**. Crie seu site hoje. [Comece já](#)

[Início](#) [Maneira da Utazol](#) [Todos diferentes, todos iguais](#) [Desafio](#)

*Preparado para o grande desafio.
Ve com atenção estas imagens...
Depois tente inventar uma história onde inclua estas duas famílias. Bom trabalho.*



Anexo 8- História “Era uma vez”



Anexo 9- Edpuzzle sobre o conceito de bondade

The image displays a series of screenshots from a video player, likely YouTube, showing scenes from a video and corresponding quiz questions in Portuguese. The scenes include a man walking, a person watering a plant, a man in a kitchen, a man sitting at a table with a dog, a man in a kitchen, a person lying on the ground with a sign, two children eating, a girl walking to school, a man and woman in a kitchen, and a man sitting on a bench with a dog.

0:00 / 02:55

0:07 / 02:55

0:14 / 02:55

0:17 / 02:55

0:22 / 02:55

Por que razão este senhor abanou a cabeça?

To be graded

Não deveria partilhar a mesma comida com o cão.

Continue

0:25 / 02:55

0:32 / 02:55

A menina conseguiu ir para escola com :

O dinheiro que encontrou.

O dinheiro que o menino foi dando.

Submit Skip

0:45 / 02:55

0:54 / 02:55

É tu, o que mais queres para a tua vida?

To be graded

Saúde, amor e amigos

Continue

Anexo 10- Edpuzzel das diferenças

The Present - Vídeo Legendado

Qual foi a reação que o menino teve ao ver o cão?

100/100

De tristeza?

De alegria?

Continue

The Present - Vídeo Legendado

Olá, querido! Me desculpe por chegar em casa tão tarde.

The Present - Vídeo Legendado

Por que você não para de jogar e abre o presente que te dei?

The Present - Vídeo Legendado

Legal!

The Present - Vídeo Legendado

Legal!

The Present - Vídeo Legendado

Concordas com a atitude do menino?

Explica.

To be graded

Não, porque não se trata assim um animal.

Continue

The Present - Vídeo Legendado

O que tentou fazer o cão?

100/100

Fugir?

Brincar com o menino?

Continue

The Present - Vídeo Legendado

Quando olhou bem para o cão, como reagiu?

To be graded

Mal. Atirou-o para o chão de uma forma agressiva.

Continue

The Present - Vídeo Legendado

Que semelhanças tinha o cão com o menino?

To be graded

O menino não tinha uma pata, tal como o cão não tinha uma pata

Continue

The Present - Vídeo Legendado

Afinal, apesar das diferenças, as pessoas são capazes de dar amor e de serem felizes, não acham?

To be graded

Claro que sim.

Continue

Anexo 11- Atividade do Núcleo de Estágio: “A Mesa da partilha”

